

SEI

79

Série Estudos e Pesquisas

CD: PESQUISA SOBRE O
ACESSO DA POPULAÇÃO
MAIS POBRE
AOS SERVIÇOS PÚBLICOS
EM SALVADOR

publicações
 **SEI**

SALVADOR
2008

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento
Ronald de Arantes Lobato

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Estudos
Edgard Porto

Ficha Técnica

Equipe Técnica	Equipe Técnica IPEA
Anna Luiza Sapucaia	Anna Maria T. Medeiros Peliano
Antonio José Cunha	Helder Ferreira
André Pomponet	Luseni Aquino
Carlota Gottschall	Equipe Técnica CEPRAP
Célia Regina Sganzerla	Argelina Figueiredo
César Vaz de Carvalho Júnior	Celina Motta
Djalma Ferreira	Edgard Fusaro
Edgard Porto	Haroldo Torres
Leticia Graciosa	Maria Paula Ferreira
Paulo Hermida	Renata Bichir
Poliana Peixinho	Pesquisa: P&A
Thiago Reis Góes	Coordenação editorial
Thomaz Araripe	André Pomponet
Vilmária Ribeiro	Coordenação geral
Revisão de Linguagem	Edgard Porto
Vera Brito	
Coordenação de Biblioteca e Documentação	
Ana Paula Sampaio	
NORMALIZAÇÃO – Raimundo Pereira Santos	
Coordenação de Disseminação de Informações	
Márcia Santos	
EDITORIA DE ARTE E ESTILO – Elisabete Cristina Barretto	
PRODUÇÃO EXECUTIVA – Mariana Oliveira	
PROJETO GRÁFICO – Elisabete Barretto, Julio Vilela	
MULTIMÍDIA – Julio Vilela	
EDITORIAÇÃO – Autor Visual Comp. Gráfica	

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
Pesquisa sobre o acesso da população mais pobre aos
serviços públicos em Salvador. Salvador: SEI, 2008.
CD-ROM

Suplemento da SEP 79 “Evolução e caracterização das
manchas de pobreza na Bahia (1991-2000)”.
ISBN 978-85-85976-64-4

I. Serviço Público – Bahia. 2. Pobreza – Bahia I. Título.
II. Série.

CDU 654.01:364.144 (813.8)(0.07)

Impressão: EGBA
Tiragem: 500 exemplares

Av. Luiz Viana Filho, 435, 2º andar - CAB – CEP 41750-002 Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3315-4822 / 3115-8695 – Fax: (71) 3116-1781
www.sei.ba.gov.br – sei@sei.ba.gov.br

■ SUMÁRIO

05	INTRODUÇÃO
07	I. METODOLOGIA
07	1. O USO DO SURVEY NA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
08	2. DETALHAMENTO DO SURVEY APLICADO EM SALVADOR
13	3. MÉTODOS DE ANÁLISE
13	3.1. Análise univariada e bivariada
14	3.2. Indicadores simples e sintéticos
24	3.3. Análise multivariada
24	3.3.1. Árvore de CHAID
27	II. COBERTURA EFETIVA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS
27	1. ENSINO FUNDAMENTAL
34	1.1. Avaliação do ensino fundamental
44	1.2. Mecanismos de acesso ao ensino fundamental
49	2. INFRA-ESTRUTURA URBANA
56	3. SERVIÇOS DE SAÚDE
60	3.1. Avaliação dos serviços de saúde
67	3.2. Mecanismos de acesso aos serviços de saúde
69	4. ACESSO À JUSTIÇA
78	5. TRANSFERÊNCIA DE RENDA
81	III. DETERMINANTES DO ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS
82	1. FATORES DETERMINANTES DO ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS EM SALVADOR
84	1.1. Ensino fundamental
84	1.1.1. Serviços relacionados ao ensino fundamental
86	1.1.2. Infra-estrutura da escola
88	1.1.3. Tempo de permanência na escola
91	1.1.4. Tempo de deslocamento até a escola
92	1.1.5. Resumo dos padrões observados na área educacional
93	1.2. Infra-estrutura urbana
95	1.3. Saúde
96	1.3.1. Tempo de espera para atendimento básico de saúde
99	1.3.2. Tempo de deslocamento até o local de atendimento
101	1.4. Transferência de renda
105	1.5. Resumo dos padrões observados na área de saúde e transferência de renda
107	IV. CONCLUSÕES GERAIS
111	REFERÊNCIAS
113	ANEXO – QUESTIONÁRIO

INTRODUÇÃO

Este documento apresenta o Relatório Final do trabalho realizado em parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que se insere no projeto “Radar das Condições de Vida e das Políticas Sociais”, que integra a Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas (REDE-IPEA II). O referido projeto teve como objetivo analisar as condições de acesso da população mais pobre da cidade de Salvador a políticas sociais e serviços públicos, seguindo a metodologia e o modelo de avaliação, elaborados em um *survey* de mesmo tipo aplicado no município de São Paulo.

O relatório foi elaborado com base nos resultados do *survey* realizado em Salvador sob a supervisão da SEI, em maio de 2006, servindo como instrumento para a avaliação dessas políticas. O *survey* foi aplicado aos 40% mais pobres da população de Salvador, de forma a distinguir situações de pobreza nas diferentes macrorregiões da cidade. Essas regiões foram definidas por suas características socioeconômicas, mas correspondem, espacialmente, às áreas da cidade com baixa concentração de pobres (centrais), com concentrações elevadas (periféricas) e concentrações moderadas (intermediárias).

Foi contemplada a análise das políticas de educação, de infra-estrutura urbana, de saúde, de acesso à Justiça e de transferência de renda, tendo como objetivo geral avaliar o grau de acesso da população pobre, identificando os mecanismos e fatores que produzem diferenciações no acesso a essas políticas. A pesquisa investigou também a avaliação – geral e de aspectos específicos – que os usuários fazem das políticas de educação e de saúde, assim como os mecanismos utilizados para a acessibilidade.

O foco na população mais pobre do município de Salvador permite observar – além da renda – as outras dimensões que explicam variações no acesso a serviços públicos entre as camadas de mais baixa renda da população. Ademais, essa amostra, por ser estratificada para três regiões com diferentes perfis socioeconômicos, permite captar se variam, nos diferentes espaços da cidade, as condições de acesso da população pobre, como também identificar aspectos do efeito do “tipo de vizinhança” sobre as condições de acesso a políticas públicas, analisando, assim, o papel da segregação social.

Somado ao impacto da dimensão territorial, a pesquisa buscou avaliar a influência de outras dimensões, oriundas de diversas abordagens analíticas sobre as condições de acesso. Foram considerados, então, componentes demográficos individuais – sexo, idade, cor da pele, tempo

médio de estudo, renda familiar –, aspectos relacionados à própria natureza dos serviços prestados – como o nível do sistema de saúde procurado para atendimentos básicos, posto de saúde ou hospital, tipo de rede de ensino – além de elementos relacionados à vida associativa da população de baixa renda (especialmente participação em associações religiosas e em outros espaços, como partidos políticos e sindicatos) e também elementos relacionados ao comportamento político dessa população (especialmente identificação partidária).

Em suma, esse desenho amostral proporciona a investigação de diferentes fatores que produzem diferenciação e a exploração, em maior profundidade, de alguns condicionantes do acesso da população pobre a serviços públicos. Os resultados encontrados apontaram em duas direções: a complexidade dos fenômenos envolvidos na caracterização das diferenças de acesso da população mais pobre do município e a necessidade de um olhar cuidadoso para as dinâmicas de cada uma das políticas aqui abordadas, que possuem lógicas e alcances distintos.

Este relatório está assim organizado: Após a Introdução, um capítulo que trata da metodologia utilizada na pesquisa. Na primeira seção desse capítulo, mostra-se a importância da pesquisa por amostragem na avaliação da implementação de políticas públicas, especialmente as universais ou dirigidas a amplos públicos-alvo. Na segunda seção apresenta-se o *survey* aplicado na cidade de Salvador e, na última, é exposta a técnica dos métodos utilizados na análise desse *survey*.

O Capítulo II traz uma análise descritiva da cobertura efetiva e da qualidade das políticas avaliadas, seguida, no Capítulo III, por uma análise dos fatores que condicionam o grau e a qualidade do acesso à educação fundamental, aos serviços de infra-estrutura urbana, aos serviços rotineiros de saúde e aos programas de transferência de renda. No Capítulo IV resumem-se os principais resultados obtidos.

I METODOLOGIA

Esta seção apresenta os diversos aspectos metodológicos envolvidos na construção e na análise do *survey* que procurou avaliar as condições de acesso da população mais pobre do município a políticas públicas. A primeira seção discute a relevância do *survey*, como instrumento de avaliação dessas políticas, destacando vantagens e limitações. A segunda seção evidencia a metodologia utilizada na construção do *survey*, envolvendo detalhes e procedimentos para expansão da amostra. A terceira seção expõe os métodos de análise utilizados - desde as análises univariadas e bivariadas até os modelos multivariados de análise - árvore de Chaid e análise discriminante -, além de mostrar os diferentes indicadores elaborados em cada uma dessas etapas.

1. O USO DO SURVEY NA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A pesquisa por amostragem (*survey*) é um método de se coletar informações quantitativas sobre atitudes, opiniões, comportamentos e circunstâncias de vida da população através da aplicação de um questionário padronizado. Os *surveys* baseados em amostras aleatórias, como o que foi realizado para este estudo, são os únicos que, além de uma análise exploratória, permitem a realização de testes estatísticos para apoiar os resultados apresentados.

Esse tipo de pesquisa pode ser utilizado para a realização de avaliações em duas etapas da política pública. É o procedimento mais adequado, quando se quer avaliar a necessidade de políticas ou programas para se enfrentar um problema, mas não existem informações acuradas sobre a extensão e/ou distribuição desse problema. Ou seja, pode ser usado quando ainda nem existe uma política pública, sendo necessário que se faça um diagnóstico da situação, a fim de possibilitar o desenho de políticas adequadas para enfrentar esse problema. Neste caso, o *survey* pode ser utilizado para realizar diagnósticos mais precisos sobre as necessidades de uma determinada população-alvo que se pretenda atingir.

No contexto deste estudo, o *survey* pode ser utilizado na monitoração e na avaliação da implementação de um programa ou política pública e torna-se especialmente importante quando os programas ou políticas em questão não são limitados a grupos rigorosamente definidos, mas a amplas comunidades, ou são mesmo de natureza universal. Nesses casos, é o instrumento mais adequado e eficiente - e, às vezes, é mesmo o único meio - de examinar se a população-alvo está sendo alcançada ou em que medida está sendo atingida. Além disso, é um método privilegiado para se aferir a qualidade dos serviços oferecidos assim como para conhecer a avaliação que o próprio usuário faz dos serviços utilizados.

Assim, a pesquisa por amostragem pode ser utilizada para identificar mecanismos de acesso aos programas e serviços públicos, por meio da pergunta direta sobre os canais utilizados, ou indiretamente, por meio de inferência. Serve ainda para captar a percepção e a avaliação dos usuários sobre os problemas enfrentados no provimento do recurso.

Finalmente, o *survey* permite analisar a importância relativa de diferentes fatores no grau e qualidade de acesso da população às políticas que estão sendo avaliadas em um mesmo momento referencial.

No caso das políticas avaliadas visou-se à mensuração da cobertura efetiva, ou seja, a proporção da população pobre que recorre aos serviços públicos de educação e saúde. O *survey* permitiu ainda a identificação de diferenciais de cobertura, isto é, verificar se determinados grupos, classificados de acordo com renda ou locais de moradia, têm maior acesso e em detrimento de que outros grupos, etc. Além disso, o emprego da técnica de *survey* permitiu aferir a qualidade do serviço oferecido. Com este tipo de informação, obtida através das avaliações dos próprios beneficiários, é possível corrigir falhas na implementação dos serviços que podem comprometer os objetivos mais gerais da política.

No caso das políticas de transferência de renda, o *survey* fornece informações fundamentais para aferir a cobertura, assim como o direcionamento do programa. Permite verificar também se chega fundamentalmente aos grupos-alvo e se há casos de transferência de recursos para grupos acima das faixas de renda estabelecidas. No caso de “vazamentos”, os resultados permitem traçar o perfil dos grupos que, além da população-alvo, estão tendo acesso aos recursos. Mostra-se ainda que os programas de transferência estudados são bem direcionados e os “vazamentos” ocorrem fundamentalmente na camada de renda imediatamente acima do corte de renda requerido. Descobriu-se, que nessa faixa de renda, a cor é um fator discriminante, porém, em favor do grupo de não-brancos.

2. DETALHAMENTO DO SURVEY APLICADO EM SALVADOR

Com o objetivo de investigar diversos aspectos das condições de vida da população mais pobre do município de Salvador, destacando especialmente as condições de acesso a políticas públicas, além de aspectos relacionados à inserção dessa população no mercado de trabalho, bem como seu comportamento político e sua participação na vida associativa, a SEI realizou, em parceria com o IPEA, um *survey* entre os 40% mais pobres do município. O questionário aplicado incluiu questões detalhadas para cobrir cada um desses aspectos¹, de modo a obter da população em enfoque um panorama geral de suas condições de vida, de acesso a algumas políticas públicas e suas avaliações dessas políticas. Essas informações, que não poderiam ser obtidas de maneira tão detalhada por meio de outras metodologias, contribuem para entender como as políticas públicas chegam a essa camada da população.

¹ O questionário aplicado encontra-se no Anexo.

O universo desta pesquisa corresponde à população de baixa renda residente em diferentes tipos de áreas do município de Salvador. Como população de baixa renda, consideraram-se os 40% mais pobres da população residentes no município de Salvador, de modo a garantir a comparabilidade com o *survey* de mesmo tipo realizado em São Paulo (FIGUEIREDO et al., 2005). Com base nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2004 para a Região Metropolitana de Salvador, obteve-se uma renda domiciliar correspondente a R\$ 520. Inflacionando esse valor para dezembro de 2005, com base no IPCA para a RM de Salvador, obteve-se o valor de R\$ 586. A fim de facilitar a aplicação dos questionários, esse valor foi arredondado para R\$ 600, servindo como filtro para a coleta de informações. O recorte nos 40% mais pobres permitiu a análise de uma variedade de situações de pobreza, o que propiciou a delimitação de um panorama mais rico para a análise dos diferenciais de acesso a políticas públicas, para além da dimensão da renda.

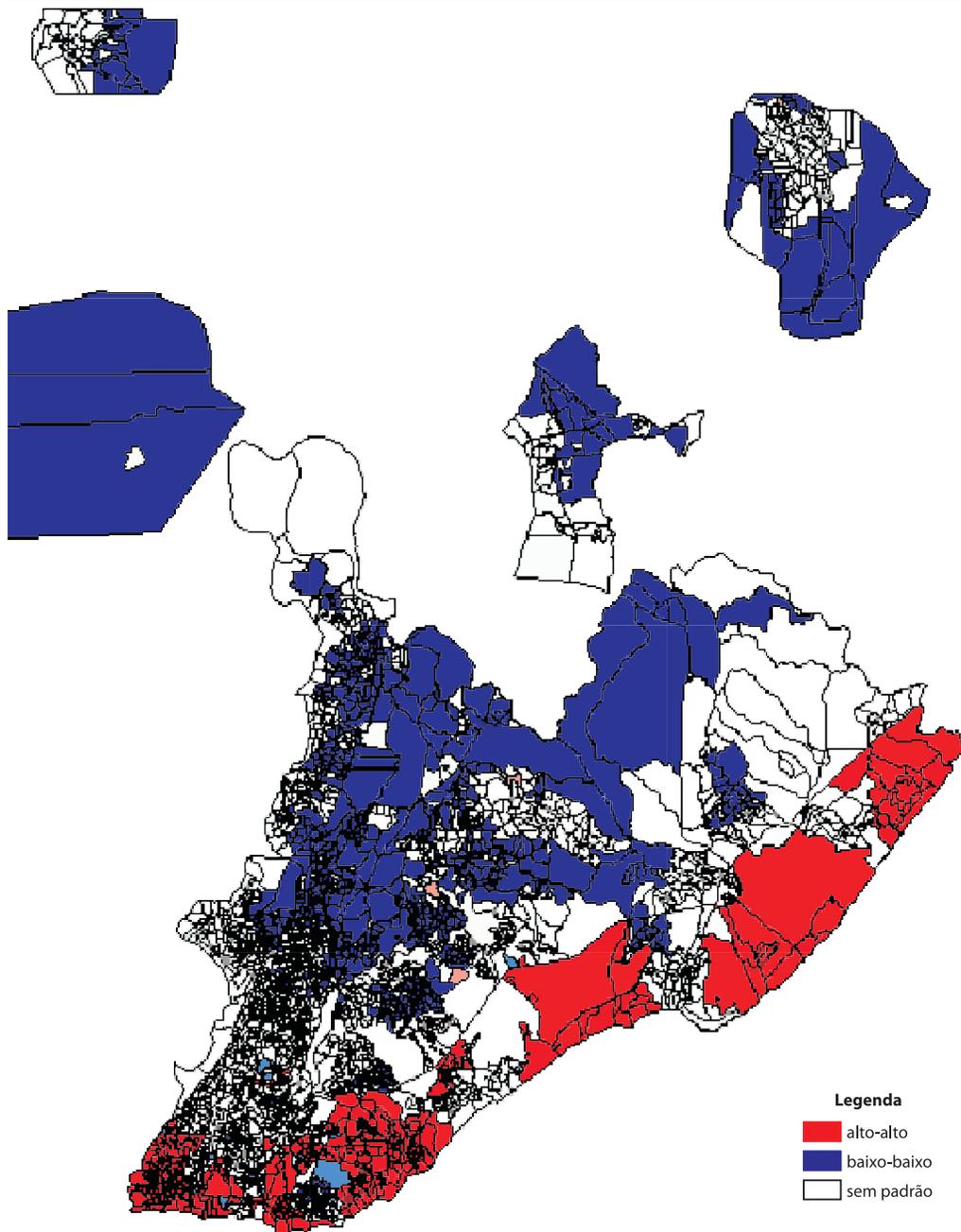
Ademais, a amostra permitiu captar a dimensão espacial da pobreza, de modo a verificar possíveis impactos da segregação residencial – ou seja, da separação espacial entre os grupos sociais – sobre as condições de acesso a políticas públicas. Foram realizados diversos testes visando à identificação de possíveis áreas de interesse para aplicação dos questionários em Salvador. Esses testes foram realizados com base nos índices de Moran (I), Local e Global. O índice de Moran Global fornece um sumário da distribuição espacial de um dado grupo social, como concentração de pobres ou de grupos com baixa escolaridade. Esse índice varia de 0(zero) (situações em que não há segregação, ou seja, em que a distribuição de um determinado grupo social em uma dada área é similar à distribuição desse grupo na cidade como um todo) a 1(hum) (situações em que há segregação, ou seja, as áreas com altas concentrações de um grupo social – pobres, por exemplo – são vizinhas entre si). O índice de Moran Local, por sua vez, permite a identificação de clusters espaciais de acordo com a variável de interesse.

Após a realização de diversos testes com os dados do Censo Demográfico 2000-IBGE, disponíveis para a Região Metropolitana de Salvador (RMS), a escala dos setores censitários mostrou-se a mais adequada para a identificação da heterogeneidade social de Salvador. Ao contrário do caso de São Paulo, os testes realizados por áreas de ponderação² da RMS não se mostraram muitos frutíferos. Os resultados para a renda média dos chefes de domicílio, na escala dos setores censitários, mostraram-se bastante interessantes: Moran Global de 0,7645 – indicando um padrão elevado de segregação, com grupos sociais de baixa renda morando em áreas contíguas, assim como grupos de alta renda – e um padrão espacial de distribuição espacial bem marcado, conforme pode ser observado no Mapa 1, que apresenta o Moran Local para essa variável.

² As áreas de ponderação são unidades geográficas formadas por agrupamentos mutuamente exclusivos de setores censitários. Essas unidades são utilizadas para a aplicação dos questionários da Amostra do Censo do Censo Demográfico do IBGE, que são aplicados a 10% da população.

Mapa 1

Identificação de áreas, segundo o Moran local, para renda média do chefe de domicílio, segundo setores censitários da RMS



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

Assim, com base nesses testes para a RMS, o município de Salvador foi dividido em três estratos, definidos pelo Moran Local, para a renda média do chefe: setores censitários em áreas do tipo “alto-alto”, com população predominantemente de alta renda (denominadas aqui de “macrorregião central”); setores censitários em áreas do tipo “baixo-baixo”, com população de baixa renda (macrorregião periférica); e setores censitários em áreas “sem padrão”, isto é, com maior mistura social e com valores mais próximos à média (“macrorregião intermediária”).

Em cada uma dessas áreas, foi selecionada uma amostra em dois estágios. No primeiro, foram sorteados setores censitários e, no segundo, domicílios dentro de cada um desses setores. O tamanho da amostra foi definido em 1.500 entrevistas, com a previsão de 500 domicílios entrevistados em cada um dos três tipos de áreas, sendo realizada uma amostragem com uma cota de 50% de questionários para chefes ou cônjuges do sexo masculino e 50% de questionários para chefes ou cônjuges do sexo feminino. Além disso, foi estabelecido que seriam realizados, no máximo, 20 questionários por setor censitário.

Contudo, devido a problemas surgidos no campo - grandes dificuldades de identificação de domicílios de baixa renda em áreas de alta renda – resultado que já diz muito sobre os padrões de segregação em Salvador –, esse critério de seleção das áreas foi um pouco amenizado. Foi permitida a realização de entrevistas em áreas contíguas às classificadas como de baixa renda pelo Moran, especialmente quando se tratava de um mesmo loteamento. Com isso, houve uma reclassificação das áreas originalmente definidas pelo Moran Local, ficando assim a distribuição final dos questionários por tipos de áreas: 481 questionários em áreas centrais; 519 questionários em áreas intermediárias e 500 em áreas periféricas. Essa contigüidade espacial foi confirmada em análises espaciais posteriores³.

Para a expansão da amostra foram criados pós-estratos baseados em duas variáveis relevantes na análise (sexo e renda) e para as quais se conheciam os totais populacionais na escala de setor censitário. Assim, utilizando-se os dados agregados por setor censitário dos resultados do Universo do Censo 2000 (IBGE), foram obtidos os totais populacionais para as possíveis combinações disponíveis entre as variáveis sexo e renda.

No caso da variável renda, sabe-se que, para os dados agregados por setor censitário, existem informações relacionadas aos rendimentos dos responsáveis pelos domicílios agregados segundo as faixas de salários mínimos. Além disso, no caso do questionário aplicado para o *survey* do município de Salvador, a população foi classificada de acordo com duas faixas de renda: *até R\$ 300 e de R\$ 301 a R\$ 600*. Assim, deflacionando estes valores para julho de 2000 (base dos rendimentos do Censo 2000) a partir do IPCA-RMS, chega-se às seguintes faixas de rendimentos: *até R\$ 184 e de R\$ 185 a R\$ 368*. Logo, tanto para os valores aplicados no *survey* do município de Salvador quanto para os obtidos em valores de julho de 2000, nota-se que as duas faixas obtidas aproximam-se da seguinte distribuição:

³ Por meio do software de geoprocessamento “Maptitude 4.5”, foram checadas as novas áreas selecionadas como de “alta renda” em relação às áreas delimitadas previamente pelo Moran Local.

Tabela 1

Valores nominais das faixas de rendimentos utilizadas no *survey* de Salvador e das faixas de rendimentos deflacionadas para R\$, de julho de 2000, segundo faixas “aproximadas” de salários mínimos

Faixas de rendimentos utilizadas no <i>survey</i> de Salvador ⁽¹⁾	Faixas de rendimentos deflacionadas para R\$ de julho de 2000 ⁽²⁾	Faixas “aproximadas” de salário mínimo
Até R\$ 300 De R\$ 301 a R\$ 600	Até R\$ 184 De R\$ 185 a R\$ 368	Até 1 salário mínimo Mais de 1 a 2 salários mínimos

Notas: ⁽¹⁾ Valor do salário mínimo na data do *survey* de Salvador: R\$ 350

⁽²⁾ Valor do salário mínimo em julho de 2000: R\$ 151

Considerando-se a variável sexo e sua combinação com a variável renda a partir dos dados apresentados na escala de setor censitário, verifica-se que a única informação disponibilizada refere-se à combinação *sexo do responsável pelo domicílio e faixas de rendimento nominal mensal do responsável pelo domicílio*. Portanto, nota-se que a expansão dos dados da amostra do *survey* do município de Salvador sob esta metodologia – que é a única possível na escala de setor censitário – pode estar subestimando o universo de mulheres investigado pela pesquisa, uma vez que, ao invés de expandir os totais populacionais para cônjuges, representaram-se as mulheres cônjuges como se fossem chefes de domicílio.

Assim, dentro de cada um dos três estratos considerados, a população foi dividida em grupos de sexo e renda (Tabela 2).

Tabela 2

Grupos de sexo e renda dentro de cada estrato

Grupo	Censo 2000	Survey	Censo 2000	Survey
	Sexo do responsável pelo domicílio	Sexo do responsável pelo domicílio ou do cônjuge	Rendimento nominal mensal do responsável pelo domicílio ⁽¹⁾	Rendimento familiar mensal ⁽²⁾
1	Masculino	Masculino	Até 1 s.m.	Até 1 s.m.
2	Feminino	Feminino	Até 1 s.m.	Até 1 s.m.
3	Masculino	Masculino	Mais de 1 a 2 s.m.	Mais de 1 a 2 s.m.
4	Feminino	Feminino	Mais de 1 a 2 s.m.	Mais de 1 a 2 s.m.

Notas: ⁽¹⁾ Valor do salário mínimo na data de referência do Censo: R\$ 151

⁽²⁾ Valor do salário mínimo na data de referência do *survey*: R\$ 350

O produto final da aplicação desta metodologia é um fator de expansão para cada um dos questionários da amostra, cujo valor é determinado por

$$P_{jk} = \frac{N_{jk}}{n_{jk}},$$

onde

$$j = 1, 2, 3$$

$$k = 1, 2, 3, 4$$

P_{jk} = peso atribuído ao k -ésimo grupo do j -ésimo estrato

N_{ijk} = número total de pessoas do k -ésimo grupo do j -ésimo estrato

n_{ijk} = número total de entrevistas do k -ésimo grupo do j -ésimo estrato

A Tabela 3 apresenta os valores de N_{jk} e n_{jk} para cada um dos grupos dentro dos estratos.

Tabela 3
Valores de N_{jk} e n_{jk} segundo grupos de sexo do responsável pelo domicílio e rendimento nominal mensal do responsável pelo domicílio por estrato

Grupo	Estrato 1		Estrato 2		Estrato 3	
	N_{jk}	n_{jk}	N_{jk}	n_{jk}	N_{jk}	n_{jk}
1	57881	101	2394	33	41973	64
2	50210	266	1190	103	31937	182
3	67547	124	2663	36	39706	102
4	30115	236	1211	103	12171	151

Nota: Estrato 1 = Moran Local "sem padrão"; Estrato 2 = Moran Local "alto-alto";
 Estrato 3 = Moran Local "baixo-baixo"

Assim, após a expansão da amostra, ficou-se com um universo de 338.998 indivíduos, correspondente aos chefes de domicílio ou cônjuges de baixa renda, acima de 18 anos. Entretanto, observa-se que, para a análise de políticas específicas, esse total varia de acordo com o recorte analítico: por exemplo, no tocante às políticas de educação, o conjunto de informantes refere-se aos chefes de domicílios pobres que possuem filhos cursando o ensino fundamental; em saúde, refere-se aos chefes ou cônjuges de domicílios pobres, em que algum membro da família teve que recorrer a atendimento básico de saúde no último ano.

Também é importante ressaltar que os questionários foram aplicados aos chefes ou cônjuges e não se referem a cada um dos membros do domicílio; desse modo, os próprios chefes ou cônjuges responderam a questões relativas ao atendimento de saúde obtido no último ano por qualquer um dos membros de sua casa, no caso do acesso a serviços públicos de saúde. Apesar de essa estratégia poder apresentar limitações, acredita-se que os resultados são bastante satisfatórios, considerando os objetivos do projeto. A estratégia alternativa, ou seja, o emprego de questões referentes a cada um dos membros da família, aumentaria substancialmente os custos da pesquisa.

3. MÉTODOS DE ANÁLISE

Com a finalidade de explorar as diversas informações relativas às condições de acesso oferecidas pelo *survey*, foram associadas diferentes estratégias analíticas, partindo de análises exploratórias simples baseadas em modelos univariados até análises multivariadas e modelos mais complexos, conforme será apresentado a seguir.

3.1 Análise univariada e bivariada

As análises univariadas e bivariadas foram utilizadas como uma primeira aproximação dos dados relativos às condições de acesso a políticas, especialmente para avaliar os níveis

de cobertura observados em cada política e os principais diferenciais de acesso. Essas análises univariadas são importantes também para comparar os níveis de cobertura obtidos no caso de Salvador com os caso do *survey* de mesmo tipo realizado em São Paulo (FIGUEIREDO et al., 2005).

As coberturas foram avaliadas a partir de frequências e cruzamentos simples das variáveis de interesse – quantidade de crianças de sete a quatorze anos que cursam o ensino fundamental; de domicílios com acesso à rede geral de água; de pessoas que tiveram problemas de saúde no último ano e recorreram ao serviço público; de pessoas que recebem benefícios de transferência de renda, entre outros aspectos.

Além da identificação da cobertura, verificaram-se, de forma descritiva, os principais elementos de diferenciação das condições de acesso a essas políticas públicas. Entre as variáveis individuais, relativas à dimensão demográfica, foram considerados os itens: sexo, cor, idade e média de anos de estudo do responsável pelo domicílio, além da renda familiar per capita. Foram consideradas ainda variáveis relativas à importância da dimensão territorial, como as macrorregiões definidas no próprio desenho do *survey* (moradia em região central, intermediária ou periférica). Variáveis institucionais, como a diferenciação entre atendimento em posto de saúde e em hospital-saúde, ou a diferenciação entre as redes municipal e estadual-ensino fundamental, também foram consideradas. Cada um desses conjuntos de variáveis refere-se a perspectivas analíticas específicas, que tendem a mobilizar um desses elementos como o mais importante na diferenciação das condições de acesso, conforme será apresentado no Capítulo III.

Ainda que apresente limitações – visto que esses cruzamentos preliminares consideram apenas uma dimensão por vez, desconsiderando a influência de outros elementos que, às vezes, são até mais relevantes na explicação dos diferenciais de acesso – a análise univariada contribui para a construção de uma caracterização preliminar das condições de acesso a políticas públicas das camadas mais pobres do município de Salvador, permitindo verificar importantes diferenciais de acordo com as variáveis selecionadas. Os principais indicadores utilizados nessas análises são apresentados a seguir.

3.2 Indicadores simples e sintéticos

Além de explorar descritivamente os dados disponíveis, foi necessário criar uma série de indicadores, simples e sintéticos, a partir das variáveis presentes no questionário. Os indicadores simples foram criados diretamente a partir das variáveis presentes no questionário, dando origem a indicadores como proporção de crianças de sete a quatorze anos que cursam o ensino fundamental e têm acesso à material escolar gratuito; proporção de domicílios com acesso à rede de esgoto, proporção de pessoas de baixa renda que recebem benefícios de transferência de renda; proporção de pessoas que tiveram que recorrer à ajuda de terceiros para obter atendimento básico de saúde, entre outros. Esses indicadores foram utilizados para as caracterizações mais básicas das condições de acesso. (Lista 1)

(continua)

Lista 1	
Indicadores simples, elaborados segundo áreas temáticas	
Indicador	Área temática
Presença de crianças no domicílio	Educação
Cobertura da creche	Educação
Cobertura da pré-escola	Educação
Cobertura do ensino fundamental	Educação
Tipo da creche	Educação
Tipo da pré-escola	Educação
Taxa de conclusão do ensino médio	Educação
Proporção de jovens de 19 a 24 anos em atraso escolar	Educação
Proporção de crianças de 7a 14 anos que estudam e trabalham	Educação
Proporção de adolescentes de 15 a 18 anos que estudam e trabalham	Educação
Proporção de jovens de 19 a 24 anos que trabalham	Educação
Idade do filho mais novo no primeiro grau	Educação
Proporção de alunos na rede estadual de ensino municipal	Educação
Proporção de alunos na rede municipal de ensino fundamental	Educação
Proporção de alunos cursando o ensino fundamental na rede particular	Educação
Proporção de alunos cursando o ensino fundamental em escola comunitária	Educação
Proporção de alunos cursando o ensino fundamental em escola de empresa	Educação
Tempo de permanência na escola	Educação
Forma de deslocamento até a escola	Educação
Tempo de deslocamento até a escola	Educação
Proporção de crianças com transporte escolar totalmente gratuito	Educação
Proporção de crianças com transporte escolar parcialmente gratuito ou pago	Educação
Disponibilidade de uniforme escolar	Educação
Proporção de crianças com uniforme escolar totalmente gratuito	Educação
Proporção de crianças com uniforme escolar parcialmente gratuito ou pago	Educação
Disponibilidade de material escolar	Educação
Proporção de crianças com material escolar totalmente gratuito	Educação
Proporção de crianças com material escolar parcialmente gratuito ou pago	Educação
Disponibilidade de merenda escolar	Educação
Proporção de crianças com merenda escolar totalmente gratuito	Educação
Proporção de crianças com merenda escolar parcialmente gratuito ou pago	Educação
Nota para a merenda escolar	Educação
Proporção de crianças com acesso à biblioteca	Educação
Proporção de crianças que utilizam a biblioteca	Educação
Proporção de crianças com acesso à sala de informática	Educação
Proporção de crianças que utilizam a sala de informática	Educação
Proporção de crianças com acesso à quadra de esportes	Educação
Proporção de crianças que utilizam a quadra de esportes	Educação

(continuação)

Lista 1	
Indicadores simples, elaborados segundo áreas temáticas	
Indicador	Área temática
Proporção de pessoas que tiveram dificuldades na primeira matrícula	Educação
Proporção de pessoas que precisaram de ajuda para obtenção da primeira matrícula	Educação
Maior problema da escola	Educação
Avaliação de aspectos da escola	Educação
Nota geral para a escola	Educação
Proporção de domicílios ligados à rede geral de água	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios ligados com acesso permanente à rede de água	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios ligados à rede geral de esgoto	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com coleta de lixo	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com rua calçada	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com iluminação na porta de casa	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios que contam com ronda policial	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios que contam com transporte público próximo	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios que contam com parque ou praça próxima	Infra-estrutura/casa e bairro
Percepção a respeito da vizinhança	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de pessoas que percebem a vizinhança como rica	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de pessoas que percebem a vizinhança como classe média	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de pessoas que percebem a vizinhança como pobre	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de pessoas que percebem a vizinhança como favela	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de pessoas com casa própria em processo de quitação	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de pessoas com casa própria já quitada	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de pessoas cuja casa é alugada	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de pessoas cuja casa é cedida	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de pessoas cuja casa foi ocupada	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de pessoas que compraram o lote/terreno da casa	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de pessoas que ganharam do governo o lote/terreno da casa	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de pessoas que ocuparam o lote/terreno da casa	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de pessoas que alugaram o lote/terreno da casa	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de pessoas que tiveram o lote/terreno da casa cedido por familiares ou amigos	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de pessoas que detêm título de propriedade da casa	Infra-estrutura/casa e bairro
Número de cômodos da casa	Infra-estrutura/casa e bairro
Número de habitantes por cômodo	Infra-estrutura/casa e bairro
Número de cômodos usados para dormir	Infra-estrutura/casa e bairro
Número de banheiros internos	Infra-estrutura/casa e bairro
Banheiros por habitante	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com telefone fixo	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com telefone celular	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com televisão em cores	Infra-estrutura/casa e bairro

(continuação)

Lista 1	
Indicadores simples, elaborados segundo áreas temáticas	
Indicador	Área temática
Proporção de domicílios com rádio	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com geladeira	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com freezer	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com máquina de lavar roupa	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com tanquinho	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com fogão a gás	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com computador	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com vídeo cassete/DVD	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com aspirador de pó	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com microondas	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com automóvel	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com paredes externas totalmente revestidas	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com paredes externas parcialmente revestidas	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com paredes externas não revestidas, com alvenaria ou tijolo exposto	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com paredes externas não revestidas, com madeira, papelão, etc.	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com paredes internas totalmente revestidas	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com paredes internas parcialmente revestidas	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com paredes internas não revestidas, com alvenaria ou tijolo exposto	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com paredes internas não revestidas, com madeira, papelão, etc.	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com caixa d'água tampada	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com telhado com vazamentos	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios bem iluminados durante o dia	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios cujas paredes ficam úmidas em épocas de chuva	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com portas e janelas bem conservadas	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com muito barulho na vizinhança	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios com muito fumaça na vizinhança por conta de trânsito ou fábricas	Infra-estrutura/casa e bairro
Proporção de domicílios próximos a esgotos a céu aberto	Infra-estrutura/casa e bairro
Data do último atendimento básico de saúde	Saúde
Idade da última pessoa que recorreu a atendimento básico de saúde	Saúde
Sexo da última pessoa que recorreu a atendimento básico de saúde	Saúde
Local do último atendimento	Saúde
Proporção de pessoas que recorreram a postos de saúde	Saúde
Proporção de pessoas que recorreram a hospitais públicos que não emergência	Saúde
Proporção de pessoas que recorreram ao Programa de Saúde da Família	Saúde
Proporção de pessoas que recorreram à unidade de saúde da família	Saúde
Proporção de pessoas que recorreram ao Programa de Saúde da Família	Saúde
Proporção de pessoas que recorreram a hospital particular	Saúde
Proporção de pessoas que recorreram a hospital filantrópico	Saúde

(continuação)

Lista 1	
Indicadores simples, elaborados segundo áreas temáticas	
Indicador	Área temática
Proporção de pessoas que recorreram a farmacêutico	Saúde
Proporção de pessoas que recorreram a pronto-socorro	Saúde
Proporção de pessoas que teve que recorrer à ajuda de terceiros para obtenção de atendimento a saúde	Saúde
Proporção de pessoas que teve que recorrer à ajuda de terceiros para obtenção de atendimento de saúde	Saúde
Proporção de pessoas que teve o atendimento agendado	Saúde
Proporção de pessoas que foi atendida no mesmo dia	Saúde
Tempo de espera para consulta agendada	Saúde
Tempo de espera para consulta não agendada	Saúde
Forma de deslocamento ao local de atendimento básico de saúde	Saúde
Tempo de deslocamento ao local de atendimento básico de saúde	Saúde
Maior problema enfrentado no atendimento básico à saúde	Saúde
Avaliação de aspectos do local de atendimento à saúde	Saúde
Nota geral para o serviço de saúde utilizado	Saúde
Proporção de pessoas que receberam benefícios de transferência de renda	Transferência de renda
Proporção de pessoas que receberam benefícios do Bolsa Família	Transferência de renda
Total dos rendimentos recebidos de programa de governo	Transferência de renda
Proporção de pessoas que se envolveram, nos últimos 5 anos, em questão trabalhista	Justiça
Proporção de pessoas que se envolveram, nos últimos 5 anos, em violação dos direitos do consumidor	Justiça
Proporção de pessoas que se envolveram, nos últimos 5 anos, em separação conjugal	Justiça
Proporção de pessoas que se envolveram, nos últimos 5 anos, em disputa por pensão alimentícia	Justiça
Proporção de pessoas que se envolveram nos últimos 5 anos em problema criminal	Justiça
Proporção de pessoas que se envolveram, nos últimos 5 anos, em conflito por herança	Justiça
Proporção de pessoas que se envolveram, nos últimos 5 anos, em conflito de vizinhança	Justiça
Proporção de pessoas que se envolveram nos últimos 5 anos em conflito de terra	Justiça
Proporção de pessoas que se envolveram, nos últimos 5 anos, em conflito de trânsito	Justiça
Proporção de pessoas que se envolveram, nos últimos 5 anos, em cobrança de dívida	Justiça
Proporção de pessoas que se envolveram, nos últimos 5 anos, em desocupação forçada de imóvel	Justiça
Proporção de pessoas que se envolveram, nos últimos 5 anos, em disputa por concessão/ajuste de aposentadoria	Justiça
Proporção de pessoas que se envolveram, nos últimos 5 anos, em outro tipo de problema legal	Justiça
Proporção de pessoas que não se envolveram, nos últimos 5 anos, em nenhuma situação legal	Justiça
Proporção de pessoas que se envolveram em ação judicial, nos últimos 5 anos, para resolver algum problema legal	Justiça
Proporção de pessoas que recorreram a um serviço de assistência jurídica gratuita para resolver algum problema legal	Justiça
Proporção de pessoas que recorreram a um advogado particular para resolver algum problema legal	Justiça
Tempo de espera para atendimento do serviço de assistência jurídica gratuita	Justiça
Nota geral para a qualidade do atendimento do serviço de assistência jurídica gratuita	Justiça
Proporção de pessoas que, nos últimos 12 meses, foi vítima de roubo	Justiça
Proporção de pessoas que, nos últimos 12 meses, foi vítima de tentativa de roubo	Justiça
Proporção de pessoas que, nos últimos 12 meses, foi vítima de furto	Justiça

(conclusão)

Lista 1	
Indicadores simples, elaborados segundo áreas temáticas	
Indicador	Área temática
Proporção de pessoas que, nos últimos 12 meses, foi vítima de tentativa de furto	Justiça
Proporção de pessoas que, nos últimos 12 meses, foi vítima de agressão física	Justiça
Proporção de pessoas que, nos últimos 12 meses, foi vítima de tentativa de agressão física	Justiça
Proporção de pessoas que, nos últimos 12 meses, foi vítima de extorsão mediante sequestro	Justiça
Proporção de pessoas que, nos últimos 12 meses, foi vítima de tentativa de extorsão mediante sequestro	Justiça
Proporção de pessoas que, nos últimos 12 meses, foi vítima de tentativa de homicídio	Justiça
Proporção de pessoas que, nos últimos 12 meses, foi vítima de arrombamento	Justiça
Proporção de pessoas que, nos últimos 12 meses, foi vítima de tentativa de arrombamento	Justiça
Proporção de pessoas que, nos últimos 12 meses, foi vítima de agressão sexual	Justiça
Proporção de pessoas que, nos últimos 12 meses, foi vítima de tentativa de agressão sexual	Justiça
Proporção de pessoas que, nos últimos 12 meses, não foi vítima de nenhum crime	Justiça
Proporção de pessoas que, nos últimos 12 meses, foram vítimas de crime e procuraram a polícia	Justiça
Proporção de pessoas que, nos últimos 12 meses, foram vítimas de crime e não procuraram a polícia	Justiça
Motivos para não procurar a polícia	Justiça
Nota para a presença da polícia no bairro	Justiça
Nota para a resposta à chamada de viaturas	Justiça
Nota para o respeito dos policiais aos moradores	Justiça
Nota para a capacidade de prender criminosos no bairro	Justiça
Nota para a honestidade dos policiais	Justiça
Nota geral para a ação da polícia na última situação em que foi acionada	Justiça

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Os principais indicadores sintéticos foram construídos visando qualificar as condições de acesso a algumas políticas públicas, especialmente nos casos em que as coberturas se mostraram bastante elevadas, como nos casos do ensino fundamental e do atendimento básico de saúde. Esses indicadores sintéticos foram construídos basicamente a partir da agregação de diversas dimensões de acesso a cada uma dessas políticas, além de algumas informações oriundas de outras fontes – como o Censo Demográfico do IBGE, por exemplo –, conforme será explicado a seguir.

Além dos indicadores utilizados como variáveis dependentes nos modelos multivariados de análise – as árvores de Chaid, apresentadas na próxima seção – foram construídos também indicadores para algumas variáveis independentes. Estes foram construídos principalmente a partir de cruzamentos entre variáveis do próprio questionário. (Lista 2).

Lista 2 Indicadores sintéticos elaborados segundo áreas temáticas		
Indicador	Construção	Área temática
Indicador sintético de acesso a serviços associados ao ensino fundamental	Agregação de acesso a transporte, merenda escolar, material escolar e uniforme. Aqueles que têm acesso totalmente gratuito a esses itens, situação considerada adequada, receberam valor 1(um); aqueles que não recebem ou têm que pagar receberam valor zero. O indicador final constitui uma média dessa escala	Educação
Indicador sintético de acesso a equipamentos associados ao ensino fundamental	Agregação de acesso a quadra de esporte, sala de informática e biblioteca. Aqueles que têm acesso a esses itens em sua escola receberam valor 1(um); aqueles que não têm receberam valor zero. O indicador final constitui uma média dessa escala	Educação
Tempo de permanência na escola	Diferença entre o horário de entrada e o horário de saída da escola. O indicador final representa o número médio de minutos que a criança permanece efetivamente na escola, segundo a declaração de seus pais.	Educação
Tempo de deslocamento até a escola	Indicador considera o tempo de deslocamento da casa até a escola em minutos- o indicador final foi categorizado da seguinte forma: até quinze minutos e mais de quinze minutos	Educação
Indicador de urbanização	Agregação do acesso à rede de água, acesso diário à água, rede de esgoto, coleta de lixo, energia elétrica, iluminação pública, calçamento e presença de parques e praças próximos. A presença desses serviços recebeu o valor 1(um), a ausência o valor 0(zero). O indicador final corresponde a uma média dessa escala	Infra-estrutura
Tempo de espera para atendimento médico de rotina	Considerou-se o tempo de espera tanto para aqueles que tiveram atendimento na hora quanto para os atendimentos agendados. No caso de consulta sem agendamento, foi atribuído o valor 0(zero) para aqueles que esperaram mais de 60 minutos; 0,5 para os que esperaram mais de 30 e menos de 60 minutos e o valor 1(um) para aqueles que esperaram até 30 minutos. No caso de atendimento com agendamento, foi considerado "maior tempo" aqueles que esperaram mais de 21 dias; "tempo intermediário" para 11 a 20 dias e "tempo menor" para menos de 10 dias. O indicador final corresponde à agregação dessas duas escalas.	Saúde
Tempo de deslocamento até o local do atendimento de saúde	Foi considerado o tempo total de deslocamento até o local de atendimento, em minutos. A partir da análise da distribuição da variável, foram criadas duas categorias: até 20 minutos - situação mais adequada - e mais de 20 minutos, situação menos adequada.	Saúde
Rendimentos recebidos de programa de governo	Indicador criado a partir do isolamento de benefícios auferidos somente por meio de transferência de renda de programas de governo, identificando quem recebeu e não recebeu recursos do programa	Transferência

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Acesso a serviços educacionais

O indicador sintético de acesso a serviços relacionados ao ensino foi composto tomando-se como base o acesso totalmente gratuito aos seguintes itens: transporte, material escolar, uniforme e merenda. Esses elementos podem ser encarados como formas indiretas de transferência de renda associada à prestação de serviços educacionais para as famílias mais pobres.

Para cada uma dessas variáveis foram consideradas duas situações: adequada ou não adequada, com a primeira recebendo o valor um e a segunda, zero. O indicador final corresponde a uma média dessas variáveis, variando em uma escala de zero (0) a um (1), em que zero representa a pior situação e um a melhor – sendo que essa escala foi ponderada considerando-se cada um dos serviços com peso equivalente. Os componentes deste indicador estão apresentados na Tabela 4.

Tabela 4
Componentes do indicador de acesso a serviços e equipamentos associados ao ensino fundamental

Componentes	Situação	
	Adequada	Inadequada
Serviços		
1. Transporte escolar	1 = Totalmente gratuito	0 = Outras situações ¹
2. Uniforme escolar	1 = Totalmente gratuito	0 = Outras situações
3. Material escolar	1 = Totalmente gratuito	0 = Outras situações
4. Merenda escolar	1 = Totalmente gratuita	0 = Outras situações

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Cabe destacar que, ao contrário do que foi apontado no caso de São Paulo, os níveis de cobertura desses serviços, em Salvador, são muito mais baixos, como será mostrado nas análises univariadas. Desse modo, no caso de Salvador, optou-se por utilizar no modelo de Chaid como variável dependente à média do acesso a esses serviços agrupados, e não uma variável classificada em três categorias ou níveis de acesso, como em São Paulo. Essas escolhas implicam algumas dificuldades para a realização de comparações entre os dois modelos, como se poderá observar, o que vai exigir algum esforço adicional para a realização de análises comparativas.

Infra-estrutura da escola

Para avaliar a presença de alguns equipamentos que podem ter influência sobre o desempenho dos alunos, foi avaliada a disponibilidade de bibliotecas, quadras de esportes e salas de informática nas escolas de ensino fundamental. A presença desses equipamentos foi considerada uma situação adequada, recebendo o valor 1(um) e a ausência, considerada uma situação inadequada, recebendo o valor 0 (zero). O indicador final corresponde a uma média ponderada dessa escala, em que cada item foi considerado com o mesmo peso.

Tempo de permanência na escola

O indicador de tempo médio de permanência na escola foi construído de modo a avaliar, de maneira mais completa, os diferenciais envolvidos no caso da carga horária, para o qual foi usado o número médio de minutos em que a criança permaneceu na escola, que é a variável mais simples e intuitiva nesse caso.

Tempo de deslocamento até a escola

Outro indicador sintético elaborado para o caso do ensino fundamental referiu-se ao tempo médio de deslocamento até a escola, para o qual foram consideradas boas as situações em que a criança se desloca em, no máximo, 15 minutos até a escola – não importando o meio de transporte utilizado para isso – e menos adequadas aquelas situações em que as crianças demoraram mais de 15 minutos.

Indicador de urbanização

Como será demonstrado na Seção 2 do Capítulo II, as coberturas relativas aos serviços de infra-estrutura urbana – acesso à rede de água, esgoto, coleta de lixo, energia elétrica, entre outros serviços – são bastante elevadas no município de Salvador, mesmo entre os domicílios mais pobres, o que provavelmente é um reflexo do Programa *Bahia Azul*, implantado pelo governo do Estado da Bahia desde 1996.

Optou-se, então, por construir um indicador sintético de acesso a serviços urbanos que abrangesse diferentes dimensões relacionadas com a produção do ambiente construído. Com isso, o indicador de urbanização foi elaborado a partir da agregação desses diferentes serviços urbanos: acesso à rede pública de água, frequência do abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, energia elétrica, iluminação pública, calçamento e presença de parques e praças. Como é possível notar, as variáveis que compõem o indicador procuraram cobrir um amplo espectro de acesso, desde saneamento básico, equipamentos construídos até qualidade de vida, de modo a verificar possíveis diferenciações de acesso em áreas que aparentemente apresentariam boas coberturas. Esses diferentes serviços, que fazem parte de uma lógica conjunta de provisão de saneamento e urbanização – geralmente são implantados de forma conjunta, e não isoladamente –, também se mostraram fortemente correlacionados em testes estatísticos.

Assim, o indicador corresponde a uma escala de 0 (zero) – ausência dos serviços – a 1 (um) – presença de todos os serviços considerados – cada um com o mesmo peso. A variável dependente utilizada no modelo de Chaid corresponde à média desse indicador sintético.

Observando a distribuição desse indicador, como apresentado na Figura 1 a seguir, verifica-se que os níveis de acesso a esses serviços, em Salvador, são altos e, conseqüentemente, há pouca diferenciação nos níveis de acesso, como será demonstrado.

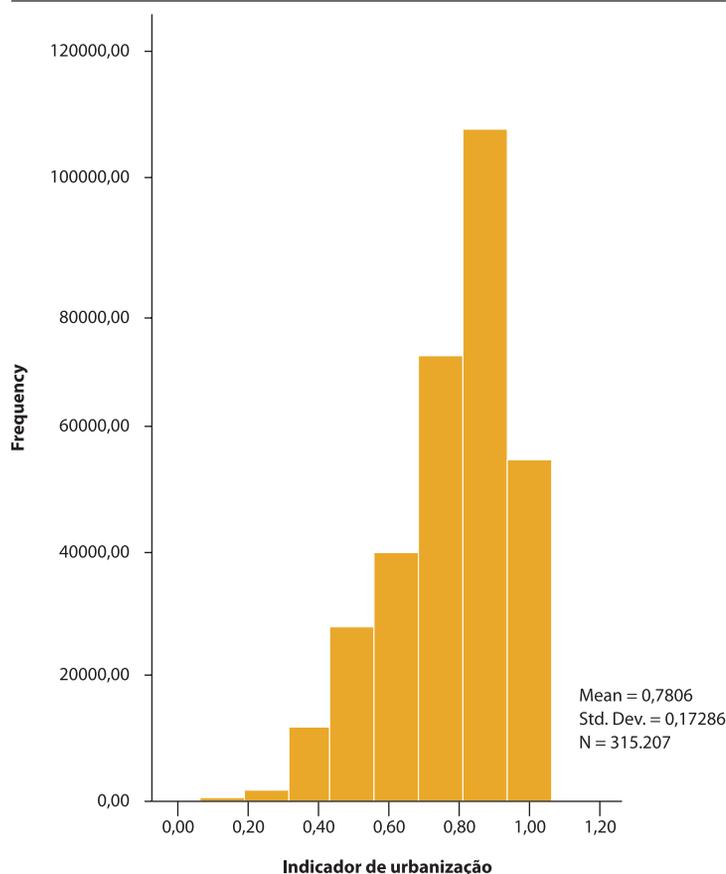
Domicílios localizados em setor subnormal

A fim de avaliar situações de segregação associadas à localização de domicílios pobres em áreas de favelas e/ou “invasões”, optou-se por utilizar como *proxi* de área de favela os setores subnormais do Censo Demográfico 2000, IBGE.⁴ Nesse sentido, por meio de ferramentas de geoprocessamento foi indicado, para cada questionário do *survey*, se aquele domicílio era ou não localizado em um setor subnormal.

Apesar das limitações associadas à utilização de uma *proxi*, pela inexistência de uma base confiável de favelas para o município de Salvador, essa variável permite captar, além da dimensão da segregação, as situações de irregularidade e ilegalidade da terra que implicam diversas barreiras institucionais aos investimentos públicos (MARICATO, 1996; WORLD BANK, 1999).

⁴ O “aglomerado subnormal” é a denominação do IBGE para áreas de favela: “conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos especiais”.

Figura 1
Distribuição do indicador de urbanização.
Município de Salvador – 2006



Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Participação em associações religiosas e não religiosas

Assim como no caso de São Paulo, a maior parcela da participação associativa observada entre os chefes de domicílios mais pobres de Salvador referia-se à participação religiosa. Por isso, optou-se por separar a participação em associações religiosas dos demais tipos de participação associativa. Para esse tipo de participação religiosa, considerou-se a frequência, pelo menos quinzenal; no caso dos demais tipos de associação, a frequência, pelo menos anual, a partidos políticos, sindicatos, blocos de carnaval, associações beneficentes, culturais, de bairro e esportivas.

Essas variáveis de participação social e religiosa tinham como objetivo testar o impacto do associativismo, das relações comunitárias, do acesso a canais de informação, sobre as condições de acesso à política pública.

Tempo de espera para atendimento básico de saúde

Considerando que é relativamente elevado o acesso aos serviços básicos de saúde mesmo entre os mais pobres – como será demonstrado no Capítulo II – decidiu-se pela elaboração de um indicador mais exigente que conseguisse captar outras dimensões desse tipo de atendimento. Nesse sentido, na construção de um indicador sintético optou-se por avaliar a espera para obtenção de uma consulta, diferenciando-se as ocasiões em que houve agendamento prévio e aquelas em que o atendimento não foi agendado, de modo a compor um indicador final que sintetizasse essas duas informações. Destaque-se que, assim como registrado para o caso de São Paulo, a maioria das consultas em Salvador, 65,6%, foi agendada.

Quando a consulta foi agendada previamente, os valores do indicador são: 1(um) para 0(zero) até 10 dias; 0.5 para 11 a 20 dias e 0(zero) para mais de 21 dias. Ou seja, quanto maior o valor do índice, menor o tempo de espera. No caso de não ter ocorrido o agendamento prévio, considerou-se o valor 1(um) para 0(zero) a 30 minutos de espera para ser atendido; 0.5 para 31 a 60 minutos e 0(zero) para mais de 60 minutos. Esses cortes foram estabelecidos a partir da análise das distribuições estatísticas dessas variáveis. As duas escalas foram agregadas em um só indicador, assim categorizado: tempo *menor* de espera, tempo *intermediário* e tempo *maior*. Esse indicador final categorizado foi a variável dependente utilizada no modelo de CHAID (considerando-se consultas agendadas e não agendadas de forma agregada).

Tempo de deslocamento até o local de atendimento de saúde

Além do indicador sintético apresentado acima, decidiu-se por avaliar o tempo médio de deslocamento até o local de atendimento básico de saúde. Considerando a distribuição estatística dessa variável, foi criado um indicador com duas categorias: *até 20 minutos* de deslocamento e *mais de 20 minutos* de deslocamento.

3.3 Análise multivariada

Após a exploração preliminar dos dados e da construção de indicadores sintéticos que permitissem qualificar o acesso ao serviço, para além da cobertura, iniciou-se uma análise mais aprofundada das condições de acesso a essas políticas públicas selecionadas, por meio de algumas metodologias apresentadas a seguir.

3.3.1 Árvore de CHAID

Como estratégia metodológica para identificação dos principais condicionantes do acesso às políticas públicas de ensino fundamental, de infra-estrutura urbana, de atendimento básico de saúde e de transferência de renda, optou-se pela utilização do modelo estatístico de CHAID (Chi-squared Automatic Interaction Detector), utilizado para estudar a relação entre uma variável dependente e uma série de variáveis preditoras (explicativas) que interagem entre si. Esse modelo é bastante útil em análises exploratórias, quando as associações entre

as variáveis de interesse não são bem conhecidas, pois permite detectar interações de modo mais fácil do que no caso de uma regressão.

Uma das principais vantagens do método é a possibilidade de testar, ao mesmo tempo, o impacto de um conjunto muito diferente de variáveis explicativas, destacando a relevância de cada uma delas de forma hierárquica. Outra grande vantagem é a criação de grupos de acordo com os tipos de associações observados, o que se mostrou de extrema valia no caso dos dados de acesso a políticas públicas, isto porque permite a caracterização dos perfis dos usuários, conforme será apresentado na próxima seção.

A técnica CHAID permite classificar hierarquicamente os indivíduos por meio de um modelo log-linear. A partir de uma tabela de dupla entrada entre a variável preditora e a dependente, o modelo testa para a variável preditora todas as partições possíveis de suas categorias, procurando aquela que apresenta o maior valor para a estatística χ^2 . A partir da escolha da partição, os dados são agrupados, segundo essa partição, e uma nova análise é realizada dentro de cada subgrupo, repetindo-se o procedimento anterior para a variável dependente e os demais preditores.⁵

Operacionalmente, o procedimento pode ser assim descrito:

1ª Etapa: Para cada variável preditora (X), é construída uma tabela de contingência de dupla entrada com a variável resposta (Y). Para todas as combinações possíveis das categorias da variável X, é calculada a estatística χ^2 , é selecionada a combinação na qual o nível descritivo do teste (*p-value*) é menor do que o valor crítico (α) pré-especificado. Escolhe-se a partição com o menor *p-value*.

2ª Etapa: Em cada segmento criado repete-se o procedimento descrito na Etapa 1.

Alguns parâmetros devem ser fixados para a realização dos testes de hipóteses. No presente caso especificou-se um valor crítico (α) de 0,05, para realização de partições exigiu-se um número mínimo mais de 100 casos e nenhuma partição gerada poderia ter menos de 50 casos.

Os resultados obtidos através dessa técnica são apresentados em um diagrama (“árvore de CHAID”) que mostra as variáveis predictoras mais associadas a uma dada variável resposta de forma hierárquica – em primeiro lugar, nos primeiros ramos da árvore, são apresentadas as variáveis mais associadas com o indicador de interesse. As associações relevantes são apresentadas em grupos que indicam os valores em relação à variável de interesse (por exemplo, quantos daqueles que moram em áreas de favela têm acesso a uma determinada política

⁵ Estatisticamente, cada agrupamento é gerado a partir de um teste de independência entre a variável resposta (Y) e a variável preditora (X) em uma tabela de dupla entrada. No caso de Y ser nominal a hipótese alternativa é dada por: $H_a: \ln\left(\frac{E_{ij}}{Z_{ij}}\right) = \lambda + \lambda_i^X + \lambda_j^Y + \lambda_{ij}^{XY}$, com E_{ij} correspondendo ao valor esperado para a casela ij sob a hipótese nula e $Z_{ij} = 1/W_{ij}$ (W_{ij} representa a média dos pesos amostrais). A hipótese nula é dada por: $H_0: \lambda_{ij}^{XY} = 0$, que representa a independência entre X e Y.

A estatística do teste é o χ^2 . No caso de Y ser ordinal a hipótese alternativa é escrita como: $H_a: \ln\left(\frac{E_{ij}}{Z_{ij}}\right) = \lambda + \lambda_i^X + \lambda_j^Y + a_1(b_i - \bar{b})$, com b_i correspondendo ao escore da primeira categoria de Y, \bar{b} corresponde a média dos escores e a_1 um parâmetro desconhecido para a categoria y_j de Y. A hipótese nula é dada por: $H_0: a_1 = a_2 = \dots = a_l$, com l igual ao número de categorias de X, o que é equivalente a um teste de médias. E a estatística do teste é a razão de verossimilhança.

pública), e também há indicação da representação de cada um dos grupos no universo, com novos grupos sendo abertos até atingir o limite mínimo de número de casos em cada grupo (nos modelos aqui apresentados delimitamos um mínimo de 100 casos por grupo). Desse modo, além da facilidade de visualização e interpretação dos resultados, essa técnica permite a criação de grupos (no caso aqui abordado, grupos de acesso a políticas públicas com configurações específicas), que podem ter suas características exploradas, conforme será apresentado na seção seguinte.

Nos modelos apresentados na seção IV, partiu-se sempre de um indicador sintético de acesso – a políticas de educação, saúde, transferência de renda e infra-estrutura urbana – e buscou-se selecionar e testar diversas variáveis relevantes no entendimento dos condicionantes do acesso. Com isso, as árvores de CHAID apresentam, detalhadamente, as características das famílias que têm acesso aos serviços públicos analisados e, interpretando os dados de forma invertida, aquelas que têm menor acesso.

II COBERTURA EFETIVA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS

O objetivo deste capítulo é descrever as condições gerais de acesso da população pobre de Salvador às políticas públicas de educação, infra-estrutura urbana, saúde, acesso à Justiça e transferência de renda. Apresentam-se análises univariadas e bivariadas, contendo os primeiros cruzamentos de informações que nos permitem explorar níveis de cobertura, bem como os principais elementos de diferenciação das condições de acesso a essas políticas públicas. Para isso, foram consideradas variáveis individuais relativas à dimensão demográfica – sexo do responsável pelo domicílio, cor, idade, média de tempo de estudo –; à renda familiar mensal média, além de variáveis relativas à importância da dimensão territorial (moradia em área central, intermediária ou periférica, além de moradia em área de favela); assim como variáveis institucionais relativas à própria natureza dos serviços prestados (diferenciação entre atendimento em posto de saúde e em hospital, por exemplo). Foram consideradas ainda variáveis que permitem verificar as formas de participação social dos entrevistados. Cada um desses conjuntos de variáveis refere-se a perspectivas analíticas específicas, que tendem a mobilizar um desses elementos como o mais importante na diferenciação das condições de acesso.

Embora apresentem limitações – visto que esses cruzamentos preliminares levam em conta apenas uma dimensão por vez, desconsiderando a influência de outros elementos que podem ser até mais relevantes na explicação dos diferenciais de acesso – as análises univariadas contribuem para que se elabore uma caracterização preliminar das condições de acesso a políticas públicas das camadas mais pobres do município de Salvador. Os resultados apontam para importantes diferenciais, de acordo com as variáveis selecionadas, conforme será explicitado a seguir, apreciando-se cada uma das políticas.

1. ENSINO FUNDAMENTAL

Assim como observado no caso de São Paulo, o ensino fundamental no município de Salvador encontra-se praticamente universalizado. Dados da PNAD para a Região Metropolitana de Salvador indicam que 96,8% dos jovens de sete a quatorze anos freqüentavam a escola em 2003, o que indica uma elevada cobertura.

Seguindo os procedimentos adotados no caso de São Paulo, essa elevada cobertura levou à análise de outras dimensões do ensino fundamental em Salvador, tais como as condições de infra-estrutura da escola (como a disponibilidade e utilização efetiva de salas de informática, bibliotecas e outros equipamentos), a oferta de certos serviços (como transporte gratuito, material escolar e merenda), a distância média que as crianças devem percorrer até a escola

em que estudam, o tempo de permanência na escola – levando-se em conta que todos esses aspectos têm impactos diferenciados sobre o desempenho escolar das crianças.

É importante destacar que, no caso das análises de acesso ao ensino fundamental, a população total refere-se aos chefes de domicílio ou cônjuges que possuem filhos de sete a quatorze anos de idade, isto é, crianças que potencialmente deveriam estar no ensino fundamental. Foram os chefes de domicílio ou cônjuges que forneceram as informações aqui apresentadas, e no caso da presença de mais de um filho com idade entre sete e quatorze anos, decidiu-se pelo detalhamento das informações relativas ao filho mais novo, cursando o 1º grau. Alguns resultados interessantes obtidos nos primeiros cruzamentos são apresentados a seguir.

Em primeiro lugar, cabe destacar que 95,9% das crianças de sete a quatorze anos estavam cursando o ensino fundamental em maio de 2006, o que indica elevada cobertura do ensino fundamental, mesmo entre a população de mais baixa renda, e consistente com a PNAD. Desses, 86,7% estão em escolas públicas. Como se trata de um percentual bem inferior ao apontado no caso de São Paulo (99,1% das crianças em escolas públicas) e a população entrevistada tem em média renda menor, caberia avaliar – o que não é possível no âmbito desse *survey* – a modalidade de inserção desse grupo de crianças em escolas privadas: se mediante pagamento direto (o que é inconsistente com a informação sobre a renda) ou mediante bolsas de estudo e outras modalidades assemelhadas.

Assim, a opção foi demonstrar a relevância de um elemento institucional referente à própria natureza do serviço: o tipo de escola pública, municipal ou estadual. Do conjunto de alunos de sete a quatorze anos que freqüentam o primeiro grau, 48,0% estão em escolas públicas municipais, 38,7% em escolas públicas estaduais, conforme apresentado na Tabela 5. Vale destacar que os números absolutos aqui apresentados são provavelmente subestimados, uma vez que, durante os trabalhos de campo, observou-se uma tendência dos entrevistadores de darem preferência por domicílios sem crianças. No entanto, segundo avaliação dos autores desta pesquisa, tal procedimento não comprometeu os números relativos aqui apontados.

Tabela 5

Freqüência ao primeiro grau, segundo tipo de escola. Município de Salvador – 2006

Tipo de escola	Freqüência	%	% Válido	% Cumulativo
Pública municipal	58097	47,7	48,0	48,0
Pública estadual	46885	38,5	38,7	86,7
Particular	13902	11,4	11,5	98,2
Escola comunitária	1190	1,0	1,0	99,2
Escola de empresa	389	0,3	0,3	99,5
Outro	578	0,5	0,5	100,0
Total	121042	99,3	100,0	
Missing	Não sabe / Não opinou	818,0	0,7	
Total	121860	100,0		

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

De modo geral, pode-se afirmar que não há variações significativas na frequência ao primeiro grau, de acordo com qualquer variável considerada – demográfica, territorial ou de participação –, exceto para os domicílios chefiados por mulheres, onde a cobertura do ensino fundamental é 94,3%, um pouco inferior à média.

Outro dado interessante refere-se às famílias que declaram que seus filhos com idade entre sete e quatorze anos trabalham: somente 2,2%, contra 23,1% em São Paulo. Em Salvador, a proporção de declarantes é maior entre os domicílios chefiados por mulheres, 3,4%, ou por pessoas com baixa escolaridade, no máximo, três anos de estudo (5% das crianças trabalham). Trata-se novamente de um traço contrário ao esperado, devido ao nível de renda da população entrevistada em Salvador.

Considerando o tempo de permanência na escola, nota-se que, em média, as crianças ficam 4,16 horas na escola – um pouco abaixo da média observada no caso de São Paulo, 4,4 horas. Assim como em São Paulo, foram registradas algumas variações, especialmente de acordo com o tipo da escola - alunos de escola municipal tendem a ficar menos tempo na escola (em média, 4,2 horas) do que alunos da escola estadual (em média, 4,3 horas). Em Salvador, outras diferenciações importantes são constatadas em referência a crianças que residem em domicílios localizados em áreas periféricas, em setores subnormais ou chefiados por mulheres – nesses casos, o tempo de permanência na escola é menor.

Avaliando o meio de transporte utilizado para ir à escola, verifica-se que a maioria das crianças, 92,3%, vai a pé até a escola. Em São Paulo, ao contrário, verifica-se que a maioria das crianças utiliza algum tipo de transporte escolar. O tempo médio de deslocamento é de 15,6 minutos, sendo maior no caso de alunos da escola estadual (média de 18,2 minutos), para alunos que residem em área periféricas (16,7 minutos) e em setores subnormais (16,3 minutos).

Também foram analisados alguns benefícios associados ao ensino, como o acesso a uniforme escolar gratuito. Nesse caso, ao contrário de São Paulo, as coberturas são bem menores: em Salvador, em média, apenas 28,7% dos alunos de sete a quatorze anos tinham acesso a uniforme escolar totalmente gratuito, contra 53,2%, em São Paulo. Assim como apontado no caso de São Paulo, os alunos da rede municipal de Salvador contam com maior acesso a esses benefícios de forma totalmente gratuita: 47,9% na rede municipal contra 11,7% na estadual. (Tabela 6) Alguns diferenciais foram registrados também em referência a filhos de responsáveis por domicílio do sexo masculino, casos em que o acesso totalmente gratuito a uniforme escolar é menor.

Tabela 6

Acesso a uniforme escolar, segundo tipo da escola. Município de Salvador – 2006

Acesso ao uniforme escolar	Tipo de escola			Total
	Pública municipal	Pública estadual	Outras	
Totalmente gratuito	47,9%	11,7%	9,7%	28,7%
Parcialmente gratuito	29,6%	7,6%	5,7%	17,8%
É pago	16,6%	79,2%	81,2%	49,6%
Não tem	5,9%	1,5%	3,3%	3,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

As coberturas no que se refere a material escolar e merenda também são menores em Salvador, comparando-se com São Paulo: material escolar, 9,2% das crianças de Salvador têm acesso totalmente gratuito, contra 47,6%, em média, em São Paulo; merenda, 80,2% têm acesso totalmente gratuito em Salvador, contra 95,2% em São Paulo. Em referência a uniforme escolar, acesso a material e merenda, em Salvador, são observados diferenciais importantes, de acordo com o tipo da escola, a rede municipal oferece mais esses serviços totalmente gratuitos. (Tabelas 7 e 8).

Tabela 7

Acesso a material escolar, segundo tipo da escola. Município de Salvador – 2006

Acesso a material escolar	Tipo de escola			Total
	Pública municipal	Pública estadual	Outras	
Totalmente gratuito	13,0%	7,2%	1,9%	9,2%
Parcialmente gratuito	76,6%	82,0%	17,3%	70,5%
É pago	10,0%	9,5%	78,5%	19,3%
Não tem	0,4%	1,3%	2,3%	1,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 8

Acesso à merenda escolar, segundo tipo da escola. Município de Salvador – 2006

Acesso a material escolar	Tipo de escola			Total
	Pública municipal	Pública estadual	Outras	
Totalmente gratuita	91,7%	88,3%	18,3%	80,2%
Parcialmente gratuita	5,7%	6,8%	-	5,3%
É paga	0,3%	2,5%	36,8%	6,2%
Não tem	2,3%	2,4%	44,9%	8,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

É curioso notar ainda que o acesso gratuito à merenda escolar tende a ser maior no caso dos domicílios localizados em setores subnormais (86,9% contra 79,5% para domicílios que não estão em setores subnormais), o que parece indicar um viés redistributivo dessa política. Além disso, assim como observado no caso de São Paulo, o acesso gratuito a esses benefícios, especialmente uniforme escolar e merenda, tende a ser maior no caso de crianças cujos pais declararam participar de associações religiosas e de outras associações de caráter não religioso.

Foram analisados ainda alguns aspectos relativos à infra-estrutura da escola: presença de quadras de esporte, bibliotecas e salas de informática, assim como realizado no caso de São Paulo. Contudo, no que se refere a Salvador, foi avaliada ainda a utilização efetiva desses equipamentos, o que constitui uma importante informação adicional, pois é sabido que muitas escolas contam fisicamente com esses equipamentos que não são utilizados pelas crianças, devido a diversos motivos – medo de roubo, ausência de profissionais qualificados para monitoramento das atividades, entre outros.

Os dados para Salvador indicam que 50,5% das crianças têm acesso à biblioteca, 31,0% têm sala de Informática e 40,6% têm quadra de esportes. Essas coberturas são muito inferiores às obtidas para São Paulo, onde 75,5% das crianças tinham acesso à biblioteca, 62,4% à sala de informática e 95,7% à quadra de esportes, indicando que as escolas públicas de Salvador ainda contam com problemas significativos no que diz respeito à infra-estrutura.

Além dessas coberturas relativamente baixas, foram observados diferenciais importantes de acesso, de acordo com a renda familiar mensal – crianças que vivem em domicílios com renda mensal mais elevada, entre 301 e 600 reais - valores de dezembro de 2005, contam com mais acesso à biblioteca, sala de informática e quadra de esportes. Além disso, nesse caso, a variável territorial relativa à macrorregião de localização dos domicílios, gera diferenciais, como o de domicílios localizados em áreas de classe média ou centrais contam com escolas mais equipadas. Levando-se em consideração o tipo de escola, em Salvador, ao contrário de São Paulo, foi verificado que a rede estadual parece ser dotada de melhor infra-estrutura, especialmente no que se refere a bibliotecas e quadras de esporte. As tabelas a seguir mostram algumas dessas informações.

Tabela 9			
Acesso à biblioteca, segundo renda familiar mensal. Município de Salvador – 2006			
Acesso à biblioteca	Renda familiar mensal		Total
	De 0 a 300 reais	De 301 a 600 reais	
Tem	46,3%	57,1%	50,5%
Não tem	53,7%	42,9%	49,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 10
Acesso à biblioteca, segundo tipo de região. Município de Salvador – 2006

Acesso à biblioteca	Tipo de região			Total
	Periférica	Intermediária	Central	
Tem	40,9%	50,1%	70,9%	50,5%
Não tem	59,1%	49,9%	29,1%	49,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 11
Acesso à biblioteca, segundo tipo de escola. Município de Salvador – 2006

Acesso à biblioteca	Tipo de escola			Total
	Pública municipal	Pública estadual	Outras	
Tem	46,2%	60,4%	38,6%	50,5%
Não tem	53,8%	39,6%	61,4%	49,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 12
Acesso à sala de informática, segundo renda familiar mensal. Município de Salvador – 2006

Acesso à sala de informática	Renda familiar mensal		Total
	De 0 a 300 reais	De 301 a 600 reais	
Tem	29,1%	34,0%	31,0%
Não tem	70,9%	66,0%	69,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 13
Acesso à sala de informática, segundo tipo de região. Município de Salvador – 2006

Acesso à sala de informática	Tipo de região			Total
	Periférica	Intermediária	Central	
Tem	21,7%	34,8%	41,1%	31,0%
Não tem	78,3%	65,2%	58,9%	69,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 14
Acesso à sala de informática, segundo tipo de escola. Município de Salvador – 2006

Acesso à sala de informática	Tipo de escola			Total
	Pública municipal	Pública municipal	Pública municipal	
Tem	33,1%	28,3%	30,8%	31,0%
Não tem	66,9%	71,7%	69,2%	69,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 15
Acesso à quadra de esportes, segundo renda familiar mensal. Município de Salvador – 2006

Acesso à quadra de esportes	Renda familiar mensal		Total
	De 0 a 300 reais	De 301 a 600 reais	
Tem	35,7%	48,6%	40,6%
Não tem	64,3%	51,4%	59,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 16
Acesso à quadra de esportes, segundo tipo de região. Município de Salvador – 2006

Acesso à quadra de esportes	Tipo de região			Total
	Periférica	Intermediária	Central	
Tem	34,0%	43,8%	47,2%	40,6%
Não tem	66,0%	56,2%	52,8%	59,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 17
Acesso à quadra de esportes, segundo tipo de escola. Município de Salvador – 2006

Acesso à quadra de esportes	Tipo de escola			Total
	Pública municipal	Pública municipal	Pública municipal	
Tem	29,5%	60,7%	22,9%	40,6%
Não tem	70,5%	39,3%	77,1%	59,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Constatam-se algumas diferenças referentes à presença de equipamentos específicos: biblioteca, por exemplo, - crianças cujos pais participam de algum tipo de associação civil não-religiosa têm mais acesso a esse equipamento.

Considerando a efetiva utilização desses equipamentos pelas crianças, verifica-se que 67,2% utilizam as bibliotecas disponíveis em suas escolas, 52,2% utilizam as salas de informática e

75,9%, as quadras de esportes. Nos três casos, crianças cujos domicílios localizam-se em áreas centrais tendem a utilizar mais esses equipamentos. No que se refere à biblioteca e sala de informática, crianças cujos responsáveis pelo domicílio são mais jovens (entre 18 e 29 anos) tendem a usar mais esses equipamentos. Considerando o tipo da escola, verificou-se que bibliotecas e salas de Informática são mais utilizadas no caso das escolas da rede municipal, para o uso das quadras não há diferenciais significativos. As tabelas a seguir apresentam algumas dessas informações.

Tabela 18
Utilização da biblioteca, segundo tipo de escola. Município de Salvador – 2006

Utilização da biblioteca	Tipo de escola			Total
	Pública municipal	Pública estadual	Outras	
Sim	69,6%	67,5%	56,1%	67,2%
Não	30,4%	32,5%	43,9%	32,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 19
Utilização da sala de informática, segundo tipo de escola. Município de Salvador – 2006

Utilização da sala de informática	Tipo de escola			Total
	Pública municipal	Pública estadual	Outras	
Sim	61,6%	40,7%	46,4%	52,2%
Não	38,4%	59,3%	53,6%	47,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 20
Utilização da quadra de esportes, segundo tipo de escola. Município de Salvador – 2006

Utilização da quadra de esportes	Tipo de escola			Total
	Pública municipal	Pública estadual	Outras	
Sim	74,3%	74,6%	92,7%	75,9%
Não	25,7%	25,4%	7,3%	24,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

1.1 Avaliação do ensino fundamental

Além desses aspectos da escola, procurou-se captar, no *survey*, a avaliação que os usuários fazem dos serviços de educação no município de Salvador. Para isso, utilizou-se uma bateria de questões em que o entrevistado é solicitado a atribuir notas a diferentes aspectos dessa política e, ao final, uma nota geral para a escola que o filho frequenta. Procurou-se destacar ainda os principais problemas percebidos pela população no acesso a essa política.

O principal ponto a ser destacado na avaliação geral dos usuários é a elevada nota média atribuída à escola freqüentada pelo filho, 7,94, o que indica um alto nível de satisfação – mais elevado do que o registrado para São Paulo, onde a nota geral para a escola foi 7,74. No caso das notas atribuídas a diversos itens da escola (merenda, freqüência dos professores, conservação das salas, etc) nota-se também que as médias são elevadas, mas há grande variação nas notas atribuídas de zero a dez. As maiores notas foram atribuídas à freqüência e pontualidade dos professores (em média, 7,87) e à qualidade do ensino (em média, 7,85) no caso de São Paulo, as melhores notas foram dadas ao estado de conservação das salas e também à freqüência e pontualidade dos professores. Para Salvador, as piores notas foram atribuídas ao salário dos professores (5,11) e aos equipamentos da escola (6,88) – em São Paulo, foram para segurança e também para o salário dos professores.

A nota geral atribuída à escola tende a ser melhor no caso das crianças cujos responsáveis pelo domicílio são do sexo feminino, são menos escolarizados e cujos domicílios estão em setores subnormais, padrão que se repete para os demais itens considerados. Notas gerais piores foram observadas no caso de domicílios localizados em áreas periféricas, como no caso de São Paulo. Não foram apontados diferenciais significativos na nota geral, de acordo com o tipo da escola: 7,55, rede municipal e 7,70, rede estadual. Considerando os itens específicos que foram avaliados, verifica-se que domicílios nas áreas periféricas tendem a dar notas piores para todos os itens. Considerando os tipos de escola, destaca-se a diferença nas notas dadas ao item segurança: 8,09 para escolas municipais e 6,47 para escolas estaduais. Nos demais itens, alguns foram mais bem avaliados na rede municipal: merenda, número de alunos em cada classe, conservação das salas, salários dos professores e equipamentos; e outros na rede estadual: freqüência, pontualidade e qualidade do ensino. Algumas tabelas com as avaliações são apresentadas a seguir.

Tabela 21
Avaliação de alguns itens do ensino fundamental. Município de Salvador – 2006

Itens avaliados	N	Nota mínima	Nota máxima	Média	Desvio padrão
Freqüência e pontualidade dos professores	119407	0	10	7,87	2,624
Qualidade do ensino	121671	0	10	7,85	2,496
Número de alunos por classe	108097	0	10	7,72	2,363
Conservação dos prédios e salas	121283	0	10	7,45	2,907
Salários dos professores	76995	0	10	5,11	3,275
Equipamentos da escola	119712	0	10	6,88	2,964
Segurança das crianças na escola	121671	0	10	7,53	3,190
Nota para a merenda	104095	0	10	6,62	3,118
Nota geral - escola	121543	0	10	7,94	2,119

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 22
Avaliação de alguns itens do ensino fundamental, segundo tipo de região.
Município de Salvador – 2006

Tipo de região	Nota	Merenda	Frequência e pontualidade dos professores	Qualidade do ensino	Número de alunos por classe	Conservação dos prédios e salas	Salários dos professores	Equipamentos da escola	Segurança das crianças na escola	Nota geral
Periférica	Média	6,44	7,43	7,36	7,56	6,89	5,53	6,42	7,05	7,75
	Desvio padrão	3,09	2,73	2,81	2,44	3,09	3,09	2,90	3,43	2,14
Intermediária	Média	6,49	8,15	8,18	7,87	7,82	4,75	6,90	7,63	7,91
	Desvio padrão	3,13	2,43	2,21	2,21	2,77	3,30	2,96	3,08	2,23
Central	Média	7,24	8,10	8,10	7,72	7,75	5,02	7,77	8,31	8,39
	Desvio padrão	3,06	2,71	2,26	2,52	2,64	3,53	2,90	2,73	1,70
Total	Média	6,62	7,87	7,85	7,72	7,45	5,11	6,88	7,53	7,94
	Desvio padrão	3,12	2,62	2,50	2,36	2,91	3,27	2,96	3,19	2,12

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 23
Avaliação de alguns itens do ensino fundamental, segundo domicílios em setor subnormal.
Município de Salvador – 2006

Setor subnormal	Nota	Merenda	Frequência e pontualidade dos professores	Qualidade do ensino	Número de alunos por classe	Conservação dos prédios e salas	Salários dos professores	Equipamentos da escola	Segurança das crianças na escola	Nota geral
Não	Média	6,61	7,82	7,82	7,69	7,42	5,08	6,77	7,45	7,91
	Desvio padrão	3,06	2,61	2,53	2,32	2,91	3,22	2,98	3,22	2,15
Sim	Média	6,69	8,27	8,16	8,06	7,69	5,42	8,03	8,31	8,18
	Desvio padrão	3,65	2,70	2,12	2,75	2,83	3,82	2,52	2,80	1,81
Total	Média	6,62	7,86	7,85	7,72	7,44	5,11	6,88	7,53	7,93
	Desvio padrão	3,12	2,63	2,50	2,36	2,91	3,27	2,96	3,19	2,12

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 24
Avaliação de alguns itens do ensino fundamental, segundo tipo de escola.
Município de Salvador – 2006

Tipo de escola	Nota	Merenda	Frequência e pontuação dos professores	Qualidade do ensino	Número de alunos por classe	Conservação dos prédios e salas	Salários dos professores	Equipamentos da escola	Segurança das crianças na escola	Nota geral
Pública municipal	Média	6,84	7,56	7,54	7,62	7,37	5,03	6,81	8,09	7,85
	Desvio padrão	3,16	2,88	2,59	2,41	3,03	3,28	3,02	2,89	2,23
Pública estadual	Média	6,23	7,76	7,93	7,54	7,10	4,54	6,54	6,47	7,70
	Desvio padrão	3,15	2,49	2,46	2,46	2,92	3,24	3,05	3,47	2,11
Outras	Média	7,25	9,18	8,72	8,57	8,64	6,99	8,15	8,58	8,91
	Desvio padrão	2,37	1,40	2,00	1,65	1,97	2,59	2,02	2,46	1,35
Total	Média	6,62	7,87	7,85	7,72	7,45	5,11	6,88	7,53	7,94
	Desvio padrão	3,12	2,62	2,50	2,36	2,91	3,27	2,96	3,19	2,12

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 25
Avaliação de alguns itens do ensino fundamental, segundo sexo do responsável pelo domicílio.
Município de Salvador – 2006

Sexo do responsável	Nota	Merenda	Frequência e pontuação dos professores	Qualidade do ensino	Número de alunos por classe	Conservação dos prédios e salas	Salários dos professores	Equipamentos da escola	Segurança das crianças na escola	Nota geral
Masculino	Média	6,37	7,60	7,58	7,29	7,42	4,86	6,59	7,39	7,68
	Desvio padrão	3,02	2,61	2,56	2,28	2,76	3,22	2,92	3,10	2,10
Feminino	Média	6,85	8,12	8,11	8,11	7,47	5,33	7,16	7,67	8,18
	Desvio padrão	3,18	2,62	2,40	2,37	3,04	3,31	2,98	3,27	2,11
Total	Média	6,62	7,87	7,85	7,72	7,45	5,11	6,88	7,53	7,94
	Desvio padrão	3,12	2,62	2,50	2,36	2,91	3,27	2,96	3,19	2,12

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 26

Avaliação de alguns itens do ensino fundamental, segundo idade do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Idade do responsável	Nota	Merenda	Frequência e pontualidade dos professores	Qualidade do ensino	Número de alunos por classe	Conservação dos prédios e salas	Salários dos professores	Equipamentos da escola	Segurança das crianças na escola	Nota geral
18 a 29 anos	Média	7,12	7,15	7,05	6,76	6,39	4,51	6,05	7,64	7,51
	Desvio padrão	3,09	3,28	2,92	2,76	3,46	3,26	3,13	3,09	2,23
30 a 49 anos	Média	6,74	7,93	8,05	7,91	7,58	5,45	6,96	7,34	7,95
	Desvio padrão	2,98	2,56	2,24	2,20	2,75	3,18	2,90	3,29	2,14
50 anos e mais	Média	5,71	8,16	7,63	7,68	7,74	3,99	7,23	8,30	8,21
	Desvio padrão	3,51	2,15	2,96	2,53	2,88	3,45	2,98	2,69	1,89
Total	Média	6,62	7,87	7,85	7,72	7,45	5,11	6,88	7,53	7,94
	Desvio padrão	3,12	2,62	2,50	2,36	2,91	3,27	2,96	3,19	2,12

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 27

Avaliação de alguns itens do ensino fundamental, segundo anos médios de estudo do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Anos de estudo do responsável	Nota	Merenda	Frequência e pontualidade dos professores	Qualidade do ensino	Número de alunos por classe	Conservação dos prédios e salas	Salários dos professores	Equipamentos da escola	Segurança das crianças na escola	Nota geral
0 a 3 anos	Média	7,28	7,92	8,32	8,15	7,64	5,29	7,30	7,98	8,34
	Desvio padrão	3,32	2,88	2,55	2,51	2,99	3,89	3,23	3,10	2,05
4 a 7 anos	Média	6,64	7,96	7,88	7,71	7,66	5,29	7,03	7,67	8,18
	Desvio padrão	2,94	2,46	2,37	2,19	2,83	3,23	2,81	3,17	2,02
8 a 10 anos	Média	5,93	7,51	7,52	7,64	6,99	4,71	6,21	7,23	7,35
	Desvio padrão	3,29	2,93	2,69	2,34	2,97	3,11	3,01	3,07	2,47
11 e mais	Média	6,76	8,09	7,65	7,32	7,35	5,17	6,98	7,07	7,70
	Desvio padrão	2,73	2,06	2,29	2,53	2,79	2,77	2,71	3,43	1,56
Total	Média	6,62	7,87	7,85	7,72	7,45	5,11	6,88	7,53	7,94
	Desvio padrão	3,12	2,62	2,50	2,36	2,91	3,27	2,96	3,19	2,12

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 28
Avaliação de alguns itens do ensino fundamental, segundo renda familiar mensal (reais de dezembro 2005). Município de Salvador – 2006

Renda familiar mensal	Nota	Merenda	Frequência e pontuação dos professores	Qualidade do ensino	Número de alunos por classe	Conservação dos prédios e salas	Salários dos professores	Equipamentos da escola	Segurança das crianças na escola	Nota geral
De 0 a 300 reais	Média	6,68	7,69	7,81	7,84	7,50	5,20	6,78	7,59	7,95
	Desvio padrão	3,22	2,79	2,53	2,43	2,92	3,33	3,06	3,09	2,21
De 301 a 600 reais	Média	6,53	8,14	7,91	7,54	7,37	4,97	7,05	7,45	7,93
	Desvio padrão	2,92	2,30	2,44	2,25	2,89	3,17	2,80	3,34	1,96
Total	Média	6,62	7,87	7,85	7,72	7,45	5,11	6,88	7,53	7,94
	Desvio padrão	3,12	2,62	2,50	2,36	2,91	3,27	2,96	3,19	2,12

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Considerando o entendimento da população sobre o maior problema enfrentado na área de educação, cabe destacar que, em Salvador, 62,9% dos responsáveis pelo domicílio não vêem nenhum problema na escola, já em São Paulo o percentual registrado foi 68,2. O maior problema percebido em Salvador é a indisciplina dos alunos (8,9% das respostas), seguida pela questão da segurança (7,2% das respostas) e pela questão da má qualidade do ensino (6,8%). Em São Paulo, o maior problema apontado foi o item segurança, seguido pela má qualidade do ensino oferecido.

Observando-se as variações nesses resultados para Salvador, cabe destacar as grandes diferenças encontradas de acordo com o tipo de escola: na rede municipal o maior problema percebido é a má qualidade do ensino (11,0% das respostas), seguido pela questão da indisciplina dos alunos (9,8%), na rede estadual o maior problema é a segurança (14,6% das respostas), seguido pela questão da indisciplina (10,9%) – a questão da má qualidade de ensino só foi percebida como principal problema por 1,4% dos respondentes na rede estadual. Para São Paulo, não foram apontadas diferenças tão marcantes de percepção de acordo com o tipo de escola.

Cabe destacar ainda variações na percepção dos maiores problemas da escola, segundo a região em que se localiza o domicílio, com domicílios em áreas periféricas tendendo a destacar a má qualidade do ensino e a falta de segurança, enquanto que domicílios em áreas centrais destacam a indisciplina dos alunos e a má qualidade da merenda. Também foram apontadas variações de acordo com o sexo do responsável pelo domicílio: homens tenderam a apontar como o maior problema a questão da segurança, enquanto que mulheres destacaram o problema da indisciplina dos alunos. As tabelas a seguir mostram essas informações.

Tabela 29

Maior problema da escola. Município de Salvador – 2006

Maior problema da escola	Frequência	%	% Válida	Cumulativo %
Ensino ruim	8082	6,6	6,8	6,8
Muitos alunos por classe	24	0	0	6,8
Professor ruim	2453	2,0	2,1	8,9
Segurança	8498	7,0	7,2	16,1
Prédios mal conservados	2783	2,3	2,3	18,4
Merenda	5453	4,5	4,6	23,0
Crianças ficam pouco na escola	189	0,2	0,2	23,2
Falta material escolar	267	0,2	0,2	23,4
Falta transporte escolar	873	0,7	0,7	24,2
Escola pequena / apertada	2450	2,0	2,1	26,2
Distância	3013	2,5	2,5	28,8
Sujeira	733	0,6	0,6	29,4
Indisciplina dos alunos	10547	8,7	8,9	38,3
Demora para abrir o portão	783	0,6	0,7	39,0
Outro	28391	23,3	24,0	62,9
Nenhum	43898	36,0	37,1	100,0
Total	118436	97,2	100,0	100,0

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 30

Maior problema da escola, segundo tipo de região. Município de Salvador – 2006

Maior problema da escola	Tipo de região			Total
	Periférica	Intermediária	Central	
Ensino ruim	10,0%	5,7%	2,8%	6,8%
Muitos alunos por classe	-	-	0,1%	0%
Professor ruim	3,1%	2,0%	0,1%	2,1%
Segurança	10,5%	5,8%	3,4%	7,2%
Prédios mal conservados	2,2%	1,7%	4,0%	2,3%
Merenda	5,0%	1,4%	11,0%	4,6%
Crianças ficam pouco na escola	-	0,4%	-	0,2%
Falta material escolar	-	0,5%	0,1%	0,2%
Falta transporte escolar	-	1,5%	0,6%	0,7%
Escola pequena / apertada	2,2%	2,2%	1,5%	2,1%
Distância	2,9%	3,2%	0,3%	2,5%
Sujeira	-	1,5%	-	0,6%
Indisciplina dos alunos	6,7%	9,3%	12,3%	8,9%
Demora para abrir o portão	1,4%	-	0,6%	0,7%
Outro	26,2%	25,2%	16,6%	24,0%
Nenhum	29,6%	39,6%	46,6%	37,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 31
Maior problema da escola, segundo domicílios em setor subnormal. Município de Salvador – 2006

Maior problema da escola	Setor subnormal		Total
	Não	Sim	
Ensino ruim	7,0%	5,4%	6,8%
Muitos alunos por classe	0%	-	0%
Professor ruim	1,7%	6,1%	2,1%
Segurança	7,5%	4,1%	7,2%
Prédios mal conservados	2,2%	3,7%	2,4%
Merenda	4,4%	6,2%	4,6%
Crianças ficam pouco na escola	-	1,8%	0,2%
Falta material escolar	0,2%	-	0,2%
Falta transporte escolar	0,8%	-	0,7%
Escola pequena / apertada	2,3%	-	2,1%
Distância	2,8%	-	2,5%
Sujeira	0,7%	-	0,6%
Indisciplina dos alunos	8,6%	12,0%	8,9%
Demora para abrir o portão	0,6%	1,2%	0,7%
Outro	24,2%	22,2%	24,0%
Nenhum	36,9%	37,3%	37,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 32
Maior problema da escola, segundo tipo de escola. Município de Salvador – 2006

Maior problema da escola	Tipo de escola			Total
	Pública municipal	Pública estadual	Outras	
Ensino ruim	11,0%	1,4%	7,2%	6,8%
Muitos alunos por classe	0%	-	-	0%
Professor ruim	2,8%	1,8%	0,1%	2,1%
Segurança	2,9%	14,6%	1,2%	7,2%
Prédios mal conservados	2,4%	3,1%	-	2,3%
Merenda	5,8%	4,3%	1,1%	4,6%
Crianças ficam pouco na escola	-	0,4%	-	0,2%
Falta material escolar	0,2%	0,3%	-	0,2%
Falta transporte escolar	-	1,6%	0,8%	0,7%
Escola pequena / apertada	2,9%	0,7%	2,9%	2,1%
Distância	2,5%	3,5%	-	2,5%
Sujeira	0,3%	1,2%	-	0,6%
Indisciplina dos alunos	9,8%	10,9%	-	8,9%
Demora para abrir o portão	0,2%	1,4%	-	0,7%
Outro	23,1%	25,6%	22,2%	24,0%
Nenhum	36,0%	29,0%	64,4%	37,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 33
Maior problema da escola, segundo sexo do responsável pelo domicílio.
Município de Salvador – 2006

Maior problema da escola	Sexo responsável		Total
	Masculino	Feminino	
Ensino ruim	Total	5,6%	6,8%
Muitos alunos por classe	0%	0,0%	0%
Professor ruim	3,4%	0,8%	2,1%
Segurança	10,7%	3,8%	7,2%
Prédios mal conservados	1,7%	3,0%	2,3%
Merenda	3,7%	5,5%	4,6%
Crianças ficam pouco na escola	0,3%	-	0,2%
Falta material escolar	0%	0,4%	0,2%
Falta transporte escolar	0,3%	1,1%	0,7%
Escola pequena / apertada	1,8%	2,4%	2,1%
Distância	2,2%	2,9%	2,5%
Sujeira	0,3%	0,9%	0,6%
Indisciplina dos alunos	6,0%	11,7%	8,9%
Demora para abrir o portão	1,1%	0,2%	0,7%
Outro	27,7%	20,4%	24,0%
Nenhum	32,6%	41,3%	37,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 34
Maior problema da escola, segundo idade do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Maior problema da escola	Idade responsável			Total
	18 a 29 anos	30 a 49 anos	50 anos e mais	
Ensino ruim	19,2%	3,7%	10,2%	6,8%
Muitos alunos por classe	-	0%	0,1%	0%
Professor ruim	3,3%	2,3%	-	2,1%
Segurança	0,9%	9,8%	1,3%	7,2%
Prédios mal conservados	4,7%	1,5%	4,1%	2,3%
Merenda	13,3%	3,3%	3,4%	4,6%
Crianças ficam pouco na escola	-	0,2%	-	0,2%
Falta material escolar	-	0,3%	-	0,2%
Falta transporte escolar	-	1,1%	-	0,7%
Escola pequena / apertada	0,8%	2,6%	0,6%	2,1%
Distância	0,6%	2,2%	5,4%	2,5%
Sujeira	-	0,9%	-	0,6%
Indisciplina dos alunos	15,3%	7,7%	8,9%	8,9%
Demora para abrir o portão	-	0,9%	-	0,7%
Outro	21,7%	25,2%	20,4%	24,0%
Nenhum	20,1%	38,2%	45,5%	37,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 35
Maior problema da escola, segundo tempo médio de estudo do responsável pelo domicílio.
Município de Salvador – 2006

Maior problema da escola	Anos de estudo				Total
	0 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 e mais	
Ensino ruim	7,9%	6,0%	6,5%	7,9%	6,8%
Muitos alunos por classe	0%	0%	-	-	0%
Professor ruim	2,6%	1,0%	4,1%	0,9%	2,1%
Segurança	6,5%	7,6%	5,7%	9,3%	7,2%
Prédios mal conservados	1,1%	0,5%	4,3%	5,9%	2,3%
Merenda	1,8%	4,9%	2,9%	10,2%	4,6%
Crianças ficam pouco na escola	-	0,4%	-	-	0,2%
Falta material escolar	-	0,6%	-	0,1%	0,2%
Falta transporte escolar	-	1,2%	0,5%	1,0%	0,7%
Escola pequena / apertada	0,3%	2,5%	3,0%	2,1%	2,1%
Distância	4,7%	1,7%	2,9%	1,1%	2,5%
Sujeira	-	0,4%	1,9%	-	0,6%
Indisciplina dos alunos	8,6%	8,8%	9,3%	9,2%	8,9%
Demora para abrir o portão	2,6%	0,3%	-	-	0,7%
Outro	16,7%	24,9%	33,5%	17,1%	24,0%
Nenhum	47,2%	39,3%	25,5%	35,1%	37,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 36
Maior problema da escola, segundo renda familiar mensal (em reais de dezembro de 2005).
Município de Salvador – 2006

Maior problema da escola	Renda familiar mensal		Total
	De 0 a 300 reais	De 301 a 600 reais	
Ensino ruim	7,9%	5,1%	6,8%
Muitos alunos por classe	-	0,1%	0%
Professor ruim	1,7%	2,7%	2,1%
Segurança	9,1%	4,1%	7,2%
Prédios mal conservados	2,6%	1,9%	2,3%
Merenda	5,1%	3,8%	4,6%
Crianças ficam pouco na escola	-	0,4%	0,2%
Falta material escolar	-	0,6%	0,2%
Falta transporte escolar	0,7%	0,7%	0,7%
Escola pequena / apertada	1,7%	2,6%	2,1%
Distância	1,3%	4,6%	2,5%
Sujeira	0,7%	0,4%	0,6%
Indisciplina dos alunos	9,1%	8,6%	8,9%
Demora para abrir o portão	0,9%	0,3%	0,7%
Outro	22,9%	25,6%	24,0%
Nenhum	36,2%	38,5%	37,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Cabe ressaltar, por fim, a questão da participação dos pais em reuniões na escola – aspecto que não foi avaliado no caso do *survey* realizado em São Paulo. Em Salvador, 83,3% dos pais declaram participar, com frequência, de reuniões nas escolas dos filhos, o que indica um elevado grau de interesse pela vida escolar de seus filhos. Essa participação é um pouco maior no caso de responsáveis pelo domicílio do sexo masculino (84,3% contra 82,3% do sexo feminino), para domicílios localizados em área intermediária (85,0%), para o caso de responsáveis que participam de alguma associação civil não-religiosa (88,8% contra 82,0% daqueles que não participam) e para a rede municipal (86,7 contra 82,1%).

1.2 Mecanismos de acesso ao ensino fundamental

Além dos dados já apresentados, analisaram-se os mecanismos de acesso a serviços utilizados pelos que têm filhos no ensino fundamental. A inferência sobre esses mecanismos é feita de forma direta, através da resposta espontânea do entrevistado à pergunta sobre a necessidade de recorrer ou não à ajuda de alguém para obter a vaga na escola. De forma indireta, essa questão permite inferir o grau de institucionalização dos serviços providos, como será apresentado.

Entre os mecanismos de acesso ao ensino fundamental, optou-se por avaliar a necessidade de ajuda para realização da primeira matrícula, de modo a verificar a existência de eventuais barreiras ou dificuldades para a entrada no sistema. O primeiro aspecto a ser ressaltado é que 79,7% das pessoas não precisaram da ajuda de terceiros para matricular seus filhos – em São Paulo o percentual registrado foi 87,4%. Assim como observado em São Paulo, em Salvador aqueles que recorrem à ajuda de terceiros, procuram colegas ou amigos (4,7%), vizinhos (4,2%) e parentes (4,0), ou funcionários públicos (3,5%). Esses resultados mostram que, em geral, os mecanismos de acesso à política estão vinculados às redes de parentesco e amigos, ou encontram canais institucionalizados – porém, em menor medida do que registrado em São Paulo.

Foram apontadas, no entanto, algumas diferenças entre os que declaram procurar algum tipo de ajuda. Aqueles que residem em domicílios localizados em setores subnormais precisaram mais de ajuda no momento da primeira matrícula, tendo procurado principalmente a ajuda dos vizinhos (10,5% das respostas). Também recorreram mais à ajuda de terceiros as famílias cujos filhos estão na rede municipal e as lideradas por responsáveis mais jovens, entre 18 e 29 anos. Não foram observadas diferenças significativas de acordo com o sexo do responsável pelo domicílio, conforme pode ser verificado nas tabelas a seguir.

Tabela 37
Ajuda na primeira matrícula. Município de Salvador – 2006

Tipo de ajuda	% Válido
Parente	4,04
Vizinho	4,17
Colega de trabalho / Colega pessoal / Amigo	4,74
Líder da sua religião	0,08
Policial	0,07
Patrão	0,07
Pessoa da associação de bairro	0,16
Funcionário público	3,53
Outro	3,46
Ninguém/ Não precisou	79,69
Total	100,00
Não sabe/ Não opinou	-

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 38
Ajuda na primeira matrícula, segundo tipo de região. Município de Salvador – 2006

Necessidade de ajuda	Tipo de região			Total
	Periférica	Intermediária	Central	
Não recorreu a ninguém	80,9%	78,7%	79,6%	79,7%
Recorreu a alguém	19,1%	21,3%	20,4%	20,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a Serviços Públicos. Maio de 2006.

Tabela 39
Ajuda na primeira matrícula, segundo domicílios em setor subnormal. Município de Salvador – 2006

Necessidade de ajuda	Setor subnormal		Total
	Não	Sim	
Não recorreu a ninguém	79,9%	76,6%	79,7%
Recorreu a alguém	20,1%	23,4%	20,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 40

Ajuda na primeira matrícula, segundo tipo de escola. Município de Salvador – 2006

Necessidade de ajuda	Tipo da escola			Total
	Pública municipal	Pública estadual	Outras	
Não recorreu a ninguém	77,8%	80,0%	85,3%	79,7%
Recorreu a alguém	22,2%	20,0%	14,7%	20,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 41

Ajuda na primeira matrícula, segundo sexo do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Necessidade de ajuda	Sexo do responsável		Total
	Masculino	Feminino	
Não recorreu a ninguém	79,1%	80,2%	79,7%
Recorreu a alguém	20,9%	19,8%	20,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 42

Ajuda na primeira matrícula, segundo idade do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Necessidade de ajuda	Idade do responsável			Total
	18 a 29 anos	30 a 49 anos	50 anos e mais	
Não recorreu a ninguém	68,6%	81,2%	82,2%	79,7%
Recorreu a alguém	31,4%	18,8%	17,8%	20,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 43

Ajuda na primeira matrícula, segundo tempo médio de estudo do responsável. Município de Salvador – 2006

Necessidade de ajuda	Anos de estudo				Total
	0 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 e mais anos	
Não recorreu a ninguém	79,2%	82,0%	75,0%	81,9%	79,7%
Recorreu a alguém	20,8%	18,0%	25,0%	18,1%	20,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 44
Ajuda na primeira matrícula, segundo renda familiar mensal (em reais de dezembro de 2005).
Município de Salvador – 2006

Necessidade de ajuda	Renda familiar mensal		Total
	De 0 a 300 reais	De 301 a 600 reais	
Não recorreu a ninguém	80,7%	78,1%	79,7%
Recorreu a alguém	19,3%	21,9%	20,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Embora a maioria não tenha recorrido à ajuda de terceiros, 23,3% dos chefes de família com filhos na escola declararam ter enfrentado dificuldades para efetuar a primeira matrícula de seu filho, porcentagem maior do que a observada para São Paulo (18,9%). Em Salvador, essa dificuldade é um pouco maior nas situações dos domicílios localizados em áreas periféricas, em setores subnormais, chefiados por homens, chefiados por pessoas de menor escolaridade e nos casos de domicílios onde os pais já mantinham os filhos na rede estadual. As tabelas a seguir apresentam essas informações.

Tabela 45
Grau de dificuldade percebido na primeira matrícula. Município de Salvador – 2006

Grau de dificuldade da primeira matrícula	Frequência	% Válida	% Cumulativa
Fácil	86770	71,3	71,3
Mais ou menos (ESP)	6563	5,4	76,7
Difícil	28339	23,3	100,0
Total	121671	100,0	-
Não sabe / Não opinou	189	-	-
Total	121860	-	-

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 46
Grau de dificuldade percebido na primeira matrícula, segundo tipo de região.
Município de Salvador – 2006

Grau de dificuldade da primeira matrícula	Tipo de região			Total
	Periférica	Intermediária	Central	
Fácil	67,70	73,24	74,35	71,31
Mais ou menos (ESP)	6,11	4,28	6,45	5,39
Difícil	26,19	22,48	19,20	23,29
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 47
Grau de dificuldade percebido na primeira matrícula, segundo domicílios em setor subnormal. Município de Salvador – 2006

Grau de dificuldade da primeira matrícula	Setor subnormal		Total
	Não	Sim	
Fácil	71,92	64,69	71,27
Mais ou menos (ESP)	5,43	5,15	5,40
Difícil	22,65	30,16	23,33
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 48
Grau de dificuldade percebido na primeira matrícula, segundo tipo da escola. Município de Salvador – 2006

Grau de dificuldade da primeira matrícula	Tipo de escola			Total
	Pública municipal	Pública estadual	Outras	
Fácil	72,22	64,87	86,02	71,31
Mais ou menos (ESP)	3,66	8,20	3,61	5,39
Difícil	24,12	26,93	10,38	23,29
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 49
Grau de dificuldade percebido na primeira matrícula, segundo sexo do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Grau de dificuldade da primeira matrícula	Sexo do responsável		Total
	Masculino	Feminino	
Fácil	68,51	73,99	71,32
Mais ou menos (ESP)	5,56	5,24	5,39
Difícil	25,93	20,77	23,29
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 50
Grau de dificuldade percebido na primeira matrícula, segundo idade do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Grau de dificuldade da primeira matrícula	Idade do responsável			Total
	18 a 29 anos	30 a 49 anos	50 anos e mais	
Fácil	69,75	69,55	80,10	71,31
Mais ou menos (ESP)	6,49	5,29	4,94	5,39
Difícil	23,75	25,16	14,96	23,29
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 51
Grau de dificuldade percebido na primeira matrícula, segundo anos médios de estudo do responsável. Município de Salvador – 2006

Grau de dificuldade da primeira matrícula	Anos de estudo				Total
	0 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 e mais	
Fácil	62,09	70,44	73,87	82,22	71,31
Mais ou menos (ESP)	4,84	8,41	3,04	2,26	5,39
Difícil	33,07	21,14	23,09	15,52	23,29
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 52
Grau de dificuldade percebido na primeira matrícula, segundo renda familiar mensal (reais de dezembro 2005). Município de Salvador – 2006

Grau de dificuldade da primeira matrícula	Renda familiar mensal		Total
	De 0 a 300 reais	De 301 a 600 reais	
Fácil	70,45	72,70	71,32
Mais ou menos (ESP)	5,52	5,19	5,39
Difícil	24,03	22,10	23,29
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Apesar de alguns patamares inferiores em relação a São Paulo, pode-se afirmar que o acesso à primeira matrícula no ensino fundamental, em Salvador, as pessoas não tiveram muitas dificuldades nem tiveram que recorrer de forma significativa à ajuda de terceiros. Isto indica que o acesso a essa política, além de estar praticamente universalizado, conta com mecanismos institucionalizados de acesso e não apresenta grandes barreiras à entrada, pelo menos nesse nível de análise.

2. INFRA-ESTRUTURA URBANA

Na análise da política de infra-estrutura urbana, foram consideradas as condições de acesso à rede de água (incluindo freqüência do abastecimento, de modo a verificar situações de intermitência do mesmo, uma vez que o sistema apresenta-se praticamente universalizado no município⁶), esgoto, iluminação pública, energia elétrica, transporte público próximo, presença de parques e praças.

Em primeiro lugar, cabe destacar que as coberturas desses serviços são elevadas, mesmo entre a população mais pobre do município, conforme apresentado na Tabela 53, a seguir. São observados menores níveis de cobertura apenas no caso de serviços ainda não universalizados no município, como rede de esgoto, além de parques e praças, iluminação pública

⁶ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicam que em 2004 a cobertura de água na Região Metropolitana de Salvador era de 96,6%.

e calçamento. Cabe destacar também que, apesar do acesso à rede geral de água ser praticamente universal, há situações de interrupção do abastecimento, indicando que se faz necessário atentar para a qualidade dos serviços oferecidos. Outro aspecto muito relevante nesse contexto se refere à deficiência da presença de ronda policial nos bairros.

Tabela 53
Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres. Município de Salvador – 2006

Serviço	Cobertura
Água	91,72
Água chega todo dia	76,79
Energia elétrica	98,68
Iluminação pública	79,20
Rede de esgoto	81,83
Coleta de lixo	80,70
Calçamento	68,00
Transporte público próximo	80,50
Parque e praça próximos	32,10
Ronda policial	43,80

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Comparando esses resultados com os obtidos para o município de São Paulo (FIGUEIREDO et al., 2005), é possível observar que algumas dessas coberturas são ligeiramente inferiores, especialmente acesso permanente à água, coleta de lixo, disponibilidade de transporte público e de parques e praças próximos aos domicílios mais pobres. Porém, em Salvador, é um pouco mais elevada a cobertura da iluminação pública e o acesso ao esgotamento sanitário, o que provavelmente é um reflexo do Programa Bahia Azul, implementado desde 1996 pelo governo do Estado da Bahia, através da EMBASA, visando à ampliação das redes de água e esgoto e também do sistema de coleta de lixo, de modo a contribuir para a despoluição de rios e praias (SOUZA, 2000).

Quando esses dados são analisados, segundo diferentes dimensões, verificam-se alguns diferenciais importantes. Em referência ao acesso à rede de água, observa-se que domicílios localizados em áreas periféricas e em setores subnormais têm menor cobertura e abastecimento menos freqüente - padrões também encontrados para o município de São Paulo, o que aponta para a relevância da dimensão territorial no acesso a esse serviço. Também têm menor acesso à rede de água os domicílios com menor renda familiar mensal e aqueles chefiados por homens ou por pessoas com menos escolaridade. Resultados semelhantes também foram obtidos para freqüência do abastecimento de água e acesso à rede de esgoto, conforme se poderá verificar nas tabelas a seguir:

Tabela 54
Cobertura da rede pública de água, segundo renda familiar mensal. Município de Salvador – 2006

Acesso à rede de água	Renda familiar mensal		Total
	De 0 a 300 reais	De 301 a 600 reais	
Sim	90,6%	93,8%	91,8%
Não	9,4%	6,2%	8,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 55
Frequência do abastecimento da rede pública de água, segundo tipo de região. Município de Salvador – 2006

Água chega todo dia	Tipo de região			Total
	Periférica	Intermediária	Central	
Sim	75,3%	83,5%	90,8%	81,9%
Não	24,7%	16,5%	9,2%	18,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 56
Cobertura da rede pública de água, segundo domicílio em setor subnormal. Município de Salvador – 2006

Acesso à rede de água	Setor subnormal		Total
	Não	Sim	
Sim	92,0%	90,0%	91,8%
Não	8,0%	10,0%	8,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 57
Cobertura da rede pública de água, segundo tempo médio de estudo do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Acesso à rede de água	Anos de estudo				Total
	0 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 e mais	
Sim	90,8%	88,9%	94,5%	95,8%	91,8%
Não	9,2%	11,1%	5,5%	4,2%	8,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 58
Cobertura da rede pública de esgoto, segundo renda familiar mensal.
Município de Salvador – 2006

Acesso à rede de esgoto	Renda familiar mensal		Total
	De 0 a 300 reais	De 301 a 600 reais	
Sim	79,7%	85,3%	81,8%
Não	20,3%	14,7%	18,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 59
Cobertura da rede pública de esgoto, segundo domicílio em setor subnormal.
Município de Salvador – 2006

Acesso à rede de esgoto	Setor subnormal		Total
	Não	Sim	
Sim	82,0%	79,8%	81,8%
Não	18,0%	20,2%	18,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Em referência ao acesso à energia elétrica, serviço bastante universalizado no município de Salvador, não foram observados diferenciais importantes em nenhuma das variáveis consideradas. No que concerne à iluminação pública, conforme esperado, o acesso é menor para os domicílios localizados em setores subnormais, como demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 60
Cobertura da iluminação pública, segundo domicílio em setor subnormal.
Município de Salvador – 2006

Acesso à iluminação pública	Setor subnormal		Total
	Não	Sim	
Sim	79,4%	76,8%	79,2%
Não	20,6%	23,2%	20,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Verifica-se que domicílios com menor renda familiar mensal e domicílios chefiados por homens contam com menores coberturas quando se trata de coleta de lixo. Ao contrário do esperado, domicílios localizados em setores subnormais contam com melhores coberturas de coleta de lixo.

Tabela 61
Cobertura da coleta de lixo, segundo renda familiar mensal. Município de Salvador – 2006

Acesso à coleta de lixo	Renda familiar mensal		Total
	De 0 a 300 reais	De 301 a 600 reais	
Sim	78,9%	83,7%	80,7%
Não	21,1%	16,3%	19,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 62
Cobertura da coleta de lixo, segundo domicílio em setor subnormal. Município de Salvador – 2006

Acesso à coleta de lixo	Setor subnormal		Total
	Não	Sim	
Sim	80,0%	87,5%	80,7%
Não	20,0%	12,5%	19,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Analisando-se o calçamento das ruas, são encontrados domicílios localizados em áreas periféricas, em setores subnormais, com menor renda familiar mensal, além daqueles chefiados por homens ou por pessoas com menos escolaridade, que apresentam menores coberturas, segundo se pode verificar em algumas informações contidas nas tabelas a seguir.

Tabela 63
Calçamento da rua, segundo renda familiar mensal. Município de Salvador – 2006

Rua calçada	Renda familiar mensal		Total
	De 0 a 300 reais	De 301 a 600 reais	
Sim	66,1%	71,2%	68,0%
Não	33,9%	28,8%	32,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 64
Calçamento da rua, segundo tipo de região. Município de Salvador – 2006

Rua calçada	Tipo de região			Total
	Classe baixa	Classe média	Classe alta	
Sim	65,5%	69,3%	69,9%	68,0%
Não	34,5%	30,7%	30,1%	32,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Para a disponibilidade de transporte público próximo, observa-se que domicílios com menor renda familiar mensal, assim como domicílios chefiados por homens ou por pessoas com menor escolaridade contam com menor acesso. Não há diferenciais significativos no caso de domicílios localizados em setores subnormais. Ao contrário do esperado, o acesso a transporte público é pior no caso dos domicílios localizados na área central.

Tabela 65
Transporte público próximo, segundo tipo de região. Município de Salvador – 2006

Transporte público	Tipo de região			Total
	Periférica	Intermediária	Central	
Sim	84,5%	83,8%	66,9%	80,5%
Não	15,5%	16,2%	33,1%	19,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 66
Transporte público próximo, segundo tempo médio de estudo do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Transporte público	Anos de estudo				Total
	0 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 e mais	
Sim	75,2%	79,4%	83,0%	86,7%	80,5%
Não	24,8%	20,6%	17,0%	13,3%	19,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Nota-se também que a presença de parques e praças é muito menor no caso de áreas periféricas, não sendo verificados diferenciais importantes para as demais dimensões consideradas.

Tabela 67
Presença de parques ou praças, segundo tipo de região. Município de Salvador – 2006

Parque ou praça próximos	Tipo de região			Total
	Periférica	Intermediária	Central	
Sim	24,7%	32,4%	44,5%	32,1%
Não	75,3%	67,6%	55,5%	67,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

No caso da ronda policial, verifica-se que ela está mais presente na região central e no caso de domicílios em setores subnormais, como mostram as tabelas seguintes.

Tabela 68

Presença de ronda policial, segundo tipo de região. Município de Salvador – 2006

Ronda policial	Tipo de região			Total
	Periférica	Intermediária	Central	
Sim	44,4%	41,7%	46,8%	43,8%
Não	55,6%	58,3%	53,2%	56,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 69

Presença de ronda policial, segundo domicílio em setor subnormal. Município de Salvador – 2006

Ronda policial	Setor subnormal		Total
	Não	Sim	
Sim	41,8%	62,3%	43,7%
Não	58,2%	37,7%	56,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Além da cobertura de serviços de infra-estrutura urbana, o *survey* procurou avaliar ainda algumas características gerais da casa e da vizinhança. Neste quesito, constatou-se que a maioria avalia a sua vizinhança como pobre (57,1%) e que uma parcela nada desprezível a considera como de classe média (30,5%). É interessante notar que, enquanto 11,9% definem a sua vizinhança como uma área de favela, os dados do Censo Demográfico do IBGE indicam que 9,5% dos domicílios considerados no *survey* estão em setores subnormais, o que parece indicar a subestimação dos dados por meio desse indicador.

Avaliando a questão da propriedade da casa, verificou-se que 63,2% declararam ter casa própria já quitada, porém 26,7% desse total não têm nenhum tipo de documentação que comprove a propriedade.

Analisando aspectos relacionados às condições de habitação, tais como presença de vazamentos, umidade nas paredes, etc, constata-se que a situação é mais precária, uma vez que 53,3% dos domicílios não têm caixa d'água com tampa, em 60,5% dos domicílios há presença de vazamentos no telhado, em 28,2% dos casos, a casa é mal iluminada durante o dia e em 76,0% dos domicílios as paredes ficam úmidas em épocas de chuva. Verifica-se ainda que 21,6% dos domicílios mais pobres de Salvador ficam a uma distância de até 50m de esgotos a céu aberto, com maior incidência dessa situação para domicílios localizados em áreas periféricas.

Por fim, considerando a percepção do principal problema do bairro, destacou-se a questão da segurança pública, com 33,1% das respostas.

3. SERVIÇOS DE SAÚDE

No que se refere ao acesso às políticas de saúde pública, optou-se por avaliar as condições de atendimento básico oferecidas à população, isto é, avaliar os atendimentos de rotina que são oferecidos nos postos de saúde e mesmo em hospitais, por meio de consultas básicas. Com isso, foram excluídos procedimentos mais complexos ou de emergência, que sabidamente tendem a ter uma distribuição mais concentrada.

Nessa direção, foram avaliados os tipos de locais procurados para atendimento, o tempo de espera para obtenção de atendimento, o tempo de deslocamento até o local de atendimento, as dificuldades relatadas e a necessidade de ajuda para obtenção do atendimento, além da avaliação dos serviços por parte da população mais pobre do município, considerando-se população total os responsáveis pelo domicílio ou seus familiares que procuraram atendimento de saúde no último ano. Destaca-se, nesse caso, que a bateria completa de questões só foi aplicada para aqueles que buscaram atendimento em posto de saúde ou em hospital, que não pronto-socorro.

Em primeiro lugar, é importante apresentar as condições de acesso aos serviços de saúde de rotina, na rede pública, por parte da população mais pobre de Salvador. Os dados do *survey* indicam que em 85,7% dos domicílios mais pobres, algum dos membros da família procurou algum tipo de atendimento de saúde de rotina no último ano. Em São Paulo, esse número foi de 91,0%. A maioria das pessoas que procurou serviços de saúde no último ano era do sexo feminino (53,9% dos casos), na faixa etária de 0 (zero) e 91 anos, porém com maior concentração entre os mais jovens (30,2% dos casos até 13 anos).

Entre aqueles que procuraram algum serviço de saúde no último ano, 48,9% procuraram um posto de saúde público e 17,4% um hospital público, como apresentado na tabela seguinte. Também é interessante notar que a parcela da população que recorre à rede privada de saúde é baixa, porém não desprezível.

Essas informações relativas ao local de atendimento foram complementadas pela informação relativa ao pagamento ou não da consulta. Isso para que se pudesse detectar situações em que a pessoa declarou ter ido a um hospital particular ou a um hospital filantrópico, porém com atendimento via Sistema Único de Saúde (SUS). Observou-se que 100% das consultas realizadas em hospitais filantrópicos e 58,7% das consultas realizadas em hospitais particulares se concretizaram através do SUS.

Nesse caso, reagregando as categorias “posto de saúde”, “centro de saúde público” e “unidade de saúde da família” na categoria mais geral “posto de saúde”, e considerando as consultas em hospitais via SUS e as consultas realizadas em hospitais públicos, verificou-se que 75,4% das consultas registradas se concretizaram através do sistema público de saúde, o que indica um elevado nível de cobertura do sistema⁷. Desses atendimentos agregados, 22,5% se registraram em hospitais públicos e 70,2% em postos de saúde, o que também aponta o sucesso da hierarquização do sistema, que prevê atendimentos básicos em postos de saúde. As tabelas a seguir mostram esses dados abertos e também agrupados segundo as categorias “postos de saúde” e “hospitais”.

⁷ Em São Paulo, 73,2% dos atendimentos tinham ocorrido em postos de saúde ou hospital público há até um ano antes da data da pesquisa, novembro de 2004.

Tabela 70
Local do último atendimento de saúde. Município de Salvador – 2006

Onde foi buscar atendimento	Frequência	%	% Válido	% Cumulativo
Pessoa do programa de médico de família	831	0,2	0,3	0,3
Médico particular / Convênio	26798	7,9	8,3	8,5
Serviço de emergência ou pronto socorro	27555	8,1	8,5	17,0
Hospital particular	22915	6,8	7,1	24,1
Hospital filantrópico (Sta Casa, Irmã Dulce)	7897	2,3	2,4	26,5
Hospital público	56401	16,6	17,4	43,9
Posto de saúde público	158687	46,8	48,9	92,9
Centro de saúde público	20866	6,2	6,4	99,3
Unidade de saúde da família	2312	0,7	0,7	100,0
Total	324262	95,7	100,0	

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 71
Tipo de local do último atendimento de saúde. Município de Salvador – 2006

Local do atendimento	Frequência	%	% Válido	% Cumulativo
Hospital público	76111	22,5	29,8	29,8
Posto de saúde	179421	52,9	70,2	100,0
Total	255533	75,4	100,0	
Total	338998	100,0		

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Analisando essas informações relativas ao local do último atendimento, de acordo com diversas variáveis escolhidas, verifica-se que membros de domicílios localizados em áreas periféricas tendem a recorrer mais a postos de saúde, assim como acontece no caso de domicílios localizados em setores subnormais, domicílios chefiados por mulheres, por pessoas mais jovens e com renda familiar mensal menor. A tabela seguinte apresenta essas informações segundo o tipo de região.

Tabela 72

Local do último atendimento de saúde, segundo tipo de região. Município de Salvador – 2006

Onde foi buscar atendimento	Tipo de região			Total
	Periférica	Intermediária	Central	
Pessoa do programa de médico de família	0,7%			0,3%
Médico particular / Convênio	8,2%	9,3%	6,4%	8,3%
Serviço de emergência ou pronto socorro	4,1%	11,3%	11,0%	8,5%
Hospital particular	6,2%	7,6%	7,4%	7,1%
Hospital filantrópico (Sta Casa, Irmã Dulce)	2,5%	1,6%	4,1%	2,4%
Hospital público	18,3%	17,1%	16,4%	17,4%
Posto de saúde público	53,9%	46,7%	44,4%	48,9%
Centro de saúde público	5,6%	6,1%	8,7%	6,4%
Unidade de saúde da família	0,6%	0,3%	1,7%	0,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Após a seleção daqueles que recorreram a postos de saúde ou a hospitais públicos para atendimento de rotina, foram verificados outros aspectos que permitem caracterizar as condições de atendimento oferecidas no município de Salvador. Em primeiro lugar, avaliou-se o tempo de espera para o atendimento, diferenciando-se as situações em que houve, ou não, marcação de consulta. (Em 67,8% dos casos houve agendamento.)

Nas situações de atendimento com consulta marcada, o tempo médio de espera foi de 18 dias e a mediana, de 10 dias. Essa situação, em Salvador, é mais favorável do que a encontrada em São Paulo, onde uma pessoa espera, em média, 39 dias por uma consulta agendada. Assim como observado em São Paulo, é grande a variação do tempo de espera de 1 a 180 dias, como apresentado na tabela seguinte. Esse tempo é mais elevado para aqueles que moram em setores subnormais, no caso de domicílios chefiados por pessoas mais idosas (acima de 50 anos) e domicílios chefiados por não-brancos. O tipo de região de residência e as demais variáveis individuais não tiveram impacto no tempo de espera para obtenção de consultas. De acordo com o previsto, o tempo de espera é significativamente maior no caso de consulta marcada em hospital, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 73

Tempo médio de espera, em dias, para consultas agendadas. Hospital e postos de saúde públicos. Município de Salvador – 2006

Tempo de espera com agendamento	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio padrão
	1	180	18,30	10	21,30

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 74
Tempo médio de espera, em dias, para consultas agendadas, segundo local de atendimento. Hospital público e postos de saúde públicos. Município de Salvador – 2006

Local de atendimento	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Hospital público	1	150	26,63	24,689
Posto de saúde	1	180	15,34	19,099
Total	1	180	18,30	21,299

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Nas situações em que não houve marcação de consulta, o tempo médio de espera foi de aproximadamente uma hora e vinte minutos, atingindo o máximo de dez horas. Em São Paulo, esse tempo médio foi de, aproximadamente, uma hora, atingindo o máximo de doze horas. Assim como foi observado no caso de São Paulo, os diferenciais, para cada região em Salvador, atuaram ao contrário das tendências usualmente esperadas, visto que nas áreas centrais as pessoas esperam mais (em média, 1,6 horas) do que nas áreas periféricas(1,0 hora) .

Porém, o fato de o domicílio estar localizado em um setor subnormal aumenta o tempo de espera para a consulta sem agendamento, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 75
Tempo médio de espera, no caso de consulta não agendada, em minutos, segundo local de moradia em setor subnormal. Hospital público e postos de saúde públicos. Município de Salvador – 2006

Setor subnormal	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Não	0	600,00	73,1104	96,78024
Sim	10,00	480,00	103,2127	100,68902
Total	0	600,00	76,6707	97,73474

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Mais uma vez, de acordo com o previsto, o tempo de espera para atendimento em hospital é muito maior do que em posto de saúde. É importante notar ainda que, no caso de domicílios chefiados por não-brancos, esse tempo tende a ser maior, conforme se pode verificar na Tabela 76.

Tabela 76
Tempo médio de espera, em minutos, no caso de consulta não agendada segundo cor do responsável pelo domicílio. Hospital público e postos de saúde públicos. Município de Salvador – 2006

Cor do responsável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Branco	2,00	480,00	65,4279	93,76584
Não branco	0	600,00	77,7550	97,91304
Total	0	600,00	76,8395	97,66403

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Quando se leva em conta a forma de deslocamento, verifica-se que a maioria das pessoas – 66,7% dos casos – foi a pé até o local de atendimento. A segunda forma de transporte mais utilizada foi o ônibus, com 28,3%. Observou-se ainda que as pessoas se deslocam mais a

pé em duas situações: quando o atendimento se dá em postos de saúde – que, geralmente, tendem a estar mais distribuídos espacialmente, ao contrário dos hospitais – e no caso de domicílios com mais baixa renda (renda familiar mensal de até 300 reais).

Analisando o tempo de deslocamento até o local de atendimento, observa-se que, em média, as pessoas levaram 32,8 minutos, tempo relativamente reduzido, condizente com o fato de que a maioria dos deslocamentos é feito a pé. Esse tempo é maior para atendimentos em postos de saúde (34 minutos) do que em hospitais (29,7 minutos).

3.1 Avaliação dos serviços de saúde

Além dos aspectos já referidos, procurou-se captar a avaliação que os usuários fazem dos serviços de saúde no município de Salvador. Para isso, foi utilizada uma bateria de questões em que o entrevistado é solicitado a atribuir notas a diferentes aspectos dessa política e, ao final, uma nota geral para o serviço de saúde que costuma procurar.

Assim como apontado para São Paulo, as notas médias atribuídas aos diferentes aspectos dos serviços de saúde em Salvador mostraram-se um pouco mais baixas do que as registradas no ensino fundamental, embora nenhum aspecto do atendimento de saúde tenha recebido nota média inferior a cinco. Além disso, as médias dos diferentes aspectos apresentam variação um pouco maior do que as médias relativas ao ensino fundamental. As piores notas médias são observadas no caso da oferta de remédios e do salário de médicos e funcionários; em São Paulo, as piores notas médias foram atribuídas também à oferta de remédios, seguida pela questão da rapidez no atendimento. Exatamente como encontrado no caso do *survey* realizado em São Paulo, em Salvador, as melhores notas médias são atribuídas à limpeza dos recintos e à atuação dos médicos. A Tabela 77, a seguir, apresenta essas informações.

Itens avaliados	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Tempo para ser atendido	254551	0	10	6,10	3,228
Remédios	231209	0	10	5,19	3,933
Instalações e equipamentos	249680	0	10	7,24	2,937
Limpeza do local	253751	0	10	7,88	2,692
Duração da consulta	252303	0	10	7,23	3,052
Horário de funcionamento	248436	0	10	7,34	2,898
Médicos	253575	0	10	7,81	2,810
Enfermeiras e atendentes	252679	0	10	7,28	3,048
Salário dos médicos e funcionários	117508	0	10	5,83	3,391
Nota geral	254484	0	10	6,93	2,906

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Cruzando essa informação relativa à avaliação dos serviços com outras informações, verifica-se que as notas médias tendem a ser um pouco melhores no caso de atendimentos ocorridos em postos de saúde, no caso de domicílios com menor renda familiar mensal, chefiados por pessoas com menos escolaridade e por não-brancos. Vale ressaltar que as notas médias são um pouco inferiores para domicílios localizados em áreas periféricas e em setores subnormais. As tabelas seguintes apresentam alguns desses cruzamentos.

Tabela 78
Avaliação de alguns itens do atendimento básico de saúde, segundo tipo de região.
Município de Salvador – 2006

Tipo de região	Nota	Remédios	Instalações e equipamentos	Limpeza do local	Duração da consulta	Horário de funcionamento	Médicos	Enfermeiras e atendentes	Salário dos médicos e funcionários	Nota geral
Periférica	Média	4,99	6,97	7,79	6,92	7,21	7,64	7,22	6,00	6,83
	Desvio padrão	3,89	3,01	2,75	3,10	2,76	2,88	3,01	3,28	2,88
Intermediária	Média	5,17	7,40	7,91	7,30	7,36	7,79	7,26	5,68	6,79
	Desvio padrão	3,88	2,81	2,50	3,01	2,94	2,80	3,11	3,39	2,90
Central	Média	5,58	7,41	7,97	7,64	7,53	8,18	7,42	5,73	7,42
	Desvio padrão	4,08	3,02	2,94	2,99	3,04	2,66	2,98	3,58	2,91
Total	Média	5,19	7,24	7,88	7,23	7,34	7,81	7,28	5,83	6,93
	Desvio padrão	3,93	2,94	2,69	3,05	2,90	2,81	3,05	3,39	2,91

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 79
Avaliação de alguns itens do atendimento básico de saúde, segundo domicílios em setor subnormal. Município de Salvador – 2006

Setor subnormal	Nota	Remédios	Instalações e equipamentos	Limpeza do local	Duração da consulta	Horário de funcionamento	Médicos	Enfermeiras e atendentes	Salário dos médicos e funcionários	Nota geral
Não	Média	5,23	7,26	7,93	7,28	7,39	7,86	7,37	5,87	6,98
	Desvio padrão	3,91	2,91	2,64	2,98	2,84	2,77	3,00	3,39	2,87
Sim	Média	4,74	7,05	7,37	6,73	6,84	7,37	6,43	5,46	6,43
	Desvio padrão	4,15	3,17	3,11	3,67	3,37	3,16	3,37	3,37	3,15
Total	Média	5,19	7,24	7,88	7,23	7,34	7,81	7,28	5,83	6,93
	Desvio padrão	3,93	2,94	2,69	3,05	2,90	2,81	3,05	3,39	2,91

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 80

Avaliação de alguns itens do atendimento básico de saúde, segundo local de atendimento. Município de Salvador – 2006

Local de atendimento	Nota	Remédios	Instalações e equipamentos	Limpeza do local	Duração da consulta	Horário de funcionamento	Médicos	Enfermeiras e atendentes	Salário dos médicos e funcionários	Nota geral
Hospital público	Média	4,59	7,78	7,94	7,58	7,41	8,07	7,74	5,74	6,86
	Desvio padrão	4,02	2,75	2,66	3,00	2,92	2,74	2,87	3,48	3,17
Posto de saúde	Média	5,41	7,01	7,85	7,08	7,31	7,71	7,08	5,86	6,96
	Desvio padrão	3,88	2,98	2,70	3,06	2,89	2,83	3,10	3,35	2,79
Total	Média	5,19	7,24	7,88	7,23	7,34	7,81	7,28	5,83	6,93
	Desvio padrão	3,93	2,94	2,69	3,05	2,90	2,81	3,05	3,39	2,91

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 81

Avaliação de alguns itens do atendimento básico de saúde, segundo cor do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Cor do responsável	Nota	Remédios	Instalações e equipamentos	Limpeza do local	Duração da consulta	Horário de funcionamento	Médicos	Enfermeiras e atendentes	Salário dos médicos e funcionários	Nota geral
Branco	Média	5,04	7,04	7,77	7,53	7,14	7,82	7,39	6,51	6,83
	Desvio padrão	4,08	2,83	2,67	3,06	3,03	3,00	2,98	3,34	3,12
Não branco	Média	5,20	7,26	7,89	7,20	7,36	7,81	7,27	5,74	6,94
	Desvio padrão	3,92	2,95	2,69	3,05	2,88	2,79	3,05	3,39	2,88
Total	Média	5,19	7,24	7,88	7,23	7,34	7,81	7,28	5,83	6,93
	Desvio padrão	3,93	2,94	2,69	3,05	2,90	2,81	3,05	3,39	2,91

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 82
Avaliação de alguns itens do atendimento básico de saúde, segundo tempo médio de estudo do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Anos de estudo	Nota	Remédios	Instalações e equipamentos	Limpeza do local	Duração da consulta	Horário de funcionamento	Médicos	Enfermeiras e atendentes	Salário dos médicos e funcionários	Nota geral
0 a 3 anos	Média	6,00	7,79	8,34	7,81	7,79	8,22	8,20	6,19	7,80
	Desvio padrão	3,98	2,86	2,52	2,96	2,66	2,80	2,67	3,55	2,70
4 a 7 anos	Média	5,07	7,20	7,66	7,01	7,13	7,82	7,15	5,61	6,79
	Desvio padrão	4,07	3,07	2,98	3,28	3,15	2,84	3,19	3,47	3,09
8 a 10 anos	Média	5,14	7,05	7,81	7,17	7,08	7,68	6,78	6,01	6,75
	Desvio padrão	3,79	2,84	2,38	2,86	2,76	2,63	3,08	3,25	2,72
11 e mais	Média	4,53	6,86	7,86	7,06	7,51	7,42	6,96	5,64	6,37
	Desvio padrão	3,53	2,71	2,46	2,72	2,66	2,89	2,88	3,17	2,68
Total	Média	5,19	7,24	7,88	7,23	7,34	7,81	7,28	5,82	6,93
	Desvio padrão	3,93	2,93	2,69	3,05	2,90	2,81	3,05	3,39	2,90

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Além da avaliação desses aspectos do atendimento, foram avaliadas também as principais dificuldades percebidas no atendimento básico à Saúde. Do total de entrevistados, 57,1% declararam não ter enfrentado nenhuma dificuldade. Entre as principais dificuldades apontadas, destacam-se a demora no atendimento e a demora e/ou dificuldade na marcação de consultas – estas também foram as principais dificuldades apontadas pelos usuários do sistema público de saúde, no município de São Paulo, seguidas pela questão das grandes filas a serem enfrentadas. (Tabela 83).

Essas percepções, mais uma vez, variam de acordo com diversos indicadores considerados. Para o caso de domicílios localizados em setores subnormais, é muito maior do que a média a proporção de pessoas que reclamam da demora no atendimento. Não há diferenciais muito marcados de acordo com o tipo de região, destacando-se apenas que domicílios em áreas centrais reclamam mais da demora no atendimento – isso se registra também no caso dos responsáveis mais jovens por domicílio. Para aqueles que têm menos tempo de estudo, o principal problema enfrentado é a dificuldade para a marcação de consultas, seguida pela demora no atendimento. Não há diferenciais significativos referentes a quesitos como sexo ou a cor do responsável pelo domicílio nem com a renda familiar mensal. Evidencia-se, além disso, que os principais problemas declarados são similares para atendimentos em hospitais ou postos de saúde. É importante apontar ainda que, no caso de São Paulo, essas dimensões consideradas geravam variações mais destacadas nas percepções dos usuários do que observado no caso de Salvador. As tabelas seguintes apresentam algumas dessas informações.

Tabela 83

Maior dificuldade no atendimento de saúde. Município de Salvador – 2006

Maior dificuldade	Frequência	(%)	% Válido	% Cumulativo
O local de atendimento é distante/ Acesso difícil	9283	3,6	3,6	3,6
É difícil ou demora para marcar a consulta	33577	13,1	13,2	16,8
Filas grandes	16632	6,5	6,5	23,4
Burocracia	1769	0,7	0,7	24,1
Horário ruim	3873	1,5	1,5	25,6
O tempo da consulta é pequeno	545	0,2	0,2	25,8
Local mal equipado	525	0,2	0,2	26,0
Funcionários com má vontade	4048	1,6	1,6	27,6
Remédios caros	2430	1,0	1,0	28,6
Demora no atendimento	42807	16,7	16,8	45,4
Falta de médicos	9195	3,6	3,6	49,0
Falta de médicos especialistas	4479	1,8	1,8	50,7
Médicos com má vontade / Atendem mal	6301	2,5	2,5	53,2
Outra	9770	3,8	3,8	57,1
Não teve dificuldades	109324	42,8	42,9	100,0
Total	254557	99,6	100,0	-
Não sabe/ Não opinou	868	0,3	-	-
Total	255613	100,0	-	-

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 84

Maior dificuldade no atendimento de saúde, segundo tipo de região. Município de Salvador – 2006

Maior dificuldade	Tipo de região			Total
	Periférica	Intermediária	Central	
O local de atendimento é distante/ Acesso difícil	6,6%	2,0%	1,5%	3,6%
É difícil ou demora para marcar a consulta	14,5%	12,2%	12,8%	13,2%
Filas grandes	6,6%	8,2%	3,1%	6,5%
Burocracia	0,4%	1,3%	0%	0,7%
Horário ruim	2,0%	1,2%	1,3%	1,5%
O tempo da consulta é pequeno	-	0,5%	-	0,2%
Local mal equipado	0,2%	0,3%	0,1%	0,2%
Funcionários com má vontade	0,8%	3,1%	0%	1,6%
Remédios caros	0,5%	1,3%	1,0%	1,0%
Demora no atendimento	15,7%	15,6%	21,2%	16,8%
Falta de médicos	3,4%	4,7%	2,0%	3,6%
Falta de médicos especialistas	2,5%	1,6%	0,8%	1,8%
Médicos com má vontade / Atendem mal	2,2%	2,8%	2,2%	2,5%
Outra	3,8%	3,5%	4,5%	3,8%
Não teve dificuldades	40,7%	41,8%	49,4%	42,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 85
Maior dificuldade no atendimento de saúde, segundo domicílios localizados em setor subnormal. Município de Salvador – 2006

Maior dificuldade	Setor subnormal		Total
	Não	Sim	
O local de atendimento é distante/ Acesso difícil	3,9%	0,9%	3,6%
É difícil ou demora para marcar a consulta	12,9%	15,9%	13,2%
Filas grandes	6,4%	7,7%	6,5%
Burocracia	0,8%	-	0,7%
Horário ruim	1,3%	4,0%	1,5%
O tempo da consulta é pequeno	0,2%	-	0,2%
Local mal equipado	0,2%	-	0,2%
Funcionários com má vontade	1,8%	-	1,6%
Remédios caros	0,8%	2,3%	1,0%
Demora no atendimento	15,8%	26,9%	16,8%
Falta de médicos	3,5%	5,1%	3,6%
Falta de médicos especialistas	1,9%	-	1,8%
Médicos com má vontade / Atendem mal	2,2%	5,3%	2,5%
Outra	3,5%	6,9%	3,8%
Não teve dificuldades	44,8%	25,1%	42,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 86
Maior dificuldade no atendimento de saúde, segundo local de atendimento. Município de Salvador – 2006

Maior dificuldade	Local de atendimento		Total
	Hospital público	Posto de saúde	
O local de atendimento é distante/ Acesso difícil	5,8%	2,8%	3,6%
É difícil ou demora para marcar a consulta	11,9%	13,8%	13,2%
Filas grandes	6,5%	6,6%	6,5%
Burocracia	0,2%	0,9%	0,7%
Horário ruim	3,1%	0,9%	1,5%
O tempo da consulta é pequeno	-	0,3%	0,2%
Local mal equipado	0%	0,3%	0,2%
Funcionários com má vontade	0,6%	2,0%	1,6%
Remédios caros	0,4%	1,2%	1,0%
Demora no atendimento	17,4%	16,5%	16,8%
Falta de médicos	2,8%	4,0%	3,6%
Falta de médicos especialistas	1,4%	1,9%	1,8%
Médicos com má vontade / Atendem mal	1,6%	2,9%	2,5%
Outra	4,8%	3,4%	3,8%
Não teve dificuldades	43,7%	42,7%	43,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 87

Maior dificuldade observada no último atendimento de rotina, segundo idade do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Maior dificuldade	Idade do responsável			Total
	18 a 29 anos	30 a 49 anos	50 anos e mais	
O local de atendimento é distante / Acesso difícil	3,9%	3,6%	3,5%	3,6%
É difícil ou demora para marcar a consulta	19,4%	12,6%	8,8%	13,2%
Filas grandes	11,2%	4,6%	6,1%	6,5%
Burocracia	0,3%	0,6%	1,3%	0,7%
Horário ruim	1,2%	2,3%	0,3%	1,5%
O tempo da consulta é pequeno	-	0,4%	-	0,2%
Local mal equipado	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%
Funcionários com má vontade	2,2%	1,6%	0,9%	1,6%
Remédios caros	1,2%	1,3%	-	1,0%
Demora no atendimento	22,5%	18,8%	7,9%	16,8%
Falta de médicos	2,6%	3,8%	4,1%	3,6%
Falta de médicos especialistas	2,4%	1,6%	1,4%	1,8%
Médicos com má vontade / Atendem mal	5,9%	2,0%	0,3%	2,5%
Outra	3,7%	4,1%	3,5%	3,8%
Não teve dificuldades	23,1%	42,5%	61,6%	42,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 88

Maior dificuldade no atendimento de saúde, segundo tempo médio de estudo do responsável pelo domicílio. Município de Salvador, 2006

Maior dificuldade	Anos de estudo				Total
	0 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 e mais	
O local de atendimento é distante / Acesso difícil	2,2%	4,5%	5,2%	1,9%	3,6%
É difícil ou demora para marcar a consulta	12,9%	9,0%	16,9%	19,0%	13,2%
Filas grandes	4,8%	5,6%	8,2%	9,1%	6,5%
Burocracia	0,8%	-	1,1%	1,6%	0,7%
Horário ruim	1,4%	1,3%	1,3%	2,5%	1,5%
O tempo da consulta é pequeno	-	0,5%	-	-	0,2%
Local mal equipado	0%	0%	0,3%	0,8%	0,2%
Funcionários com má vontade	-	1,9%	1,8%	2,7%	1,6%
Remédios caros	0,1%	2,0%	0,7%	-	1,0%
Demora no atendimento	8,1%	21,8%	17,7%	15,6%	16,8%
Falta de médicos	6,5%	3,3%	1,5%	3,1%	3,6%
Falta de médicos especialistas	1,0%	2,2%	1,5%	1,9%	1,8%
Médicos com má vontade / Atendem mal	0,3%	1,6%	5,7%	3,6%	2,5%
Outra	3,6%	3,2%	5,7%	3,6%	3,8%
Não teve dificuldades	58,1%	43,2%	32,4%	34,7%	42,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

3.1 Mecanismos de acesso aos serviços de saúde

Apontou-se como uma decisão a análise dos mecanismos de acesso a serviços utilizados pelos entrevistados que recorreram a serviços públicos de saúde. A inferência sobre os mecanismos é feita de forma direta, através da resposta espontânea à pergunta sobre a necessidade de recorrer ou não à ajuda de alguém para obter atendimento. De forma indireta, essa questão permite inferir o grau de institucionalização dos serviços providos.

Assim como apontado para São Paulo, a grande maioria das pessoas, em Salvador, não precisou de ajuda de ninguém no momento de buscar atendimento de saúde (81,9%), um dado bastante positivo, pois indica que as pessoas conseguem acessar o sistema sem ter que passar por intermediários. Porém, ao contrário de São Paulo, onde as pessoas que precisaram de ajuda recorreram principalmente a algum agente de saúde, em Salvador, as pessoas recorrem a ajuda de parentes (5,1% dos casos) e vizinhos (3,1%), indicando um tipo de ajuda menos “institucionalizada”.

Desagregando essa informação por tipo de região, nota-se que aqueles que residem em áreas periféricas tendem a recorrer mais à ajuda de parentes; por outro lado, os que residem em setores subnormais recorrem mais à ajuda de vizinhos. Também se observou que responsáveis pelo domicílio, brancos, precisaram mais da ajuda de terceiros do que responsáveis não-brancos. Responsáveis pelo domicílio com menos escolaridade, especialmente aqueles com ensino fundamental incompleto, recorreram mais à ajuda de terceiros para obter atendimento. Não foram observados diferenciais muito marcantes no quesito sexo do responsável, idade ou renda familiar mensal. Aqueles que foram a hospitais para obter atendimento apelaram mais para a ajuda de terceiros do que os que foram a postos de saúde. Esses dados são apresentados nas tabelas abaixo.

Ajuda para obtenção de atendimento de rotina	Freqüência	%	% Válida	% Cumulativa
Parente	12875	5,0	5,1	5,1
Vizinho	7844	3,1	3,1	8,1
Colega de trabalho	2641	1,0	1,0	9,2
Policial	389	0,2	0,2	9,3
Político	189	0,1	0,1	9,4
Patrão	256	0,1	0,1	9,5
Funcionário público	4787	1,9	1,9	11,4
Agente de saúde	8503	3,3	3,3	14,7
Outro	8645	3,4	3,4	18,1
Ninguém	208522	81,6	81,9	100,0
Total	254651	99,6	100,0	-
Não sabe / Não opinou	962	0,4	-	-
Total	255613	100,0	-	-

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 90

**Ajuda na obtenção de atendimento de saúde, segundo tipo de região.
Município de Salvador – 2006**

Necessidade de ajuda	Tipo de região			Total
	Periférica	Intermediária	Central	
Parente	6,0%	5,2%	3,0%	5,1%
Vizinho	2,8%	2,4%	4,9%	3,1%
Colega de trabalho	0,2%	1,7%	1,2%	1,0%
Policial	0,4%	-	-	0,2%
Político	-	0,2%	-	0,1%
Patrão	0,3%	-	-	0,1%
Funcionário público	0,2%	2,2%	4,4%	1,9%
Agente de saúde	4,7%	1,9%	3,6%	3,3%
Outro	3,5%	3,2%	3,5%	3,4%
Ninguém	81,8%	83,1%	79,6%	81,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 91

**Ajuda na obtenção de atendimento de saúde, segundo domicílios em setor subnormal.
Município de Salvador – 2006**

Necessidade de ajuda	Setor subnormal		Total
	Não	Sim	
Parente	5,0%	6,1%	5,1%
Vizinho	2,9%	5,1%	3,1%
Colega de trabalho	1,1%	-	1,0%
Policial	0,2%	-	0,2%
Político	0,1%	-	0,1%
Patrão	0%	0,7%	0,1%
Funcionário público	2,1%	-	1,9%
Agente de saúde	3,2%	4,4%	3,3%
Outro	3,4%	3,0%	3,4%
Ninguém	82,0%	80,7%	81,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 92
Ajuda na obtenção de atendimento de saúde, segundo local de atendimento.
Município de Salvador – 2006

Necessidade de ajuda	Local de atendimento		Total
	Hospital público	Posto de saúde	
Não recorreu a ninguém	74,3%	85,1%	81,9%
Recorreu a alguém	25,7%	14,9%	18,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 93
Ajuda na obtenção de atendimento de saúde, segundo tempo médio de estudo do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Necessidade de ajuda	Anos de estudo				Total
	0 a 3 anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	8 a 10 anos de estudo	11 e mais anos de estudo	
Não recorreu a ninguém	85,3%	78,5%	85,9%	80,6%	81,9%
Recorreu a alguém	14,7%	21,5%	14,1%	19,4%	18,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 94
Ajuda na obtenção de atendimento de saúde, segundo cor do responsável pelo domicílio.
Município de Salvador – 2006

Necessidade de ajuda	Cor do responsável		Total
	Branco	Não branco	
Não recorreu a ninguém	76,5%	82,4%	81,9%
Recorreu a alguém	23,5%	17,6%	18,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

De maneira geral, é possível afirmar que também no caso do atendimento básico de Saúde, a maioria das pessoas conseguiu atendimento sem necessidade de apelar para a ajuda de terceiros.

4. ACESSO À JUSTIÇA

No âmbito do acesso à Justiça, optou-se por avaliar algumas situações que pudessem motivar ações judiciais – questões trabalhistas, violações do direito do consumidor, conflitos de terra, cobranças de dívidas, entre outras – assim como algumas situações de vitimização – roubo, furto, agressão física, arrombamento, entre outros. Além disso, procurou-se avaliar também a proporção de pessoas que efetivamente recorreram à Justiça nessas situações, além da avaliação dos serviços recebidos nesses casos.

Os resultados indicam que o número de pessoas que, nos últimos cinco anos, passou por situações que envolvessem acesso à Justiça é relativamente alto (39,2%). Destacando-se as questões trabalhistas, (13,4%), seguidas por disputas por pensão alimentícia, (9,1%), que, conforme esperado, são mais comuns entre pessoas do sexo feminino responsáveis por domicílio. Tendo em vista o baixo número de casos, optou-se, então, por agregar os diversos tipos de situação e analisar os principais diferenciais na ocorrência de alguma situação nos últimos cinco anos.

Verifica-se, com isso, que domicílios chefiados por pessoas mais velhas, com menor grau de instrução e domicílios com renda familiar mensal mais elevada (entre 301 e 600 reais), declararam passar, nos últimos cinco anos, por algum tipo de situação que envolvesse acesso à Justiça. As tabelas seguintes apresentam essas informações.

Tabela 95

Enfrentamento de alguma situação que pudesse envolver acesso à Justiça, nos últimos cinco anos, segundo renda familiar mensal. Município de Salvador – 2006

Alguma situação nos últimos cinco anos	Renda familiar mensal		Total
	De 0 a 300 reais	De 301 a 600 reais	
Não	58,0%	65,1%	60,6%
Sim	42,0%	34,9%	39,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 96

Enfrentamento de alguma situação que pudesse envolver acesso à Justiça, nos últimos cinco anos, segundo tempo médio de estudo do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Alguma situação nos últimos cinco anos	Anos de estudo				Total
	0 a 3 anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	8 a 10 anos de estudo	11 e mais anos de estudo	
Não	74,5%	60,5%	54,1%	51,6%	60,6%
Sim	25,5%	39,5%	45,9%	48,4%	39,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 97

Enfrentamento de alguma situação que pudesse envolver acesso à Justiça, nos últimos cinco anos, segundo idade do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Alguma situação nos últimos cinco anos	Idade do responsável			Total
	18 a 29 anos	30 a 49 anos	50 anos e mais	
Não	61,4%	56,3%	68,7%	60,6%
Sim	38,6%	43,7%	31,3%	39,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Entre os que relataram alguma situação, nos últimos cinco anos, 56,6% motivaram ação judicial. As questões trabalhistas foram as que mais motivaram esse tipo de ação (47,1%), seguidas pelas disputas por pensão alimentícia (30,1%). É possível notar também que pessoas do sexo masculino, ou pessoas mais velhas responsáveis pelo domicílio foram mais propensas a mover ações judiciais, como demonstrado nas tabelas a seguir.

Tabela 98
Motivação de ação judicial, segundo sexo do responsável pelo domicílio.
Município de Salvador – 2006

Motivou ação judicial em alguma situação	Sexo do responsável		Total
	Masculino	Feminino	
Não	39,5%	48,4%	43,4%
Sim	60,5%	51,6%	56,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 99
Motivação de ação judicial, segundo idade do responsável pelo domicílio.
Município de Salvador – 2006

Motivou ação judicial em alguma situação	Idade do responsável			Total
	18 a 29 anos	30 a 49 anos	50 anos e mais	
Não	50,9%	40,3%	42,6%	43,4%
Sim	49,1%	59,7%	57,4%	56,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Verificou-se, além disso, que entre aqueles em que a situação motivou uma ação judicial, 51,9% recorreram a serviços de assistência jurídica gratuita e 41,5% a um advogado particular. Observa-se ainda que pessoas mais jovens responsáveis pelo domicílio recorrem mais à assistência jurídica gratuita.

Tabela 100
A quem recorreu na última ação judicial, segundo idade do responsável pelo domicílio.
Município de Salvador – 2006

A quem recorreu na última ação judicial	Idade do responsável			Total
	18 a 29 anos	30 a 49 anos	50 anos e mais	
A um serviço de assistência jurídica gratuita	73,7%	47,1%	41,5%	51,9%
A um advogado particular	22,0%	46,1%	49,6%	41,5%
Outros	4,2%	6,7%	8,9%	6,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Entre aqueles que recorreram a serviços de assistência jurídica gratuita, a maioria (62,2%) recorreu à Defensoria Pública, como demonstrado na Tabela 35.

Tabela 101				
Serviço de assistência jurídica utilizada. Município de Salvador – 2006				
A quem recorreu	Frequência	%	% Válido	% Cumulativo
A Defensoria Pública	24069	61,8	62,2	62,2
Um advogado indicado pela OAB	2494	6,4	6,4	68,7
O Procon	2375	6,1	6,1	74,8
A associação de moradores de seu bairro	656	1,7	1,7	76,5
Um escritório modelo de Faculdade de Direito	128	0,3	0,3	76,8
Um sindicato	1749	4,5	4,5	81,4
Outro	7214	18,5	18,6	100,0
Total	38684	99,3	100,0	-
Não sabe / Não respondeu	267	0,7	-	-
Total	38951	100,0	-	-

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

O tempo médio de espera para aqueles que recorreram a serviços gratuitos de assistência foi de 7,1 semanas, variando de 0 a 48 semanas. Esse tempo é maior no caso dos responsáveis mais velhos pelo domicílio e também no caso de domicílios localizados em setores subnormais, como apresentado na Tabela 102 e 103.

Tabela 102			
Tempo médio de espera para atendimento jurídico gratuito (em semanas), segundo idade média do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006			
Idade do responsável	Média	N	Desvio padrão
18 a 29 anos	7,26	11902	7,451
30 a 49 anos	6,59	19166	8,917
50 anos e mais	9,13	4876	9,462
Total	7,16	35944	8,580

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 103			
Tempo médio de espera para atendimento jurídico gratuito (em semanas), segundo domicílio em setor subnormal. Município de Salvador – 2006			
Sector subnormal	Média	N	Desvio padrão
Não	6,40	32159	7,557
Sim	13,59	3785	12,951
Total	7,16	35944	8,580

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Analisando a avaliação que os usuários fazem do serviço de assistência jurídica gratuita a que recorreram, verifica-se que a nota média atribuída foi de 6,35, com grande variação. As maiores notas foram atribuídas por pessoas do sexo feminino, mais jovens ou com mais escolaridade na situação de responsáveis pelo domicílio.

Tabela 104
Nota média para o atendimento jurídico gratuito, segundo sexo do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Sexo do responsável	Média	N	Desvio padrão
Masculino	5,12	4272	2,786
Feminino	6,98	8319	3,406
Total	6,35	12591	3,327

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 105
Nota média para o atendimento jurídico gratuito, segundo idade do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Idade do responsável	Média	N	Desvio padrão
18 a 29 anos	7,05	3339	3,026
30 a 49 anos	6,34	7812	3,418
50 anos e mais	4,76	1441	2,917
Total	6,35	12591	3,327

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Considerando a questão da vitimização, verifica-se que, em 20,8% dos casos, houve exposição a algum tipo de crime ou agressão nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa, nível que se pode considerar relativamente alto. Para os que foram vítimas de algum crime, os mais citados foram: agressão física (5,8%), roubo (5,1%) e furto (5,0%). Tendo em vista o baixo número de casos disponível na pesquisa, mais uma vez, foram agregados os diversos tipos de crime. É possível observar também que pessoas mais jovens, do sexo masculino, com mais escolaridade e pessoas residentes nas áreas intermediária ou central, na situação de responsáveis por domicílio foram mais vitimizadas nos últimos 12 meses, conforme apresentado nas tabelas a seguir.

Tabela 106
Vitimização nos últimos 12 meses, segundo sexo do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Vítima de algum crime no último ano	Sexo do responsável		Total
	Masculino	Feminino	
Não	80,4%	83,1%	81,6%
Sim	19,6%	16,9%	18,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 107

Vitimização nos últimos 12 meses, segundo idade do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Vítima de algum crime no último ano	Idade do responsável			Total
	18 a 29 anos	30 a 49 anos	50 anos e mais	
Não	76,1%	83,2%	84,3%	81,6%
Sim	23,9%	16,8%	15,7%	18,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 108

Vitimização nos últimos 12 meses, segundo anos médios de estudo do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Vítima de algum crime no último ano	Anos de estudo				Total
	0 a 3 anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	8 a 10 anos de estudo	11 e mais anos de estudo	
Não	86,6%	82,3%	79,8%	76,1%	81,6%
Sim	13,4%	17,7%	20,2%	23,9%	18,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 109

Vitimização nos últimos 12 meses, segundo tipo de região. Município de Salvador – 2006

Vítima de algum crime no último ano	Tipo de região			Total
	Periférica	Intermediária	Central	
Não	84,4%	80,0%	80,1%	81,6%
Sim	15,6%	20,0%	19,9%	18,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Ainda que o número de casos da pesquisa seja insuficiente para análises mais aprofundadas, verifica-se que a maioria das pessoas que foram vítimas de algum crime nos últimos 12 meses – 91,2% – não procurou a polícia. A polícia é mais procurada nos casos de roubo – 58,7% das vítimas desse crime procuraram a polícia –, que, como visto, é um dos crimes mais frequentes. A polícia também é bastante procurada em caso de crimes mais graves como tentativa de homicídio - dos 1,1% que foram vítimas de tentativa de homicídio, 68,0% recorreram à polícia. Observa-se também que responsáveis pelo domicílio - sexo masculino, mais jovens e com mais escolaridade- tendem a procurar mais a polícia no caso de algum crime, conforme demonstrado nas tabelas seguintes.

Tabela 110
Procurou a Polícia no caso de algum crime, segundo sexo do responsável pelo domicílio.
Município de Salvador – 2006

Procurou a polícia no caso de algum crime	Sexo do responsável		Total
	Masculino	Feminino	
Não	90,6%	92,0%	91,2%
Sim	9,4%	8,0%	8,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 111
Procurou a Polícia no caso de algum crime, segundo idade do responsável pelo domicílio.
Município de Salvador – 2006

Procurou a polícia no caso de algum crime	Idade do responsável			Total
	18 a 29 anos	30 a 49 anos	50 anos e mais	
Não	86,1%	92,5%	94,1%	91,2%
Sim	13,9%	7,5%	5,9%	8,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 112
Procurou a Polícia no caso de algum crime, segundo tempo médio de estudo do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Procurou a polícia no caso de algum crime	Anos de estudo				Total
	0 a 3 anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	8 a 10 anos de estudo	11 e mais anos de estudo	
Não	95,5%	91,3%	90,2%	87,1%	91,2%
Sim	4,5%	8,7%	9,8%	12,9%	8,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

A atuação da Polícia recebeu nota média de 5,43 dos entrevistados que a procuraram, variando bastante de acordo com algumas dimensões consideradas. Observou-se que responsáveis pelo domicílio - sexo feminino, mais velhos e mais escolarizados tenderam a dar notas médias mais altas.

Tabela 113
Nota para a atuação da Polícia, segundo sexo do responsável pelo domicílio.
Município de Salvador – 2006

Sexo do responsável	Média	Desvio padrão	N
Masculino	5,19	4,138	15132
Feminino	5,78	4,446	10334
Total	5,43	4,275	25466

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 114

**Nota para a atuação da Polícia, segundo idade do responsável pelo domicílio.
Município de Salvador – 2006**

Idade do responsável	Média	Desvio padrão	N
18 a 29 anos	5,22	4,151	10362
30 a 49 anos	4,19	4,292	10437
50 anos e mais	8,65	2,523	4668
Total	5,43	4,275	25466

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 115

**Nota para a atuação da Polícia, segundo tempo médio de estudo do responsável pelo domicílio.
Município de Salvador – 2006**

Anos de estudo	Média	Desvio padrão	N
0 a 3 anos de estudo	3,45	4,174	3364
4 a 7 anos de estudo	5,34	4,028	8371
8 a 10 anos de estudo	5,23	4,393	7070
11 e mais anos de estudo	6,73	4,058	6661
Total	5,43	4,275	25466

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

São vários os motivos relatados pelos entrevistados que foram vítimas de algum crime para não terem procurado a Polícia, destacando-se o medo de represálias (19,5%) e a falta de provas (16,6%), como demonstrado na Tabela 50.

Considerando as notas atribuídas por todos os respondentes – e não só por aqueles que efetivamente procuraram a Polícia no último ano – a diversos aspectos da atuação da polícia, verifica-se que a maior nota foi atribuída ao respeito que os policiais têm pelos moradores (nota média de 5,7) e a pior para a resposta às chamadas de viaturas (4,68), como pode ser visto na Tabela 117.

Tabela 116
Motivos para não procurar a Polícia. Município de Salvador – 2006

Motivos	Frequência	%	% Válido	% Cumulativo
Achou que não seria bem atendido	492	0,2	1,6	1,6
Achou que não era importante	4790	1,5	15,6	17,2
Não acha que a polícia poderia ajudar	4834	1,6	15,7	32,9
Não quis perder tempo	2270	0,7	7,4	40,3
Falta de provas	5105	1,7	16,6	56,9
Medo de represálias	6005	1,9	19,5	76,4
Pediu ajuda a terceiros	12	0	0	76,5
Quis resolver sozinho	3037	1,0	9,9	86,4
Outro	4015	1,3	13,1	99,4
Não sabe / Não respondeu	175	0,1	0,6	100,0
Total	30735	9,9	100,0	-
<i>Missing System</i>	278596	90,1	-	-
Total	309331	100,0	-	-

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 117
Notas para alguns aspectos da ação da Polícia. Município de Salvador – 2006

Aspectos	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Presença da Polícia no bairro	336471	0	10	4,81	3,778
Resposta à chamada de viaturas	298395	0	10	4,68	3,723
Respeito aos moradores	324881	0	10	5,70	3,719
Capacidade de prender criminosos no bairro	322884	0	10	5,45	3,751
Honestidade dos policiais	316227	0	10	5,09	3,622
Valid N (listwise)	278159	-	-	-	-

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

5. TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Os dados obtidos, por meio do *survey*, indicam que 27,2% das famílias mais pobres do município de Salvador declararam receber algum tipo de transferência de renda (em São Paulo, esse percentual era de 18,7%). Resultado que indica uma razoável cobertura dos programas de transferência de renda em Salvador, melhor até do que a observada em São Paulo.

Assim como observado no caso de São Paulo, domicílios chefiados por mulheres, não-brancos e pessoas com menor escolaridade recebem mais benefícios de transferência de renda, provavelmente porque correspondem às situações mais pobres entre os domicílios de Salvador.

Tabela 118

Recebimento de dinheiro de programa do governo, segundo sexo do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Transferência de renda	Sexo do responsável		Total
	Masculino	Feminino	
Não	76,3%	68,5%	72,8%
Sim	23,7%	31,5%	27,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 119

Recebimento de dinheiro de programa do governo, segundo cor do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Transferência de renda	Cor do responsável		Total
	Branco	Não branco	
Não	79,5%	72,1%	72,8%
Sim	20,5%	27,9%	27,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Tabela 120

Recebimento de dinheiro de programa do governo, segundo tempo médio de estudo do responsável pelo domicílio. Município de Salvador – 2006

Transferência de renda	Anos de estudo				Total
	0 a 3 anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	8 a 10 anos de estudo	11 e mais anos de estudo	
Não	71,9%	66,5%	76,6%	82,7%	72,8%
Sim	28,1%	33,5%	23,4%	17,3%	27,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

É interessante também ressaltar que domicílios localizados em setores subnormais tendem a receber mais benefícios - um dado bastante positivo que, a princípio, mostra que em Salvador não há tantos problemas de penetração desses programas nessas áreas mais precárias, ao contrário do observado no caso de São Paulo, onde as áreas de favela eram menos atendidas.

Tabela 121
Recebimento de dinheiro de programa do governo, segundo domicílio em setor subnormal.
Município de Salvador – 2006

Transferência de renda	Setor subnormal		Total
	Não	Sim	
Não	73,9%	62,3%	72,8%
Sim	26,1%	37,7%	27,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Vale salientar ainda que as famílias abaixo da linha da pobreza – com renda familiar per capita inferior a 100 reais – recebem mais benefícios de transferência de renda, o que é condizente com os critérios de seleção e indica uma boa focalização dos diversos programas.

Tabela 122
Recebimento de dinheiro de programa do governo, segundo renda familiar per capita.
Município de Salvador – 2006

Transferência de renda	Renda familiar per capita			Total
	0 a menos de 100 reais	100 a menos de 200 reais	200 a 500 reais	
Não	61,2%	80,1%	93,5%	72,4%
Sim	38,8%	19,9%	6,5%	27,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Desagregando as transferências de renda por tipo de programa, nota-se que foram citados vários programas: Bolsa-Família (governo federal), Bolsa-Escola (governo federal)⁸, programa de erradicação do trabalho infantil (PETI, do governo federal), Vale-gás, entre outros. Optou-se por trabalhar com aqueles que apresentaram as freqüências significativas: entre os que recebem dinheiro de algum programa, 57,0% declararam receber do Bolsa-Família; 34,0% do auxílio-gás; 29,8% do Bolsa-Escola; e 2,7% do PETI⁹.

⁸ No período de realização do *survey*, o Bolsa-Escola já tinha sido incluído dentro do programa Bolsa-Família, porém optou-se por manter as duas denominações para evitar problemas no momento da declaração do recebimento.

⁹ Essas porcentagens somam mais de 100% porque algumas famílias declaram receber dinheiro de mais de um programa.

Cabe apontar ainda a relevância da contribuição desse dinheiro oriundo de programas de transferência para a composição da renda familiar: no caso dos domicílios mais pobres de Salvador (os 40% mais pobres definidos pela amostra do *survey*), os programas de transferência são responsáveis por 16,7% da renda; no caso dos domicílios abaixo da linha da pobreza (domicílios com renda familiar per capita inferior a 100 reais mensais), a transferência é responsável por 19,7% da renda. Esse valor é similar ao observado em São Paulo, onde os recursos de transferência eram responsáveis por 20,9% da renda na faixa de 0(zero) a 2(dois) salários mínimos de renda familiar¹⁰.

¹⁰ Essa porcentagem foi obtida a partir da divisão da massa de rendimento advinda dos programas de transferência de renda com a massa total de rendimento das famílias. É mais correto fazer essa comparação da participação da transferência na renda total a partir das massas de rendimento, e não das médias.

III DETERMINANTES DO ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS

Após a apresentação dos resultados das análises univariadas, é importante aprofundar o entendimento dos determinantes do acesso às políticas de educação, de infra-estrutura urbana, de saúde e de transferência de renda por meio de análises multivariadas, objetivo desta seção.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que a interpretação a respeito dos diferentes graus de acesso dos mais pobres a políticas públicas não é trivial, sendo, ao contrário, objeto de um complexo debate acadêmico. Assim como no debate sobre a questão educacional, o acesso dos mais pobres a serviços públicos é visto como influenciado predominantemente por um conjunto de características individuais, bastante variável, da população (MENEZES-FILHO; PAZELLO, 2005), por fatores relacionados a processos políticos, principalmente aqueles mais diretamente ligados à realização de eleições (AMES, 1995), por aspectos vinculados à forma como o setor público se organiza, notadamente para a oferta de serviços públicos, o que é mais visivelmente percebido pela população (MARQUES, 2000). Também em função da mobilização da sociedade e das formas de atuação de movimentos sociais ou associações civis, cujas ações influenciam e qualificam as formas de percepção dos indivíduos (JACOBI, 1989; GURZA LAVALLE; CASTELLO, 2004) ou, ainda, pensado como efeito de elementos relacionados à segregação residencial, que implica, em certa medida, na alienação do indivíduo dos processos sociais, já que o local de residência dificulta uma integração mais profunda com a própria cidade onde vive (VILLAÇA, 2000, MARQUES; TORRES, 2005), entre outros aspectos.

A pesquisa sobre o acesso dos mais pobres a serviços públicos (FIGUEIREDO et al., 2005) baseando-se em um *survey* entre a população 40% mais pobre do município de São Paulo, investigou detalhadamente as condições gerais de vida e de acesso a políticas públicas auferidas por essa população. Os dados obtidos permitiram testar alguns desses argumentos presentes na literatura, mostrando seu peso na explicação do acesso a essas políticas. O objetivo desta seção é reproduzir esses modelos para o caso do município de Salvador, na medida do possível, buscando produzir uma visão mais abrangente do problema.

Como mencionado anteriormente, todos os dados coletados foram obtidos por meio de entrevistas com os responsáveis pelo domicílio no município de Salvador, em maio de 2006. Não foram aplicados questionários individuais a todos os membros da família, que forneceram informações relativas aos demais, quando necessário: dados sobre os filhos mais novos no primeiro grau, no caso da educação ou sobre qualquer outro familiar, no caso do acesso a serviços de saúde e programas de transferência de renda. Desse modo, as variáveis individuais testadas referem-se às características dos chefes de domicílio. Além disso, devido ao próprio recorte do *survey* – aplicado somente àqueles com renda familiar inferior a R\$ 600,00, controlando-se, segundo cotas, sexo e idade dos responsáveis – a variabilidade observada no caso das variáveis individuais é menor.

De forma semelhante ao exercício de São Paulo, o *survey* de Salvador permitiu ainda a construção de algumas variáveis relativas à dimensão territorial da pobreza, de modo a testar o impacto da segregação residencial. Além do próprio recorte espacial do *survey*, que foi aplicado em áreas de classe alta, média e baixa, foram construídas variáveis referentes ao tipo de setor censitário (subnormal ou não), conforme apresentado na seção 3 do Capítulo II. Essas variáveis mostraram-se relevantes em diversos modelos, conforme será apresentado.

Como os dados são referentes aos usuários dos serviços públicos, ficou restrita a construção de indicadores que permitissem qualificar as características da oferta. Mesmo assim, conseguiu-se captar alguns aspectos relativos à dimensão institucional, que se referem principalmente à natureza dos serviços prestados, às características da provisão dos serviços – escola pública municipal ou estadual, no caso do ensino fundamental e atendimento em posto de saúde ou em hospital, no caso das políticas saúde – e também aos desenhos de política, os critérios de elegibilidade, que interferem de maneira decisiva sobre as condições de acesso.

As informações coletadas no *survey* de Salvador também permitiram ainda testar o impacto de diversas formas de participação associativa – em associações civis como clubes e sindicatos e também em associações religiosas – sobre as condições de acesso. Foram construídas também variáveis referentes ao envolvimento com a política, tanto em termos de preferência partidária como de consideração da influência da política na vida cotidiana. Todo esse conjunto de variáveis foi considerado como *próxi* do grau de acesso a informações e pertencimento a diversos tipos de redes disponíveis para a população de mais baixa renda do município.

A relevância e a hierarquia dessas variáveis em cada um dos modelos de análise puderam ser testadas ao mesmo tempo, devido ao método de análise utilizado, o modelo de CHAID, apresentado em maior detalhe no Capítulo II. Todos os modelos procuraram avaliar qualitativamente as condições de acesso por meio de indicadores bastante exigentes, uma vez que a cobertura dos serviços, assim como em São Paulo, já atingiu patamares bastante satisfatórios no município de Salvador.

1. FATORES DETERMINANTES DO ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS EM SALVADOR

Nesta seção apresentam-se as análises que buscam associar diferentes variáveis explicativas – individuais, institucionais e ambientais (localização da residência, preferência por partidos políticos, participação em associações civis, sexo, idade, escolaridade, local do atendimento, etc.) – ao acesso das camadas mais pobres do município de Salvador à educação, aos serviços de infra-estrutura urbana, à política de saúde e aos programas de transferência de renda.

Para isso, foram desenvolvidos indicadores sintéticos de acesso, como no caso do atendimento básico de saúde, que é uma política universal e tem realmente alta cobertura, visando à representação da qualidade do acesso ao serviço; e indicadores simples do acesso ou não ao programa, como no caso de transferência de renda. A construção desses indicadores foi apresentada na seção 3 do Capítulo II. Por outro lado, foram selecionadas variáveis explicativas para os diferentes tipos de acesso para a construção dos modelos explicativos baseados nas chamadas “árvores de CHAID”.

A Tabela 123 apresenta as variáveis explicativas testadas nos modelos para cada uma das políticas. Essas mesmas variáveis foram utilizadas para explicar o acesso aos dois tipos de políticas analisados. É possível observar que o leque de variáveis testadas é bastante significativo. Embora não seja possível resumir nessas variáveis todos os fatores explicativos mencionados na literatura, foi considerado um amplo espectro de temas consistente com as hipóteses relacionadas à segregação residencial, participação social, tipo de equipamento público, comportamento político e características individuais. No caso de variáveis institucionais, referentes à natureza dos serviços oferecidos, foram testados apenas alguns aspectos – como o impacto dos tipos de escola pública (estadual ou municipal) da diferenciação entre atendimento em postos de saúde ou em hospitais públicos –, visto que a fonte de dados utilizada diz respeito à informação fornecida pelos beneficiários das políticas, e não pelos provedores.

Tabela 123	
Variáveis predictoras de acesso utilizadas nos modelos CHAID	
Variáveis de vizinhança	Atributos do responsável / Familiares
Macrorregião de residência	Faixa etária do responsável / Cônjuge
- Área central (com renda média alta)	- 18 a 29 anos
- Área intermediária (com renda média intermediária)	- 30 a 49 anos
- Área periférica (com renda média baixa)	- 50 anos e mais
Domicílios localizados em setores subnormais	Sexo do responsável / Cônjuge
- Sim	- Masculino
- Não	- Feminino
Indicadores de participação social / Religiosa	Escolaridade do responsável / Cônjuge
Frequência a atividades associativas religiosas	- Fundamental incompleto
- Pelo menos quinzenalmente	- Fundamental completo
- Mais que quinzenalmente ou não frequenta	- Médio completo ou superior
Frequência a associações não religiosas	Renda familiar per capita (salário mínimo 11/2004)
- Pelo menos anualmente	- Até 0,25 salário mínimo
- Mais que anualmente ou não frequenta	- Mais de 0,25 a 0,5 salário mínimo
	- Mais de 0,5 a 1 salário mínimo
	- Mais de 1 a 2 salários mínimos
Variáveis políticas	Cor do responsável
Influência dos acontecimentos políticos sobre a vida	Branços
- Acha que influenciam sua vida	Pretos e pardos
- Acha que não influenciam sua vida	
- Não sabe / Não informou	
Preferência por partido político	Tipo de serviço público
- Sim	
- Não	
	Tipo de escola pública
	- Municipal
	- Estadual
	Tipo de equipamento de saúde
	- Hospital
	- Posto de Saúde

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

A seguir, são apresentados os modelos de acesso para cada uma das políticas consideradas.

1.1 Ensino fundamental

Para a análise do acesso ao ensino fundamental construíram-se quatro tipos de indicadores que objetivaram especificar dimensões relativas à qualidade do acesso, devido à alta cobertura desse nível de ensino no município de Salvador, conforme apresentado no Capítulo II. O primeiro indicador construído buscou avaliar a dimensão dos serviços disponíveis nas escolas de ensino fundamental, tais como merenda, transporte e uniforme escolar. O segundo indicador procurou avaliar a infra-estrutura da escola, através da disponibilidade de biblioteca, sala de informática e quadra de esportes. O terceiro, por sua vez, procurou dimensionar o tempo de permanência das crianças na escola. Por fim, o quarto indicador procurou avaliar o tempo de deslocamento até a escola.

A metodologia utilizada na construção desses indicadores foi explicitada anteriormente. Esta seção apresenta a distribuição dos indicadores segundo algumas variáveis relevantes na discriminação do acesso.

1.1.1 Serviços relacionados ao ensino fundamental

O primeiro indicador elaborado refere-se ao acesso a serviços relacionados ao ensino fundamental, como obtenção gratuita de uniforme escolar, merenda e transporte, que podem ser compreendidos como formas indiretas de transferência de renda associada à prestação de serviços educacionais para as famílias mais pobres. Estudos como Menezes-Filho e Pazello (2005), por exemplo, destacam a relevância de elementos como esses na melhoria do desempenho escolar dos alunos.

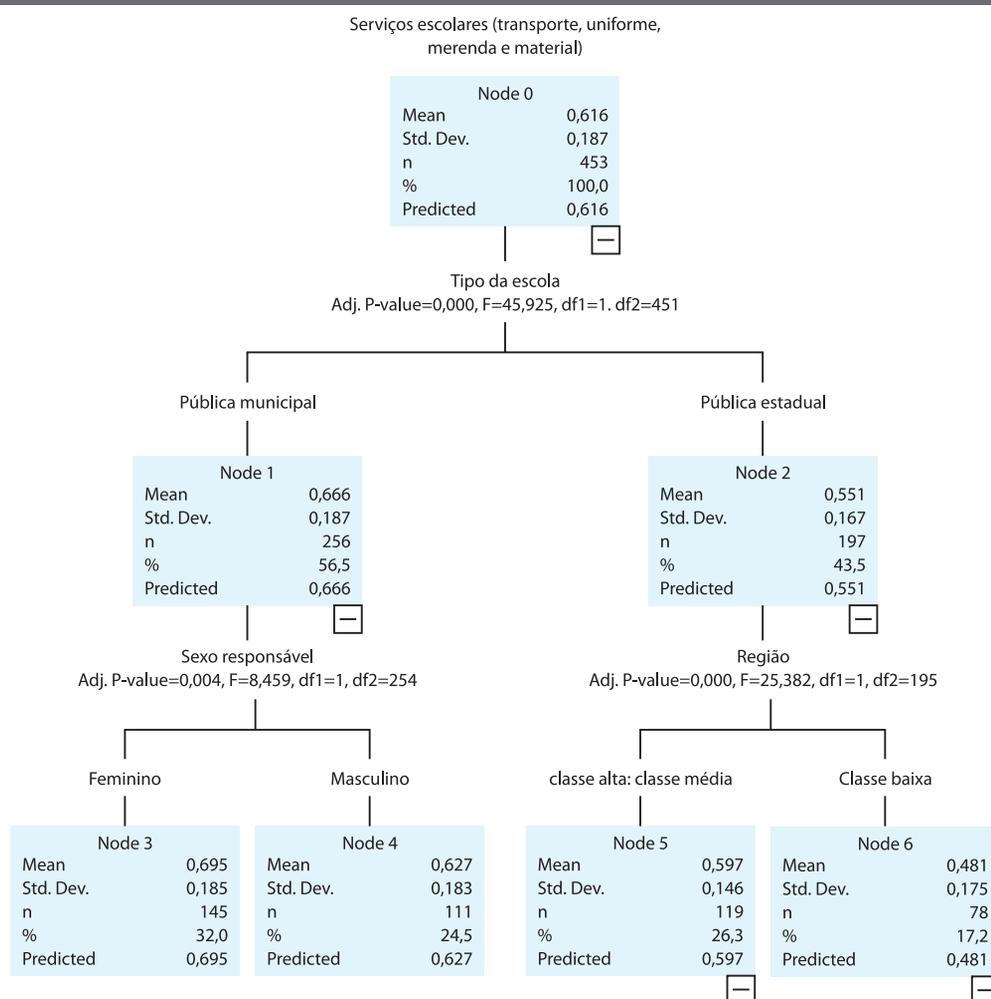
Os dados obtidos, por meio do *survey*, indicam que a distribuição desses serviços está fortemente associada ao tipo de rede. Como apresentado no Capítulo II, de modo geral, a rede municipal tende a oferecer mais serviços do que a estadual. Somente em referência à merenda não há diferenciais importantes por tipo de rede de ensino.

As análises apresentadas no Capítulo II também mostraram que as áreas periféricas contam com menor acesso totalmente gratuito a transporte escolar, material escolar e uniforme. No caso da merenda, que conta com maiores coberturas em comparação com os demais serviços, os diferenciais por região são menores e não discriminam negativamente as áreas periféricas.

Uma vez que as tendências relacionadas a serviços (transporte, uniforme, material escolar e merenda) são divergentes daquelas relacionadas à infra-estrutura (biblioteca, sala de informática e quadra de esportes), optou-se por criar indicadores separados para cada uma dessas duas dimensões, conforme descrito na Seção 3 do Capítulo I. É apresentado adiante um primeiro modelo multivariado onde se trabalha apenas com os serviços mencionados na Figura 2, considerando-se também as informações referentes à infra-estrutura.

Por conta de problemas relacionados à pesquisa de campo, o número de famílias que informou ter crianças cursando o ensino fundamental ficou em torno de 35% da amostra, o que prejudicou, em parte, as análises que serão aqui apresentadas. Na aplicação do modelo de CHAID para esses serviços, foram consideradas as variáveis explicativas apresentadas na Tabela 70. Os resultados do modelo de CHAID para esse indicador são apresentados na Figura 2, a seguir.

Figura 2
Modelo CHAID para o indicador de acesso a serviços relacionados ao ensino fundamental.
Salvador, 2006



Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a Serviços Públicos. Maio de 2006.
Nota: Nível de Significância de 5%.

Nesta figura, a variável dependente corresponde à média do indicador de acesso a serviços. O primeiro ramo da árvore apresenta as variáveis mais importantes para explicar o nível alto de acesso, e a importância das variáveis cai à medida que se desce nos ramos das árvores (isto significa que as associações, medidas pelo qui-quadrado, são menores, ou seja, as variáveis seguintes estão menos associadas com o fenômeno de interesse, no caso Alto Acesso a serviços e equipamentos educacionais). No interior de cada célula a média e o desvio padrão da variável dependente estão indicados. (Devido ao baixo número de casos, não se obteve mais do que dois níveis para esse modelo).

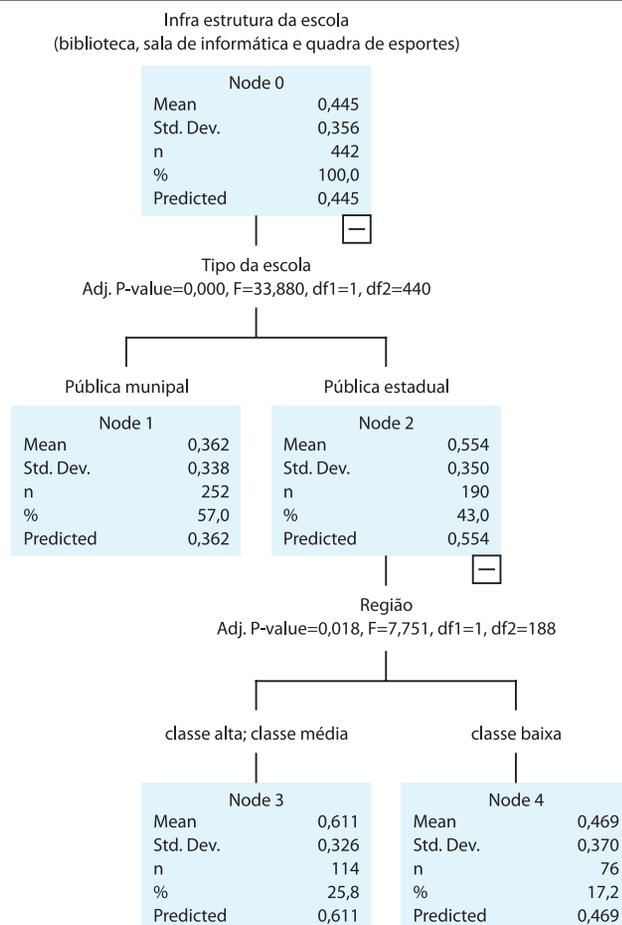
Os resultados apontam, em primeiro lugar, para a relevância do tipo de rede escolar na diferenciação do acesso aos benefícios relacionados ao ensino fundamental, conforme já indicado nos dados descritivos: o indicador de acesso a serviços é mais elevado para o sistema municipal do que para o estadual. Dentro do sistema estadual, os alunos de áreas periféricas têm menor acesso. No sistema municipal a variação principal se dá por conta do sexo do informante, mas o diferencial aí observado é relativamente baixo. Tais dados sugerem, assim como em São Paulo, que a rede municipal de ensino em Salvador prioriza o acesso gratuito a benefícios como merenda, transporte, uniforme e material, enquanto que a rede estadual prioriza outros aspectos. Esses resultados são complementados pelo modelo apresentado a seguir.

1.1.2 Infra-estrutura da escola

Além dos serviços associados ao ensino fundamental, optou-se por avaliar aspectos da infra-estrutura da escola que também podem ter impactos significativos sobre as condições de aprendizagem, tais como disponibilidade de bibliotecas, salas de informática e quadras de esporte.

De fato, quando se consideram esses aspectos, a importância relativa do sistema estadual muda de figura em comparação com os resultados apresentados no modelo anterior. A escola estadual apresenta um nível de infra-estrutura melhor do que o da escola municipal. Verifica-se também – no âmbito do sistema estadual – uma distinção considerável entre o acesso de crianças que moram em áreas centrais e intermediárias e as que moram em áreas periféricas, que tendem a estudar em escolas com pior infra-estrutura. Essas informações são apresentadas na Figura 3.

Figura 3
Modelo CHAID para o indicador de acesso a equipamentos educacionais. Salvador, 2006



Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a Serviços Públicos. Maio de 2006.
Nota: Nível de Significância de 5%.

Em vista desses elementos, vale a pena fazer as seguintes observações gerais, válidas para esses dois modelos:

- O principal ponto a ser destacado nas condições de acesso a serviços e equipamentos educacionais é o grande diferencial observado de acordo com o tipo de rede escolar, municipal ou estadual. No caso dos serviços o Município está mais presente; no caso dos equipamentos, o Estado. Esse resultado ressalta a relevância da autonomia dos sistemas educacionais para definirem suas políticas, bem como o impacto das políticas educacionais desenhadas por cada um desses sistemas;

- A presença de uma variável territorial, relativa à pior situação das escolas estaduais de periferia, quando comparados a escolas estaduais de áreas centrais, parece indicar, nos dois modelos, uma tendência de relativa desatenção da periferia, tendência bastante consistente com o observado na literatura (MARQUES; TORRES, 2005);
- Entende-se que a variável de sexo do informante, apresentada no primeiro modelo é de difícil explicação, o que pode eventualmente estar relacionado ao menor nível de informação de entrevistados do sexo masculino em relação às condições da escola de seus filhos.

A rigor, esses dois modelos oferecem apenas uma visão parcial dos mecanismos de acesso das famílias pobres ao sistema escolar. De fato, como será visto a seguir, os resultados assumem uma feição relativamente diversa, quando se consideram outras variáveis dependentes, como, por exemplo, o tempo que as crianças permanecem na escola.

1.1.3 Tempo de permanência na escola

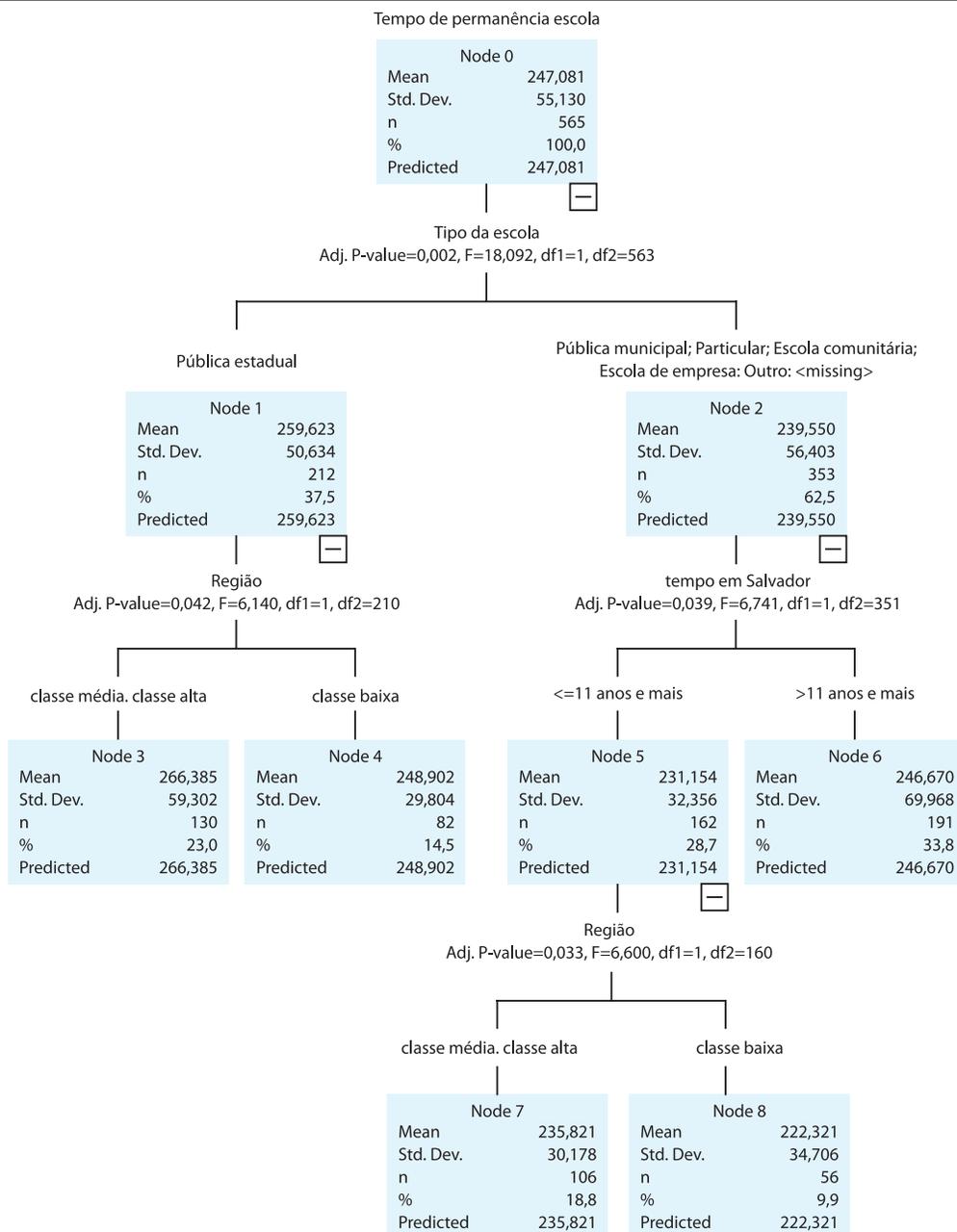
Considerando-se o tempo médio de permanência das crianças na escola pública, buscou-se construir um indicador que pudesse aferir, ainda que indiretamente, a qualidade do ensino oferecido¹¹. Porém, como apresentado na análise descritiva do Capítulo III, há uma pequena diferenciação entre o tipo de escola pública, com crianças que estudam na rede estadual tendendo a ficar mais tempo na escola – em média 4,3 horas, contra 4,2 horas na rede municipal. Vale lembrar que, embora tal diferença pareça irrisória, ao longo de 180 dias letivos, isso se torna importante. Segundo informações obtidas em Salvador, o regime de cinco horas-aula é ainda relativamente incipiente, não tendo sido generalizado nem no âmbito do sistema municipal, nem no estadual. Além disso, ao se analisar o indicador de tempo de permanência na escola segundo regiões de residência, constata-se que os diferenciais observados também apresentavam baixa variabilidade.

Apesar de tão baixa variabilidade, apresentada na Figura 4, o modelo de CHAID para o tempo médio de permanência nas escolas de Salvador é o mais indicado, sendo o número médio de minutos em que permanece na escola a variável dependente. As variáveis independentes testadas são as mesmas apresentadas na Tabela 123.

Pode-se observar que a melhor situação é encontrada no grupo de famílias cujos filhos estudam em escolas estaduais, pois essa foi a primeira variável selecionada no modelo: nessas escolas o tempo médio de permanência é superior ao de outros tipos de escola considerados em conjunto. Porém, existe alguma diferenciação regional entre as estaduais, com as crianças que residem em áreas centrais ou mais ricas permanecendo mais tempo na escola. Isso tende a ocorrer porque as escolas de áreas mais pobres são mais propensas a sofrer maior pressão por vagas, adotando, às vezes, o chamado regime de quatro turnos (7 às 11h, 11 às 15h, 15 às 19h e 19 às 23h), comprimindo sobremaneira o tamanho da jornada escolar.

¹¹ A construção desse indicador foi apresentada no Capítulo II.

Figura 4
Modelo de CHAID para o indicador de tempo de permanência na escola (em minutos)



Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Nota: 1. Nível de significância de 5%.

2. As diferenças entre as médias aqui observadas e nas tabelas do Capítulo III se devem à diferença no tratamento dos chamados *missing values* pelo algoritmo do CHAID.

No grupo de famílias cujos filhos estão na rede municipal, o efeito territorial também está presente, embora aplicado apenas aos que moram há menos tempo em Salvador. A dimensão tempo de permanência em Salvador mostra que os residentes há mais tempo (e com filhos em escolas municipais) têm acesso a escolas que garantem um pequeno período de tempo adicional de permanência para seus filhos. Aqueles que residem há menos tempo em Salvador provavelmente constituem famílias imigrantes com pior inserção na cidade, o que acabou se refletindo sobre o tempo de permanência das crianças na escola.

Cabe advertir que os diferenciais observados são bastante pequenos e, dado o baixo número de casos, não é possível fazer afirmações muito conclusivas. De todo modo, pode-se notar diferenças bastante expressivas, quando se comparam escolas estaduais localizadas em áreas centrais e intermediárias (de classe média e alta) – que permaneceram, em média, 266 minutos na escola - com crianças de outros tipos de escola (predominante municipais), que moram há menos tempo em Salvador e que residem em região periféricas – que permaneceram, em média, 222 minutos. Isso representa um total de quarenta e quatro minutos de diferença, o que corresponde a 20% da carga horária regular. Em outras palavras, além do local de moradia e do tempo de residência em Salvador, estudar em escolas que não a escola estadual parece ter um impacto significativo.

Em síntese, destacam-se as seguintes conclusões:

- A variável relacionada ao tipo de rede escolar – escola estadual ou outras (nesse caso predominantemente municipal) – é aquela que induz a variações mais significativas no tempo de permanência na escola. A importância desta variável mais uma vez confirma o impacto da autonomia das redes educacionais para definirem suas próprias políticas sobre as condições de oferta de ensino, como observado no caso de São Paulo;
- As variáveis territoriais – região de moradia e residência em área de favela – são bastante relevantes, sobretudo porque parecem refletir efeitos da pressão demográfica sobre as escolas, derivados da dinâmica populacional local e dos efeitos de segregação;
- A variável relativa ao tempo de residência em Salvador mostrou resultados consistentes com o esperado, indicando que o natural de Salvador tem acesso a escolas onde a permanência da criança é mais intensa.

Essas conclusões indicam que é preciso analisar de maneira conjunta os resultados relativos a serviços associados à educação (transporte, merenda, material escolar, uniforme), infraestrutura da escola e os resultados obtidos no caso do indicador de tempo de permanência na escola. Em Salvador assim como em São Paulo, as escolas municipais – oferecem mais serviços associados. No entanto, as escolas estaduais oferecem mais estrutura e as crianças aí permanecem por um pouco mais de tempo. O papel do tipo de sistema escolar exerce um papel decisivo nos três casos. Por outro lado, a dimensão territorial aparece, de modo relevante, nos três modelos, indicando alguma discriminação das áreas com maior concentração de pobres, sobretudo no caso das escolas estaduais.

Não se trata aqui de atribuir juízos de valor a esses diferentes elementos da política educacional, pois parte-se do pressuposto de que toda política social envolve, em algum grau, uma “escolha trágica”, isto é, opção entre alternativas igualmente relevantes (SANTOS, 1994). O indicador apresentado a seguir ajuda a complementar esse quadro.

1.1.4 Tempo de deslocamento até a escola

Além de considerar aspectos relacionados a serviços, infra-estrutura da escola e carga horária, optou-se por trabalhar com o tempo que as crianças levam para chegar até a escola, uma vez que o deslocamento pode constituir uma importante barreira ao acesso.

Analisando-se a distribuição do indicador construído por tipo de escola, conforme apresentado na Figura 5, fica evidente que os maiores tempos percorridos aparecem no caso da rede estadual. As distâncias também são maiores para o caso daqueles que residem em áreas centrais. A variável dependente utilizada no modelo de Chaid, com base nesse indicador, foi a situação em que há um tempo de deslocamento inferior ou superior a 15 minutos.

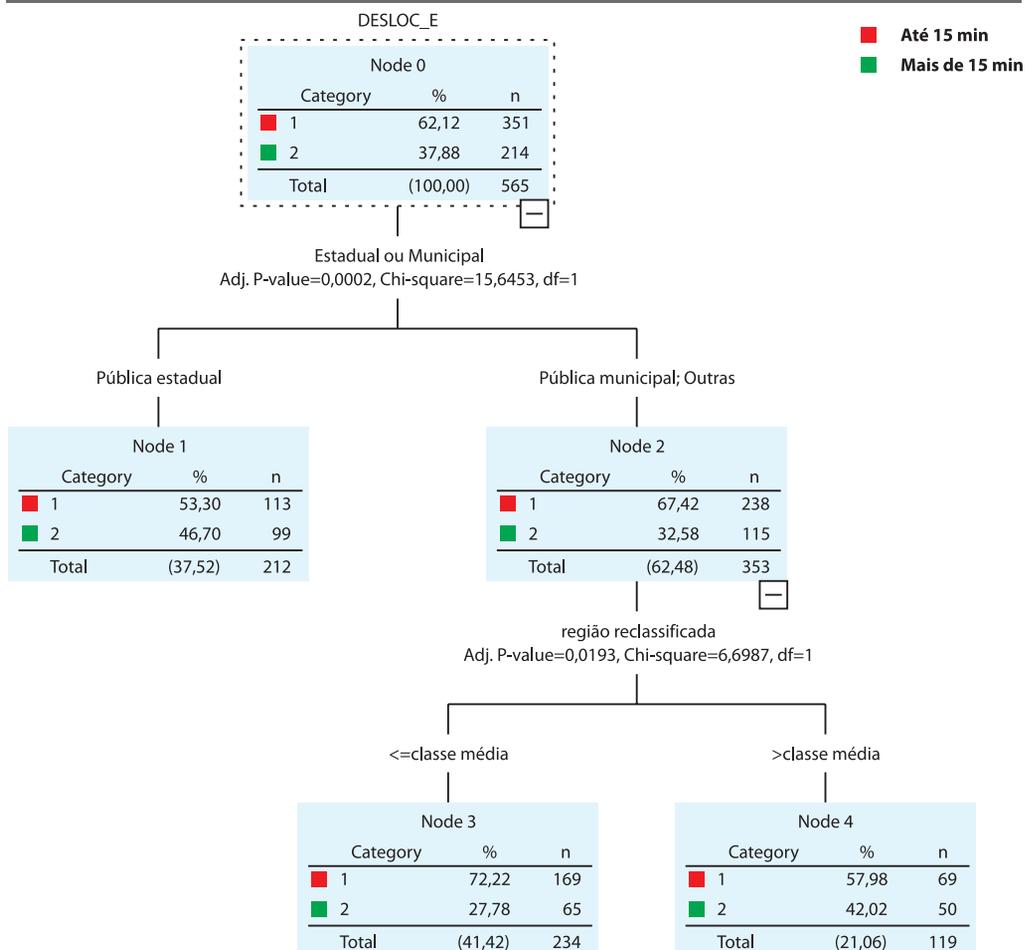
O principal diferencial, nesse caso, é novamente o tipo de escola, municipal ou estadual, com as famílias cujos filhos cursam escolas municipais mais próximas da escola ou levando menos tempo para chegar até lá. Vale lembrar a proporção de alunos de escolas municipais com acesso ao transporte escolar gratuito é muito superior, chegando a uma cobertura de 75%. Esse resultado é também um efeito da distribuição espacial das escolas da rede municipal, que se espalham mais pelo território do município, estando mais presentes nas áreas periféricas.

Entre as famílias cujos filhos freqüentam escolas da rede municipal, é importante destacar um efeito contrário à hipótese de segregação residencial: crianças que moram nas áreas mais ricas levam mais tempo para chegar à escola. Isso provavelmente ocorre em função do menor número de escolas públicas em regiões mais ricas, fruto da menor demanda local e da estrutura etária da população, normalmente caracterizada pela maior presença de idosos.

Em síntese, pode-se afirmar que:

- Assim como observado nos outros dois modelos gerados para o caso do ensino fundamental, a variável institucional relacionada ao tipo da escola – escola municipal ou estadual – é aquela que induz a variações mais significativas na distância do alunado às escolas;
- A variável territorial relativa à localização de domicílios em áreas periféricas ou centrais também se mostrou relevante, indicando, porém, efeitos contrários aos referidos à hipótese da segregação residencial.

Figura 5
Modelo de CHAID para o indicador de tempo de deslocamento à escola



Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.
Nota: Nível de significância de 5%.

1.1.5 Resumo dos padrões observados na área educacional

Após a apresentação de todos esses modelos que buscam captar o perfil dos que têm acesso a diversos indicadores relacionados ao ensino fundamental, é possível destacar a relevância do tipo da rede na diferenciação das condições de acesso. Os resultados apontam para dois modelos heterogêneos de escola pública, caracterizados por escolhas de políticas diversas: um característico da rede municipal de ensino e outro característico da rede estadual- cada um gerando tipos específicos de políticas com impactos diferenciados.

A rede municipal parece privilegiar o acesso a uma série de serviços associados à escola – como merenda, transporte, material, uniforme – além de apresentar menor tempo de deslocamento

dos alunos até a escola, seja pelo acesso gratuito a transporte escolar, seja pela maior proximidade física das crianças às escolas disponíveis. A rede estadual, por sua vez, parece priorizar a infra-estrutura escolar (biblioteca, sala de informática e quadra) e garantir um pouco mais de tempo de permanência das crianças na escola. Porém, as crianças que estudam na rede estadual percorrem uma distância maior até a escola e têm menor acesso a serviços relacionados ao ensino. Esses resultados apontam escolhas diferenciadas, com padrão relativamente similar ao observado em São Paulo, embora com distinções menos nítidas entre si.

Em todos esses modelos as variáveis de natureza territorial – particularmente a presença de domicílios em áreas periféricas ou centrais – manifestam-se de modo significativo, embora com significados diferentes. No que concerne aos modelos relativos ao acesso a serviços educacionais, equipamentos educacionais e tempo de permanência na escola, há um efeito negativo, que soa como punição para as crianças de áreas periféricas que estudam principalmente em escolas estaduais. No caso dos indicadores de tempo de percurso até a escola, as famílias que moram em áreas mais ricas estão mais distantes das escolas ou têm problemas de transporte, o que indica a menor capilaridade da rede de ensino nesses locais.

Infelizmente, devido à pequena quantidade de casos, não foi possível observar o impacto de um número maior de dimensões. Apenas as variáveis sexo do informante e tempo de residência do informante em Salvador apresentaram alguma diferenciação, além das variáveis institucionais e territoriais.

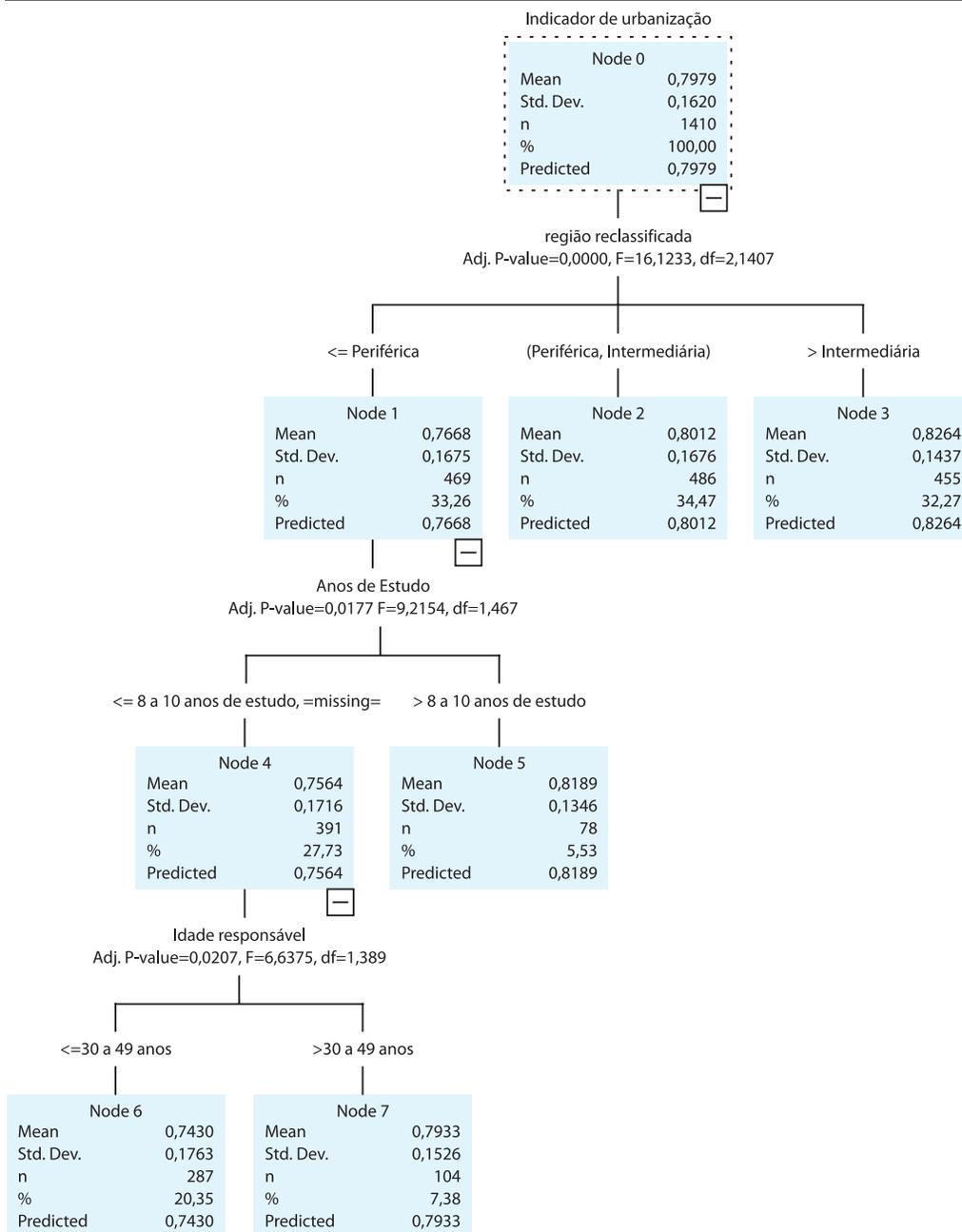
1.2 Infra-estrutura urbana

No caso da infra-estrutura urbana, conforme apresentado no Capítulo II, optou-se por trabalhar com um indicador sintético que demonstrasse as condições de urbanização auferidas pela população mais pobre de Salvador, uma vez que as coberturas analisadas isoladamente – rede de água, esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, entre outros serviços – são relativamente elevadas, revelando os progressos auferidos com a implantação do Programa *Bahia Azul*. Assim, como apresentado, trabalhou-se de forma agregada com cobertura e frequência do abastecimento de água, cobertura da rede de esgoto, coleta de lixo, energia elétrica, iluminação pública e presença de parques e praças. Dimensões que se mostram fortemente associadas entre si, num indicativo de que a sua provisão não se dá de modo isolado: é parte de uma dinâmica mais geral dos serviços urbanos.

Como apresentado no Capítulo III, os níveis de acesso a esses serviços variam de forma significativa, de acordo com diversas dimensões consideradas, evidenciando-se o fato de que as coberturas tendem a ser menores no caso dos domicílios localizados em áreas periféricas.

Os dados do modelo de Chaid, apresentado na Figura 6, a seguir, confirmam esses resultados das análises univariadas, indicando que domicílios localizados em áreas periféricas contam com menores coberturas desses serviços urbanos em comparação com domicílios localizados em regiões intermediárias ou centrais.

Figura 6
Modelo de CHAID para o Indicador de Urbanização.



Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Nota: Nível de significância de 5%.

Para os domicílios localizados em áreas periféricas, a segunda dimensão mais relevante na diferenciação dos níveis de acesso é a escolaridade dos responsáveis pelo domicílio – que poderia ser considerada uma *proxi* da renda ou da capacidade de reivindicar –, aqueles com mais tempo de estudo, em média, apresentando possibilidades de ter mais acesso a esses serviços urbanos. Entre os responsáveis pelo domicílio com menor escolaridade, a idade é outra dimensão relevante – os chefes mais jovens têm pior acesso a serviços urbanos. Esse resultado parece indicar que chefes de domicílio mais jovens tendem a ter uma inserção mais precária na cidade, pois, em geral, residem em áreas ainda desprovidas de alguns desses benefícios da urbanização.

Porém, cabe ressaltar que os diferenciais entre a melhor e a pior situação de acesso são baixos, indicando que a provisão desses serviços é relativamente homogênea entre os domicílios mais pobres do município de Salvador.

Em resumo, é possível afirmar que:

- A dimensão territorial é a mais incisiva na diferenciação do acesso a serviços urbanos, podendo indicar efeitos de segregação residencial. Também no caso de São Paulo, variáveis que representavam a relevância da dimensão territorial – como domicílios em área de favela – mostraram-se as mais relevantes. A hipótese principal deste estudo é que decisões políticas e procedimentos burocráticos ocorridos no interior da administração municipal e das empresas prestadoras de serviço induzam, ao longo do tempo, a uma sistemática “discriminação” das áreas de renda mais baixa, conforme o argumento sugerido por Marques (2003);
- Variáveis individuais mostraram-se relevantes no modelo – anos médios de estudo e média de idade dos responsáveis pelo domicílio. A escolaridade pode ser tomada como uma *proxi* da renda, indicando que aqueles com piores condições socioeconômicas têm uma inserção mais precária na cidade. Esse resultado é confirmado pela relevância da idade do responsável, já que os mais jovens, que constituíram família mais recentemente, parecem mais castigados pela realidade encontrada.

1.3 Saúde

Para avaliar as condições de acesso aos serviços de saúde por parte da população mais pobre do município de Salvador, foram considerados apenas os entrevistados que tiveram que procurar um serviço *público* de saúde no último ano (ou seja, foram excluídas todas as informações referentes a atendimentos ocorridos na rede privada) e que recorreram a postos de saúde ou a consultas em hospitais (e não a pronto-socorros ou atendimentos de emergência), pois havia interesse em analisar a qualidade dos atendimentos de rotina, obtidos no caso de consultas e exames básicos. Devido à boa cobertura dos serviços públicos de saúde, optou-se novamente pela construção de um indicador mais “exigente” de avaliação do acesso, o tempo de espera para obtenção de uma consulta, conforme o indicador apresentado no Capítulo II, cujo modelo de acesso é apresentado a seguir.

1.3.1 Tempo de espera para atendimento básico de saúde

Conforme apresentado no Capítulo II, o indicador de tempo de espera para atendimento básico de saúde levou em consideração tanto as situações com marcação de consulta quanto as situações sem agendamento. Quanto maior o indicador, menor o tempo para ser atendido (situação melhor) e quanto menor o indicador, maior o tempo para ser atendido (situação pior).

A Tabela 124 apresenta a distribuição desse indicador sintético de presteza do atendimento segundo o tipo de região. Ao contrário do observado para o caso de São Paulo (FIGUEIREDO et al., 2005), nota-se que nas áreas de classe média e baixa a presteza no atendimento tende a ser maior que no caso das de classe alta.

Tabela 124
Indicador de presteza do atendimento básico de saúde, segundo tipo de região.
Município de Salvador – 2006

Indicador de presteza do atendimento	Tipo de região			Total
	Classe baixa	Classe média	Classe alta	
Menor	28,65	29,04	42,76	31,76
Intermediária	19,74	15,49	16,30	17,27
Maior	51,61	55,48	40,94	50,97
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Analogamente é também possível observar, de acordo com a Tabela 125, que a maior presteza no atendimento em Saúde ocorre nas unidades de saúde da família, seguida dos postos de saúde públicos. As situações de menor presteza são mais comuns no caso dos atendimentos básicos ocorridos em hospitais públicos – como foi observado no caso de São Paulo.

Tabela 125
Indicador de presteza no atendimento básico de saúde, segundo local de atendimento.
Município de Salvador – 2006

Indicador de presteza do atendimento	Local do atendimento						Total
	Hospital particular	Hospital filantrópico	Hospital público	Posto de saúde público	Centro de saúde público	Unidade de saúde da família	
Menor	33,36	25,03	50,33	24,88	37,51	23,57	31,77
Intermediária	15,45	27,67	18,30	16,71	18,02	-	17,28
Maior	51,19	47,30	31,37	58,41	44,47	76,43	50,95
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Nota: Refere-se apenas aos atendimentos gratuitos, isto é, envolvendo recursos do SUS.

Quando se realizou a análise do tipo CHAID para esse indicador (Figura 7), pôde-se observar, em primeiro lugar, a relevância do tipo de serviço público em questão: hospitais apresentam

menor prestação nos atendimentos de rotina do que os postos de saúde. Tal resultado pode ser interpretado como efeito do processo de crescente hierarquização da política de Saúde, que vem, nos últimos anos, transferindo de forma crescente os serviços de menor complexidade para as unidades básicas.

Em segundo lugar, tanto para o caso dos atendimentos em hospitais quanto para os postos de saúde, revela-se a menor prestação dos serviços recebidos pelos pobres residentes nas áreas mais ricas da cidade. Trata-se de uma tendência contrária à observada para o caso de São Paulo (FIGUEIREDO et al., 2005). Não se tem uma explicação plausível para esse fenômeno. É possível que os hospitais e postos de saúde localizados próximos às áreas mais ricas estejam mais congestionados, em função da menor oferta ou, ainda, em função de uma oferta melhor qualificada do que a observada em locais mais distantes. Mas trata-se, evidentemente, de um elemento que exige uma reflexão mais aprofundada.

Entre os que foram atendidos por postos de saúde e em áreas de classe alta, nota-se uma situação ligeiramente pior das pessoas residentes em Salvador há muito tempo, mas os diferenciais observados são baixos. Também não se obteve uma explicação razoável para esse resultado.

Em outras palavras, os resultados apresentados por esse modelo são relativamente problemáticos, porque os diferenciais são baixos, ou porque contrariam as principais expectativas empíricas e teóricas, inclusive algumas observadas em outras localidades brasileiras. Em tese, não se trata de um problema do modelo em si, que é bastante robusto e apresentou o mesmo formato com base em diferentes alternativas de modelagem. Algumas possíveis explicações para esses resultados são as seguintes:

Devido a percepções dos entrevistados sobre a qualidade dos serviços nas diferentes regiões da cidade, é possível que certos grupos tenham preferência por esperar mais pelo serviço com o objetivo de buscar um melhor atendimento. Realmente, o morador das áreas mais ricas avalia mais positivamente os hospitais e postos de saúde a que tem acesso do que os moradores de áreas com maior concentração de pobres¹²;

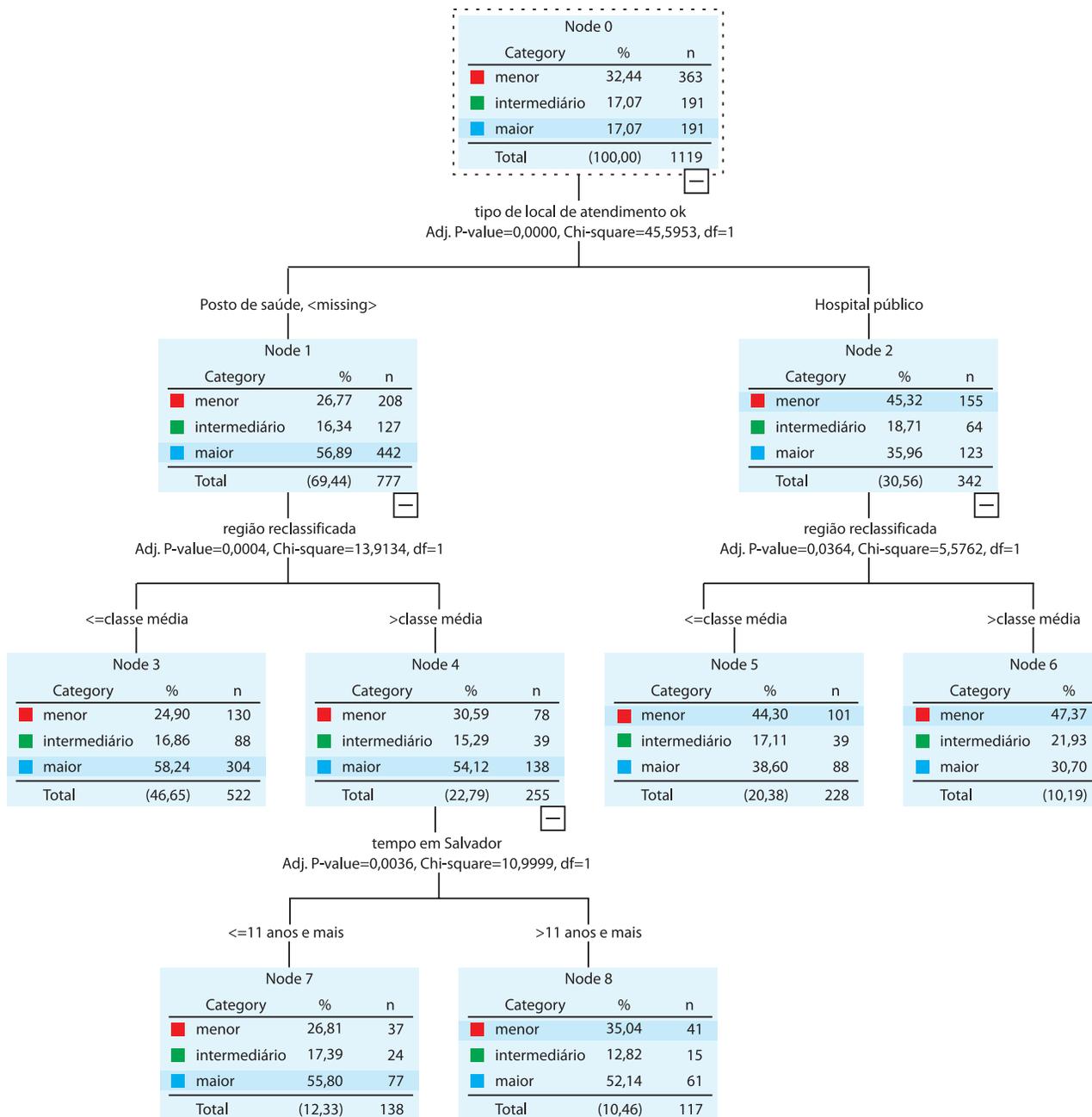
No caso da prestação do atendimento obtida em postos de saúde ser muito maior do que a obtida em hospitais, uma possível hipótese explicativa estaria no fato de os postos serem, em geral, administrados pelo Município e os hospitais pelo Estado ou pelo sistema privado que atende o SUS, produzindo duas lógicas de provisão muito diferentes;¹³

¹² A nota geral para os serviços de saúde nas áreas centrais foi de 7,42, em média, contra 6,79, nas áreas intermediárias, e 6,83 nas áreas periféricas.

¹³ “Na provisão dos serviços de saúde, o dado que merece destaque é também o da responsabilidade pela sua provisão: entre as capitais de tamanho semelhante ao de Salvador – Belo Horizonte e Recife – Salvador é a cidade com menor número de estabelecimentos de saúde geridos pelo município. Pelos dados do IBGE, em 2002, Salvador tinha 25 estabelecimentos de saúde geridos pelo Estado, 79 pelo Município e 163 pelo sistema privado/SUS. Em Recife, eram 29 administrados pelo Estado, 101 pelo Município e 82 pelo sistema privado/SUS. Em Belo Horizonte, o Estado administrava 20, o Município 153 e o sistema privado/SUS, 96. O dado de Salvador reflete a escassa participação do Município na provisão desse serviço e a opção da política de saúde do governo do estado de “comprar” esse serviço do setor privado.”

Figura 7

Modelo CHAID para o indicador presteza no atendimento básico de Saúde



Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Nota: Nível de significância de 5%.

As diferenças entre postos de saúde e hospitais podem estar refletindo também outras razões institucionais relacionadas ao tipo de divisão de trabalho entre equipamentos segundo a complexidade, tipo de consultas e atendimentos oferecidos nos dois locais, etc. Sendo assim, apenas um estudo que aprofunde mais a análise organizacional do sistema de saúde no município de Salvador poderá esclarecer essa questão.

1.3.2 Tempo de deslocamento até o local de atendimento

Em vista desses resultados relativamente frustrantes – sobretudo quando comparados aos do exercício para São Paulo – resolveu-se testar o modelo CHAID com uma segunda variável dependente relacionada ao tempo de deslocamento do paciente até o local de atendimento. A rigor, ao adotar esse tipo de variável, entende-se que aqueles que registram um tempo de deslocamento maior teriam, provavelmente, menor acesso ao serviço de saúde e maior dificuldade de a este recorrer. Como nos outros casos, construiu-se uma variável dependente bastante exigente, já apresentada no Capítulo II (Resultados desse modelo apresentados na Figura 8).

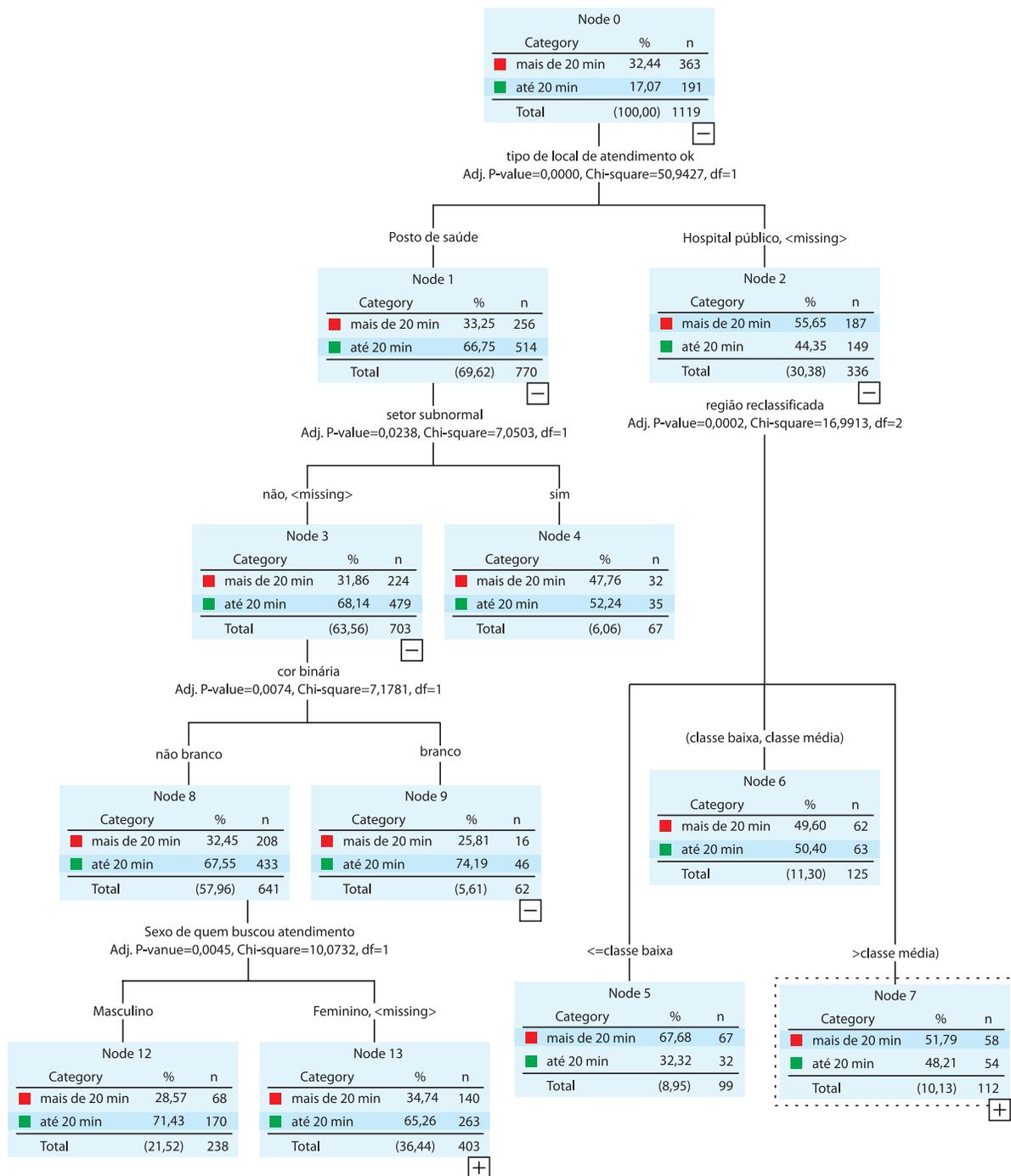
Observa-se, em primeiro lugar, uma substancial diferenciação entre atendimentos em postos de saúde e hospitais - 33% dos usuários que se deslocam até postos de saúde demoram mais do que 20 minutos, proporção que se eleva para 56% no caso dos usuários de hospitais. Trata-se de um resultado esperado e, provavelmente, derivado da lógica de distribuição espacial dos equipamentos de saúde. Isto porque, em geral, os hospitais são menos numerosos e localizados em áreas mais centrais, acessíveis ao conjunto da cidade, enquanto que os postos de saúde tendem a apresentar uma distribuição mais capilarizada, voltados para atender apenas uma determinada região ou bairro da cidade.

No segundo nível hierárquico do modelo, aparece novamente a variável região para hospitais, agora com um sinal semelhante ao observado no caso estudado em São Paulo. Moradores das áreas com maiores concentrações de pobres apresentam um tempo maior de deslocamento até o local de atendimento, o que é consistente com a lógica de localização dos hospitais, em relação à moradia em locais periféricos. Quanto aos postos de saúde, a variável que mais discrimina no segundo nível é a moradia em setores subnormais, que apresentam um tempo de deslocamento mais elevado. Fora das áreas subnormais, observa-se alguma discriminação no que se refere a raça e gênero, embora os diferenciais sejam relativamente baixos. Porém, não foi possível chegar ao ponto de apresentar explicações consolidadas para esse último resultado.

n
54
25
35
114

Figura 8

Modelo CHAID para o tempo de deslocamento até o equipamento de saúde utilizado



Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Nota: Nível de significância de 5%.

Quando considerados em conjunto os dois modelos de saúde da Figura 18, podem-se fazer as seguintes observações:

Em primeiro lugar, fica evidente a importância da distinção entre o atendimento em hospitais e postos de saúde – diferenciação que também apareceu de forma muito relevante nas análises das condições de acesso ao atendimento básico de saúde em São Paulo (FIGUEIREDO et al., 2005). Postos de saúde apresentam maior presteza no atendimento e são mais acessíveis, considerado o tempo de deslocamento do usuário até o equipamento. Resultados que têm duas implicações principais: podem estar refletindo uma compreensão imprecisa por parte dos entrevistados a respeito do que seriam serviços “de rotina”- alguns dos serviços assim considerados podem, na prática, requerer especialização, não sendo normalmente oferecidos em postos de saúde. Podem também refletir que a persistência de atendimentos de rotina em hospitais caracterize um resquício do período anterior à universalização, situação em que os postos de saúde tinham um papel menos destacado na triagem e encaminhamento de pacientes.

Em segundo lugar, a dimensão territorial aparece novamente como relevante, sobretudo no modelo de tempo de deslocamento ao equipamento, evidenciando um menor acesso daqueles localizados em regiões com alta concentração de pobres (no caso dos hospitais) e de moradores de setores subnormais (no caso dos postos de saúde). Vale destacar, no entanto, que esse indicador é muito exigente - o ponto de corte é um tempo de deslocamento de apenas 20 minutos. Além disso, no caso da presteza do atendimento foi observado um diferencial territorial, porém no sentido contrário ao usualmente esperado. Tais elementos sugerem a probabilidade de que a dimensão territorial seja menos importante para Salvador do que para São Paulo, do ponto de vista das explicações de desigualdades no acesso a serviços de saúde.

Destaca-se finalmente a menor importância de outras variáveis explicativas, inclusive as variáveis individuais e relacionadas à participação associativa.

1.4 Transferência de renda

Em se tratando da transferência de renda, optou-se por avaliar simplesmente a dimensão da cobertura, sem a construção de um indicador de resposta mais sofisticado. Conforme já afirmado no Capítulo III, os dados obtidos por meio do *survey* indicam que 27,2% das famílias, do município de Salvador, com renda familiar inferior a dois salários mínimos declararam ter recebido dinheiro de algum programa de transferência de renda no período anterior à pesquisa, o que indica uma cobertura razoável dos programas de transferência naquela data.

Nesse contexto, a referência principal é o programa federal Bolsa-Família, que utiliza como critério de inclusão a renda familiar per capita inferior a R\$ 100, o que correspondia a um terço do salário mínimo na data da pesquisa. Outros programas também foram incluídos na análise, como o Bolsa-Escola e o Vale-Gás, mas com frequência bastante baixa, como demonstrado na Tabela 126, uma vez que estão sendo paulatinamente integrados ao Bolsa-Família.

Tabela 126
Recebimento de dinheiro de programa do governo, segundo tipos de programa.
Município de Salvador – 2006

Tipo de programa	Frequência	%	% Válido	% Cumulativo
Outros de tipos de programas e combinações	14413	4,3	15,7	15,7
Vale-Gás	11340	3,3	12,3	28,0
Bolsa-Escola	11479	3,4	12,5	40,5
PETI	2365	0,7	2,6	43,0
Bolsa-Família	45213	13,3	49,1	92,1
Bolsa-Família e outros programas	7228	2,1	7,9	100,0
Total	92038	27,1	100,0	-
<i>Missing</i>	246960	72,9	-	-
Total	338998	100,0	-	-

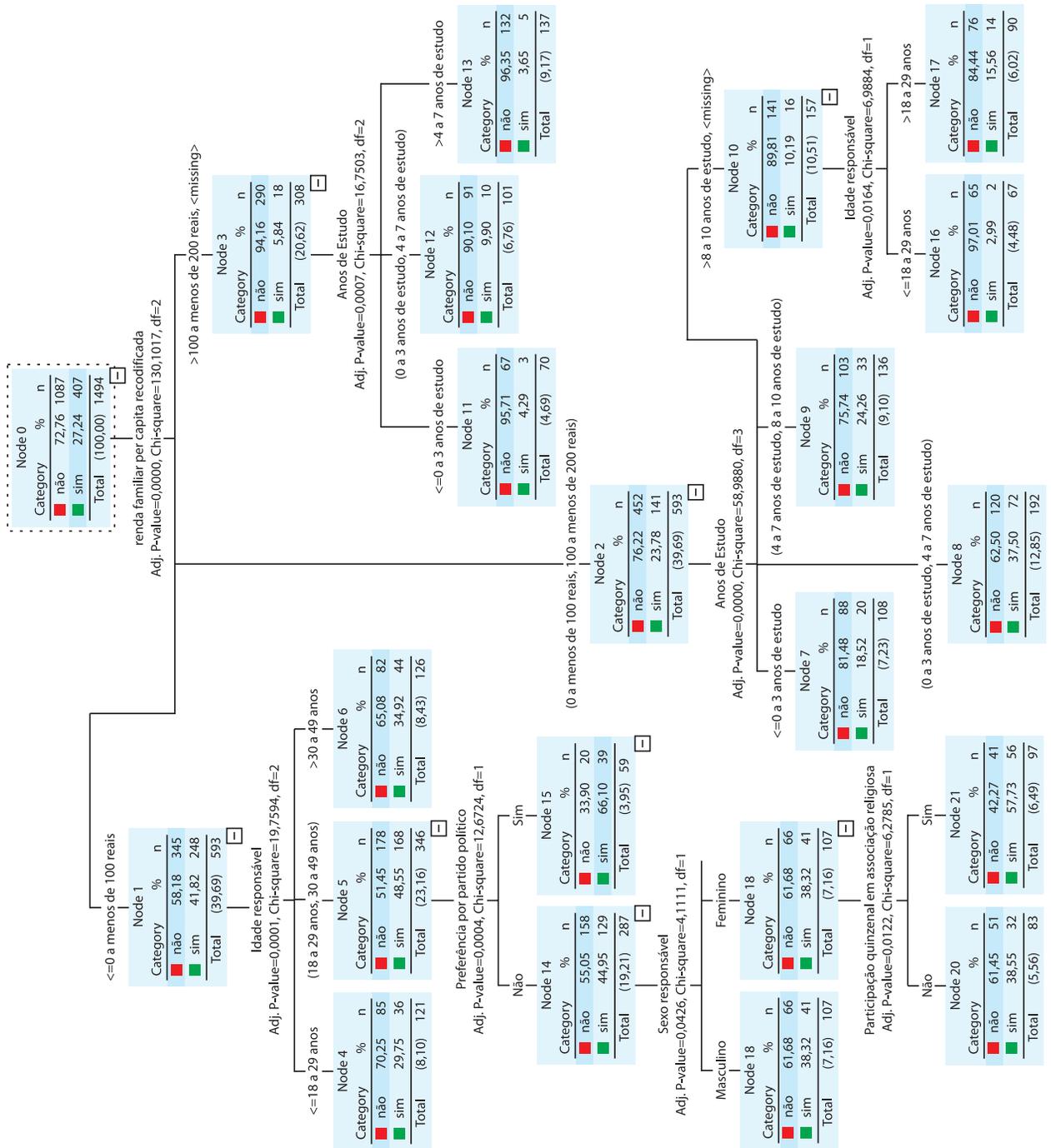
Fonte: SEI-IPEA. *Survey* de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.

Os dados disponíveis no *survey* permitem verificar, por um lado, o grau de cobertura atingido pelos diferentes grupos considerados na análise e, por outro, se o programa de transferência de renda realmente atinge o público-alvo que se propõe a atingir, ou se há “vazamentos”, ou seja, se atingem grupos não elegíveis para o programa.

Os resultados indicam que a maioria dos beneficiários dos programas considerados pertence às parcelas mais pobres da população: do total das famílias pesquisadas que recebem transferência de renda, 60,9% recebem até um terço de mínimo de renda familiar per capita; 34,6% recebem um rendimento familiar per capita entre mais de um terço e menos de dois terços do salário mínimo; e 4,4% têm rendimento familiar per capita de mais de dois terços a menos de um salário mínimo. Esses resultados indicam um bom direcionamento do programa ao público-alvo proposto; contudo, o programa apresenta ainda uma cobertura incompleta, pois no conjunto dos que têm até um terço de salário mínimo, 41,8% recebem as transferências consideradas. Além disso, como visto no capítulo anterior, os recursos oriundos de programas de transferência de renda correspondem a 16,7% da renda dos domicílios 40% mais pobres de Salvador e por 19,7% da renda das famílias abaixo da linha da pobreza.

Após a caracterização geral daqueles que recebem programas de transferência de renda, pode-se iniciar a apresentação do modelo de CHAID elaborado para avaliação dos condicionantes do acesso a essa política. Como variável resposta foi utilizado o fato de uma família ser beneficiária ou não de um programa de transferência de renda, com famílias não-beneficiárias assumindo o valor 0(zero) e famílias beneficiárias assumindo o valor 1(hum). As variáveis explicativas testadas já foram descritas anteriormente. Os resultados são apresentados na Figura 9.

Figura 9
Modelo de CHAID para o indicador de programa de transferência de renda



Fonte: SEI-IPEA. Survey de acesso da população mais pobre de Salvador a serviços públicos. Maio de 2006.
Nota: Nível de significância de 5%.

Como se poderia prever, considerando o público-alvo do programa, a variável mais importante para diferenciar entre ser beneficiário ou não é a renda familiar per capita. Isso porque as famílias com até um terço de salário mínimo per capita recebem mais frequentemente recursos de programas de transferência. Essas famílias representam 60,9% das famílias beneficiárias e aproximadamente 39,7% do universo da pesquisa. Nesse grupo, 41,8% recebia o benefício em maio de 2006. Entre as famílias com renda per capita superior a dois terços de salário mínimo, a ocorrência de beneficiários é bastante baixa - a penetração do programa nessa faixa de renda atinge apenas 5,8%, o que também era esperado, segundo os critérios de inclusão do programa de transferência de renda, voltado para os muito pobres.

Entre as famílias com rendimento familiar per capita de até um terço de salário mínimo, a segunda variável mais relevante é a idade - o programa atinge mais intensamente a faixa etária de 30 a 49 anos. Trata-se de um resultado razoável, visto que os muito jovens têm, em geral, mais dificuldade de acessar programas sociais e os mais idosos são objeto de outros programas, como o de previdência pública, não sendo assim tão frequentemente elegíveis ao benefício. No entanto, a menor cobertura entre aqueles com idade inferior a 30 anos causa alguma preocupação, tendo em vista que é maior a probabilidade de serem também constituídas por crianças muito pequenas. Há que se lembrar que, ao contrário do programa paulistano "Renda Mínima", o Bolsa Família não dedica, de forma explícita, uma atenção especial a famílias com crianças, até onde foi possível averiguar.

Entre as famílias de menor renda e com idades entre 30 e 49 anos, a preferência por partidos políticos aparece, assim como em São Paulo, como variável explicativa predominante. Como no caso do *survey* de São Paulo, contou-se com poucos elementos para inferir o sentido da causalidade aqui presente: se as pessoas preferem determinado partido porque recebem o benefício ou, ao contrário, recebem o benefício por conta de sua preferência. É possível que outras informações colhidas localmente junto aos responsáveis pela execução do programa possam esclarecer esse aspecto.

Entre os mais pobres, com idade entre 30 e 49 anos e sem preferência partidária, o sexo do responsável é a variável que aparece no próximo nível hierárquico - domicílios chefiados por mulheres tendendo a receber mais frequentemente programas de transferência de renda. Embora esse aspecto não seja ressaltado entre os critérios de enquadramento explícito, fica evidente que o programa apresenta, na prática, um viés a favor das mulheres. É possível que isso reflita algum aspecto do cadastro ou alguma prática particular adotada no processo de cadastramento.

Entre os domicílios que possuem renda per capita entre um terço e dois terços de salário mínimo, a variável de escolaridade é a determinante. Os grupos com escolaridade intermediária (quatro a sete anos de estudo) recebem mais frequentemente o benefício, o que significa que, embora o programa consiga filtrar do benefício entre os muito escolarizados, não é capaz de beneficiar, de modo diferencial, aqueles com baixíssima escolaridade, isto é, os analfabetos e com menos de três anos de escolaridade.

Já entre as famílias com renda superior a um terço de salário mínimo, as que menos recebem programas de transferência, a escolaridade do responsável é novamente a variável mais importante - há menor acesso nos domicílios com chefes muito pouco escolarizados (zero a três

anos de estudo) e mais escolarizados (mais de sete anos de estudo). Esse resultado repete, de certo modo, a situação do grupo de renda anterior, sugerindo que o programa não tem conseguido tratar de forma diferenciada os muito pouco escolarizados. Vale lembrar, no entanto, que tal variável não define um critério de elegibilidade. De todo modo, os menos escolarizados são mais propensos, para várias políticas sociais, a enfrentar mais dificuldade de acesso, por ter menos informação e menos capacidade de se manifestar verbalmente a um funcionário público ou agência responsável pelo enquadramento no programa.

Em termos gerais, os resultados obtidos podem ser assim resumidos:

- A variável renda é a mais relevante na explicação do acesso a programas de transferência de renda, o que era esperado, segundo os critérios de inclusão do Bolsa Família e indica o bom direcionamento desse programa. Porém, mesmo com essa orientação há alguns vazamentos, especialmente nas “bordas”, na faixa de renda imediatamente acima da linha de pobreza considerada, de um terço de salário mínimo (R\$100,00);
- Entre as faixas de renda acima dos recortes definidos pelos programas, é maior o impacto da variável de escolaridade, sugerindo a existência de critérios adicionais no enquadramento dos mais pobres. Tais critérios são provavelmente derivados do cadastro utilizado para o enquadramento dos beneficiários, ou mesmo de outros aspectos menos formalizados da prática de cadastramento efetuado localmente;
- Entre os mais pobres, o programa de transferência de renda estudado tem um viés “feminino”, denotando possivelmente uma preocupação com o problema da chefia feminina de domicílio, embora tal elemento também não seja explicitado nos critérios gerais de enquadramento;
- A questão da importância da preferência política pode estar indicando, a exemplo de São Paulo, a importância de redes e organizações sociais vinculadas a partidos políticos no processo de cadastramento dos beneficiários. No entanto, tal possibilidade não pode ser testada com os dados disponíveis no *survey*, mas sim a partir de outras fontes de informação.

Em síntese, o programa de transferência de renda aqui pesquisado evidencia uma cobertura ainda incompleta, embora apresente um direcionamento adequado. O surgimento de diferenciais por sexo e idade sugere a possível existência de outros critérios de enquadramento não necessariamente explicitados. Provavelmente, a explicitação de tais critérios aumentaria a transparência e eficiência do programa. Finalmente, existem evidências de que, entre os mais pobres, o programa poderia estar sendo parcialmente implementado através de redes partidárias.

1.5 Resumo dos padrões observados na área de saúde e transferência de renda

Os perfis das populações de baixa renda que têm acesso aos dois tipos políticas públicas selecionadas – saúde pública e transferência de renda – sugerem um quadro interpretativo relativamente complexo, em que elementos oriundos de diferentes matrizes teóricas aparecem com impacto explicativo substancial. Além disso, a maioria dos modelos aponta para diferenciais de acesso não previstos pelos critérios de elegibilidade das políticas públicas aqui abordadas, indicando a existência de outros fatores intervenientes nas condições de acesso.

É importante apontar, em primeiro lugar, que as variáveis relacionadas à dimensão institucional – desenhos de política e natureza dos serviços prestados - apresentaram resultados significativos, embora estejam sub-representadas, como mencionado, em função da metodologia adotada. Por um lado, variáveis de caráter institucional que distinguem a natureza dos equipamentos públicos (tais como hospitais ou postos de saúde) apresentaram resultados significativos, ainda que devam ser consideradas as especificidades de cada política setorial. Na área da saúde, executada pelo governo municipal, os diferenciais de acesso refletem a institucionalização do sistema hierarquizado.

Em segundo lugar, a relevância das variáveis territoriais para as políticas aqui consideradas (saúde e transferência de renda) foi menos significativa do que no caso de São Paulo (FIGUEIREDO et al., 2005). Elas não têm relevância nos modelos de transferência de renda e, nos modelos de saúde sua importância se dá apenas no caso do tempo de deslocamento até o atendimento, o que é totalmente esperado em função da lógica de localização dos equipamentos de saúde. No modelo de prestação do atendimento, o sinal dessa variável é, inclusive, contrário ao observado no caso paulistano.

Em terceiro lugar, a variável relacionada à preferência política apresentou importância no caso do modelo de transferência de renda. Neste caso, como apontado anteriormente, sem informações complementares, é difícil afirmar se esse resultado é fruto do uso de redes político-partidárias para a divulgação do programa ou se trata de uma preferência decorrente do recebimento do benefício.

Em quarto lugar, verificou-se que as características individuais dos informantes continuam revelando resultados significativos, mesmo quando se trabalha apenas com os 40% mais pobres.¹⁴ A renda familiar per capita evidenciou nítida relevância no modelo de transferência de renda - a variável reflete um dos principais critérios de inclusão nas políticas de transferência. A idade do responsável pelo domicílio, escolaridade, cor e sexo mostraram-se significativas no modelo de serviços e transferência de renda. No entanto, essas variáveis tiveram sempre um impacto relativamente secundário, ou seja, não foram os elementos mais importantes na explicação dos diferenciais de acesso observados.

Em quinto lugar, as variáveis de natureza participativa, religiosa ou em outras entidades civis, não revelaram importância identificável nos modelos de saúde e de transferência de renda. É necessário ressaltar que essa relevância parece ser menor do que o esperado, de acordo com a literatura na área, mas sua pertinência é discutível em políticas altamente universalizadas, como é o caso das políticas de saúde.

Em suma, os modelos aqui apresentados destacam que o acesso a serviços é fortemente influenciado pela natureza do serviço oferecido (atendimento em posto de saúde ou em hospital, no caso do atendimento básico à saúde), por sua preferência política (especialmente no caso da transferência de renda) e por algumas características individuais (renda e escolaridade).

¹⁴ Cabe destacar que esse tipo de modelo explicativo é, evidentemente, aquele que tem maior influência do recorte do *survey*, que pretendeu explicar apenas o acesso a serviço entre os pobres, e não no âmbito da população em geral.

IV CONCLUSÕES GERAIS

Esta seção resume os principais resultados apresentados ao longo deste trabalho. Como é possível observar, procura oferecer um conjunto de elementos metodológicos e operacionais relacionados à avaliação de políticas sociais. Partindo de uma discussão que se desdobra em cinco elementos, são propostas aplicações práticas relativas à avaliação de aspectos das políticas de educação, de infra-estrutura, de saúde e de transferência de renda no município de Salvador.

Inicialmente, no Capítulo II, destacou-se a relevância do *survey* como instrumento de avaliação de políticas públicas. Entende-se que o *survey* pode ser utilizado na monitoração e na avaliação da implementação de um programa ou política pública e torna-se especialmente importante quando os programas ou políticas em questão não são limitados a grupos rigorosamente definidos, mas a amplas comunidades ou são mesmo de natureza universal. Nesses casos, é o instrumento mais adequado e eficiente – e, às vezes, é mesmo o único meio – de examinar em que medida a população-alvo está sendo alcançada ou se verdadeiramente está sendo atingida. Além disso, é um método privilegiado para aferir a qualidade dos serviços oferecidos e também para conhecer a avaliação que o próprio usuário faz dos serviços utilizados. Nesses casos, o *survey* pode ser um excelente instrumento para se medir o acesso da população a bens ou serviços oferecidos.

Finalmente, o *survey* possibilita a construção de uma série de indicadores, simples e sintéticos - muitos deles podem ser utilizados em outros contextos, em *surveys* realizados em outros municípios. No caso particular de Salvador, diversos indicadores sintéticos alternativos tiveram que ser considerados para fins de avaliação, em função do alto grau de cobertura do ensino fundamental e infra-estrutura urbana e do atendimento básico de saúde na rede pública. Essa alta cobertura estimulou a construção de indicadores mais exigentes, que procuraram avaliar a dimensão da qualidade dos serviços, cuja descrição é também apresentada no Capítulo II. Desse modo, os indicadores e métodos utilizados em outros contextos urbanos deverão ser adequados às realidades existentes, tendo em vista que o nível de complexidade adotado na análise depende muito dos graus de coberturas observados.

Em segundo lugar, no Capítulo III, discutiram-se as taxas de cobertura efetivamente observadas no município de Salvador. Apesar da elevada cobertura no ensino fundamental, no acesso aos serviços de infra-estrutura e no caso do atendimento básico de saúde, há diferenciais importantes de acesso, particularmente de acordo com “variáveis institucionais” – tipo da rede, municipal ou estadual, para o ensino fundamental, e tipo de atendimento, posto de

saúde ou hospital, para consultas básicas de saúde – e também de acordo com variáveis individuais e com variáveis territoriais, especialmente macrorregião de residência (áreas central, intermediária ou periférica).

No que concerne à Justiça, foram registradas taxas elevadas de vitimização e, de modo geral, uma baixa proporção de pessoas que efetivamente recorrem ao auxílio da Polícia. No que se refere à transferência de renda, a cobertura já se encontra em um nível significativo, mas incompleto, e os diferenciais observados parecem refletir os principais aspectos do direcionamento do programa.

Ainda no Capítulo III, buscou-se discutir os mecanismos utilizados pela população para acessar os serviços de educação e saúde, além da avaliação que a população faz dos serviços recebidos, bem como as dificuldades percebidas no acesso.

No caso da educação, observou-se que a grande maioria das pessoas não precisou da ajuda de terceiros para efetuar a primeira matrícula dos filhos e nem enfrentou dificuldades significativas. Dentre os que recorreram à ajuda de terceiros, a maioria tendeu a procurar auxílio de parentes, vizinhos ou de funcionários ligados ao serviço prestado. Resultados indicativos de que o acesso a essas políticas, além de estar praticamente universalizado, conta com mecanismos institucionalizados, o que também ficou evidenciado no caso de São Paulo (FIGUEIREDO et al., 2005). A avaliação que a população faz dos serviços recebidos, de maneira geral, indica um alto nível de satisfação, a julgar pela elevada nota média atribuída pelo respondente à escola freqüentada pelo filho. No caso das notas atribuídas a diversos itens da escola, observa-se também que as médias são bastante elevadas, mas há grande variação.

Na avaliação que os usuários de serviços de saúde fazem do atendimento recebido, observou-se que as notas médias atribuídas (nota geral) tendem a ser similares àquelas atribuídas à avaliação desse serviço em São Paulo (FIGUEIREDO et al., 2005). No entanto, quando desagregadas por tipos de serviços oferecidos, revela-se maior variabilidade (oferta de remédios considerado o pior serviço.).

Em terceiro lugar, no Capítulo IV, trabalhou-se com a questão mais relevante desse relatório, que é a identificação dos chamados determinantes de acesso a serviços públicos. Esses resultados apontam para a complexidade dos fenômenos envolvidos na caracterização dos diferenciais de acesso da população mais pobre do município e para a necessidade de um olhar cuidadoso para as dinâmicas de cada uma das políticas aqui abordadas, que possuem lógicas e alcances distintos. Além disso, os resultados indicam que, sendo verdade que os padrões médios de acesso são piores nas áreas periféricas do município (como no caso do tempo de deslocamento até o equipamento de saúde) – ou seja, a dimensão da segregação residencial afeta em alguma medida as condições de acesso auferidas pelas camadas mais pobres da população – também é verdade que há políticas com expressivo impacto redistributivo (como a política de transferência de renda), que atingem, de forma homogênea, pobres residentes em regiões mais ricas e mais carentes. Nesse sentido, vale a pena apontar alguns aspectos gerais que merecem destaque:

- **O papel da dimensão institucional.** As variáveis de caráter institucional que distinguem a natureza dos equipamentos públicos (escolas estaduais ou municipais; hospitais ou postos de saúde) apresentaram resultados significativos, ainda que devam ser consideradas as especificidades de cada política setorial. Em outras palavras, desenhos de política e natureza dos serviços prestados produzem diferenças observáveis nos padrões de acesso;
- **A relevância das variáveis territoriais.** No caso da educação, a região de residência (área central, intermediária ou periférica) interfere significativamente nos níveis de acesso auferidos pela população, estando presentes de modo proeminente em quase todos os modelos considerados. A variável relativa a setores subnormais não apareceu nos modelos considerados, sobretudo em função do baixo de número de casos envolvendo domicílios localizados nesse tipo de setor;
- **O caráter secundário das variáveis individuais.** Verificou-se que as características individuais dos informantes continuam apresentando algum resultado, mesmo quando se trabalha apenas com os 40% mais pobres. Variáveis relativas à estrutura etária, renda e escolaridade mostraram-se significativas em diferentes modelos, sobretudo no caso da transferência de renda. No entanto, essas variáveis tiveram sempre um impacto relativamente secundário, ou seja, não foram os elementos mais importantes na explicação dos diferenciais de acesso observados;
- **A menor importância das variáveis de natureza participativa.** Em instituições religiosas ou em outras entidades civis, as variáveis participativas tiveram uma importância praticamente nula nos modelos de saúde, educação, infra-estrutura e de transferência de renda, ainda que, de acordo com a literatura sobre o tema, essa relevância seja menor do que o esperado. Conforme argumento formulado pela Dra Marta Arretche, é possível que essas variáveis tenham um peso maior no caso de políticas não universalizadas, como a política de creches, por exemplo. Uma vez que a política se universalizou, a importância das redes de relacionamento e de padrões de influência como diferenciais de acesso cairia substancialmente.

Em síntese, realizou-se aqui um significativo esforço no sentido de indicar caminhos para a avaliação das políticas sociais, com base na utilização de *surveys* como ferramenta de análise. No estudo apresentado, procurou-se ir além das abordagens tradicionais, que avaliam apenas as coberturas dos serviços públicos, investigando também aspectos relacionados à qualidade dos serviços. Espera-se que os resultados e técnicas aqui utilizados possam ser aprofundados em análises específicas para cada política, de modo a contribuir para a melhoria dos serviços ofertados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R.; D'ANDREA, T. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 28, mar. 2004.
- AMES, B. Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. *American Journal of Political Science*, Washington, v. 39, n. 2, 1995.
- BARROS, Ricardo Paes et al. *Determinantes do desempenho educacional no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 23 p. (Textos para discussão, n. 834).
- BROOKS-GUNN, J.; DUNCAN, G. (Eds.). *Neighborhood Poverty Policy Implications in Studying Neighborhoods*. New York: Russell Sage Foundation, 1997. v. 2.
- BUENO, L. *Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização*. 2000. Tese (Doutorado)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- DAHL, R. *Who Governs? Democracy and power in an American city*. New Haven: Yale University Press, 1961.
- DURLAUF, S. N. The membership theory of poverty: the role of group affiliations in determining socioeconomic outcomes. In: DANZIGER, S. H.; HAVERMAN, R. H. *Understanding poverty*. New York: Russell Sage, 2001. p. 392- 416.
- FARIA, V. A conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 33, 1992.
- FIGUEIREDO, A. et al. Partidos e distribuição espacial dos votos na cidade de São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 64, 2002.
- _____. Relatório final do "Projeto BRA/04/052- Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas: REDE-IPEA II". [Rio de Janeiro]: [IPEA], 2005. Mimeografado.
- FIZSON, J. *A política nacional de saneamento de 1968 a 1984: o caso do Planasa*. Dissertação (Mestrado)-Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro, 1990.
- GOHN, M. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.
- GURZA LAVALLE, A.; CASTELLO, G. As benesses deste mundo associativismo religioso e inclusão socioeconômica. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 28, mar. 2004.
- HOGAN, D.; MARANDOLA JR., E. Vulnerabilidade e riscos: entre geografia e demografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. *Trabalho apresentado...* Caxambu: ABEP, 2004.
- JACOBI, P. *Movimentos Sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1989.
- KAZTMAN, R. E.; FILGUEIRA, C. *Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructura de oportunidades*. Montevideo: Cepal. 1999
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARQUES, E. *Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2000.

_____. *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2003.

MARQUES, E.; TORRES, H.; SARAIVA, C. Favelas no Município de São Paulo: estimando a sua presença para os anos de 1991, 1996 e 2000. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos*, v. 5, n. 2, 2003.

MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Senac, 2005.

MENEZES-FILHO, N.; PAZELLO, E. *Do teachers' wages matter for proficiency? Evidences from a funding reform in Brazil*. 2005. Mimeografado.

MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. *World Development*, v. 26, n. 1, p. 1-19, 1998.

PUTNAM, R. D. *Bowling alone*. New York: Touchstone, 2000.

SABATINI, F. Transformação urbana e dialética entre integração e exclusão social: reflexões sobre as cidades latino-americanas e o caso de Santiago do Chile. In: OLIVEIRA, M. (Org.). *Demografia da exclusão social*. Campinas: Unicamp, 2001.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, C. Loteamentos na periferia metropolitana. *Revista de Administração Municipal*, v. 32, n. 174, 1985.

SANTOS, W. G. A trágica condição da política social. In: ABRANCHES, S.; SANTOS, W. G.; COIMBRA, M. A. *Política social e combate à pobreza*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

SOUZA, Â. M. G. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: EDUFBA, 2000. 448 p.

TORRES H.; FERREIRA M. P.; GOMES S. Educação e segregação social: explorando o efeito das relações de vizinhança. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade social*. São Paulo: Senac, 2005.

TORRES, H. et al. A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 87-109, jan./jul. 2004.

VETTER, D.; MASSENA, R. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura? Uma teoria da causação circular. In: SILVA, L. A. Machado da (Org). *Solo urbano: tópicos sobre o uso da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. (Série debates urbanos).

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 2000.

WATSON, G. *Water and sanitation in São Paulo, Brazil: Successful strategies for service provision in low-income communities*. 1992. Dissertação (Mestrado)-Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1992.

WORLD BANK. *Entering the 21st Century: World Development Report 1999/2000*. Oxford University Press, 1999.

YINGER, J. Housing discrimination and residential segregation as causes of poverty. In: DANZIGER, S.; HAVEMAN, R. (Eds). *Understanding Poverty*. New York: Russell Sage Foundation. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

Nº QUESTIONÁRIO |__|__|__|

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ |__|__|

Código setor censitário |_____|_____|_____|_____|_____|

Hora de início da pesquisa _____

CEP (do Correio): |_____|_____|_____|_____|_____|_____|_____|

Nº Poste da COELBA _____

END. CORRESPONDENTE AO CEP: () O MESMO () OUTRO (ANOTE ABAIXO)

Endereço: _____

Apenas para possibilitar a checagem do meu trabalho, o (a) sr.(a) poderia me informar seu telefone?

DDD: |__|__|__|__|__|__|__|__|__|__| 99 () Não tem / Não opinou

Entrevistador: _____ |__|__|__|

Data ____/____/____

Supervisor/Verificador: _____ |__|__|__|

Data ____/____/____

Bom dia (tarde), meu nome é _____ e estou fazendo uma pesquisa para a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) sobre AS CONDIÇÕES DE VIDA E O ACESSO DAS PESSOAS A SERVIÇOS PÚBLICOS AQUI NA SUA REGIÃO. Sua opinião é muito importante para a realização deste estudo. Todas as informações recolhidas neste questionário são confidenciais e garantimos o anonimato de todas as suas respostas.

A1. Posição do entrevistado no domicílio:

1. Chefe ou cônjuge do sexo masculino
2. Chefe ou cônjuge do sexo feminino
3. Outro (ENCERRA)

A2. Ao todo quantas pessoas moram em sua casa, incluindo você? (USE DOIS DÍGITOS)

|____|____| PESSOAS

99 – Não sabe/ Não opinou

A3. E entre essas, quantas contribuem para a renda familiar?

1. 0 ou 1
2. 2 pessoas
3. 3 pessoas ou mais

A4. Qual é a renda mensal aproximada de sua família somando os rendimentos de todas essas pessoas que contribuem?

1. De 0 a 300 reais
2. De 301 a 600 reais
3. Acima de 600 reais (ENCERRA)

A5. Qual a sua idade?

_____ anos (ANOTAR A IDADE ATUAL)

A6.

SEXO	CÓDIGO
Masculino	1
Feminino	2

A7.

GRAU DE INSTRUÇÃO		CÓDIGO
Analfabeto		01
Sabe ler / escrever mas não cursou escola		02
ATÉ 1971	APÓS 1971	
PRIMÁRIO		
1a até 3a série	1a até 3a série	03
4a até 5a série	4a série	04
GINÁSIO (1o GRAU)		
1ª até 3ª série	5a até 7a série	05
4a série	8ª série	06
COLEGIAL (2o GRAU)		
1a e 2a série	1a e 2a série	07
3a série / vestibular	3a série / vestibular	08
SUPERIOR		
Superior incompleto		09
Superior completo		10

A8.

ESTADO CIVIL	CÓDIGO
Solteiro	1
Casado	2
Vive junto	3
Viúvo	4
Separado/ Divorciado/ Desquitado	5

A9) Há quantos anos você mora em Salvador? (UMA OPÇÃO | 0 PARA QUEM MORA A MENOS DE UM ANO; 99 PARA QUEM NASCEU EM SALVADOR)

|_____|_____| ANOS

A10. Qual é a sua religião? (ESPONTÂNEA – UMA OPÇÃO)

- 01 () Católica Apostólica Romana 12 () Adventista
 02 () Assembléia de Deus 13 () Testemunha de Jeová
 03 () Batista/Methodista/Presbiteriana 14 () Judaica
 04 () Universal do Reino de Deus 15 () Espírita/ Kardecista
 05 () Deus é Amor 16 () Afro-Brasileiras (Umbanda, Candomblé, etc)
 06 () Evangelho Quadrangular 17 () Orientais (Budismo, Islamismo, etc)
 07 () Igreja Internacional da Graça 18 () Outra religião. Qual? _____
 08 () Renascer em Cristo 19 () É religioso mas não segue nenhuma/ agnóstico
 09 () Sara Nossa Terra 20 () Ateu, não tem religião
 10 () Outras Evangélicas - especificar _____
 11 () Evangélica - Não sabe especificar 99 () Não opinou

A11. ANOTE A COR POR OBSERVAÇÃO (UMA OPÇÃO)

- 1 () Branca
 2 () Preta
 3 () Parda
 4 () Amarela
 5 () Indígena

P01) O Sr.(a) tem filhos/ crianças que moram em sua casa? (UMA OPÇÃO)

- 1 () Sim FAÇA QUADRO ABAIXO EM DIANTE
 2 () Não PULE PARA P23 - Bloco Saúde

Em relação a seus filhos / crianças que moram em sua casa, gostaria de saber:

P02) Idade	P03) Curso (anotar 0 para quem não estuda e 99 para quem frequenta outra série)	P04) A creche ou pré- escola é: 1. pública ou 2. privada	P05) Trabalho / Ocupação
2.1. Quantos têm até 3 anos _____	3.1 Desses, quantos estão na creche _____	4.1 _____	
2.2. Quantos têm de 4 a 6 anos _____	3.2 Quantos estão na pré escola _____	4.2 _____	
2.3 Quantos têm de 7 a 14 anos _____	3.3 Quantos estão no 1o grau _____		5.1 Quantos trabalham _____
2.4 Quantos têm de 15 a 18 anos _____	3.4 Quantos cursam o 2º grau _____		5.2 Quantos trabalham _____
2.5 Quantos têm de 19 a 24 anos _____	3.5 Quantos concluíram o 2º grau _____		5.3 Quantos trabalham _____

ATENÇÃO: CASO NÃO TENHA FILHO/ CRIANÇA CURSANDO O 1º GRAU PULE P/ P23 saúde

P06 A P22 - SOMENTE PARA QUEM TEM FILHOS/ CRIANÇAS CURSANDO O 1º GRAU – ITEM 3.3 NO QUADRO ACIMA

ATENÇÃO: CASO TENHA MAIS DE UM FILHO NO 1º GRAU, PERGUNTE SOBRE O MAIS NOVO

P06) Qual a idade deste(a) filho/ criança?

|____|____| ANOS

P07) A escola deste seu filho/ criança é: (LEIA DE 1 A 5 - UMA OPÇÃO)

- 1 () Pública municipal
 2 () Pública estadual
 3 () Particular
 4 () Escola comunitária
 5 () Escola de empresa
 8 () Outro
 9 () Não sabe/Não opinou

P08) Em que horário o seu filho entra na escola? E em que horário ele sai da escola?

(REGISTRAR HORA E MINUTOS – USAR QUATRO DÍGITOS)

|____|____| |____|____| ENTRADA

|____|____| |____|____| SAÍDA 9999 - NS/ NOP

P09) Como o seu filho vai normalmente para escola? (MEIO DE TRANSPORTE PREDOMINANTE)	P09A) Quanto tempo ele leva? (EM MINUTOS – 999 NÃO SABE)	P09B) Este transporte é(LER): Gratuito, parcialmente gratuito (passe estudantil) ou pago
1 () A pé	_____	_____
2 () Ônibus	_____	_____
3 () Van	_____	_____
4 () Bicicleta	_____	_____
5 () Carro particular, carona	_____	_____
6 () Outro	_____	_____

P10) Esse filho tem uniforme da escola? (CASO SIM) E o uniforme é totalmente gratuito, parcialmente gratuito ou é pago? (UMA OPÇÃO)

- 1 () Totalmente gratuito
2 () Parcialmente gratuito 8 () Não tem
3 () É pago 9 () Não sabe/ Não opinou

P11) Esse filho tem material escolar? (CASO SIM) E o material escolar é totalmente gratuito, parcialmente gratuito ou é pago? (UMA OPÇÃO)

(ESSE MATERIAL INCLUI: LIVROS, CADERNOS, LÁPIS, ETC)

- 1 () Totalmente gratuito
2 () Parcialmente gratuito 8 () Não tem
3 () É pago 9 () Não sabe/ Não opinou

P12) Esse filho tem merenda? (CASO SIM) E a merenda é totalmente gratuita, parcialmente gratuita ou é paga? (UMA OPÇÃO)

- 1 () Totalmente gratuita
2 () Parcialmente gratuita 8 () Não tem
3 () É paga 9 () Não sabe/ Não opinou

PARA QUEM TEM MERENDA (CÓD. 1 A 3 NA P12)

P13) Dê uma nota de 0 a 10 para a merenda que esse filho recebe: (USE DOIS DÍGITOS)

|____|____| 99 – Não sabe/ Não opinou

SOMENTE PARA QUEM TEM FILHOS/ CRIANÇAS CURSANDO O 1º GRAU – ITEM 3.3 NO QUADRO ACIMA

P14) A escola deste seu filho tem ou não tem biblioteca? (UMA OPÇÃO)

- 1 () Tem **FAÇA P14A**
2 () Não tem **PULE PARA P15**
9 () Não sabe/ Não opinou **PULE PARA P15**

SOMENTE PARA QUEM RESPONDEU CÓDIGO 1 NA P14**P14 A) Seu filho utiliza a biblioteca?**

1 () Sim

2 () Não

P15) A escola deste seu filho tem ou não tem sala de informática? (UMA OPÇÃO)1 () Tem **FAÇA P15A**2 () Não tem **PULE PARA P16**9 () Não sabe/ Não opinou **PULE PARA P16****### SOMENTE PARA QUEM RESPONDEU CÓDIGO 1 NA P15****P15A) Seu filho utiliza a sala de informática?**

1 () Sim

2 () Não

P16) A escola deste seu filho tem ou não tem quadra de esportes? (UMA OPÇÃO)1 () Tem **FAÇA P16A**2 () Não tem **PULE PARA P17**9 () Não sabe/ Não opinou **PULE PARA P17****### SOMENTE PARA QUEM RESPONDEU CÓDIGO 1 NA P16****P16A) Seu filho utiliza a quadra de esportes?**

1 () Sim

2 () Não

P17) Pensando na 1ª matrícula de seu filho nessa escola, foi fácil ou foi difícil conseguir vaga? (UMA OPÇÃO)

1 () Fácil

2 () Mais ou menos (ESP)

3 () Difícil

9 () Não sabe/ Não opinou

P18) Para conseguir esta vaga, vocês tiveram que recorrer à ajuda de alguém? (CASO SIM)

Quem? (ESPONTÂNEA – UMA OPÇÃO – CASO NÃO ENCONTRE NA LISTA ANOTE SOB O ESPAÇO CORRESPONDENTE)

- 01 () Parente
02 () Vizinho
03 () Colega de trabalho / Colega pessoal / Amigo
04 () Líder da sua religião
05 () Policial
06 () Político
07 () Patrão
08 () Pessoa da associação de bairro
09 () Despachante / Advogado
10 () Funcionário público
97 () Outro. |____|____|_____
98 () Ninguém / Não precisou
99 () Não sabe / Não opinou

P19) Na sua opinião, qual é O MAIOR problema da escola que este seu filho frequenta?

(ESPONTÂNEA - UMA OPÇÃO)

- 01 () Ensino ruim
02 () Muitos alunos por classe
03 () Professor ruim
04 () Segurança
05 () Prédios mal conservados
06 () Merenda
07 () Salário do professor
08 () Crianças ficam pouco na escola
09 () Falta material escolar
10 () Falta transporte escolar
11 () Escola pequena / apertada
12 () Distância
13 () Sujeira
14 () Indisciplina dos alunos
15 () Exigência de material fora da lista
16 () Demora para abrir o portão
97 () Outro |____|____|_____
98 () Nenhum
99 () Não sabe / Não opinou

P20) Você ou seu marido / esposa participa de reuniões na escola de seu filho?

- 1 () Sim, com frequência
2 () Sim, às vezes
3 () Não
9 () Não sabe / Não respondeu

P21) Eu queria agora que você desse uma nota de 0 a 10 para alguns aspectos da escola deste seu filho: (LEIA CADA UM DOS ÍTENS E MARQUE A NOTA - USE DOIS DÍGITOS)

- A)** Frequência e pontualidade dos professores | ____|____| 99 – Não sabe / Não opinou
B) Qualidade do ensino | ____|____| 99 – Não sabe / Não opinou
C) Número de alunos por classe | ____|____| 99 – Não sabe / Não opinou
D) Conservação dos prédios e salas | ____|____| 99 – Não sabe / Não opinou
E) Salários dos professores | ____|____| 99 – Não sabe / Não opinou
F) Equipamentos da escola | ____|____| 99 – Não sabe / Não opinou
G) Segurança das crianças na escola | ____|____| 99 – Não sabe / Não opinou

P22) Considerando o conjunto, que nota, de 0 a 10 você dá para a escola desse filho?

(USE DOIS DÍGITOS)

| ____|____| 99 – Não sabe/ Não opinou

PARA TODOS

Falando agora sobre saúde, gostaria de saber ...

P23) Quando foi a última vez que você, ou alguém da sua casa procurou atendimento médico de rotina, como consultas, exames? (ESPONTÂNEA - UMA OPÇÃO)

- 1 () Até 1 mês
2 () De 1 a 3 meses
3 () De 3 a 6 meses
4 () De 6 meses a 1 ano
5 () Mais de 1 ano
8 () Ninguém procurou #### PULE P/ P34

P24) Qual o sexo dessa última pessoa que procurou atendimento de saúde?

- 1 () Masculino
2 () Feminino

P25) E qual a idade dessa pessoa que procurou atendimento de saúde? _____ ANOS

SOMENTE P/ QUEM PROCUROU ATENDIMENTO MÉDICO (CÓD. 1 A 5 NA P23)

P26) Nesta última vez, onde você ou alguém da sua casa foi buscar atendimento ?	P26A) O serviço foi pago, ou não?	
01 () Pessoa do programa de médico de família	PULE PARA P34	
02 () Médico particular / Convênio		
03 () Farmacêutico		
04 () Serviço de emergência ou pronto socorro		
05 () Hospital particular	1. Sim (PULE PARA P34)	2. Não
06 () Hospital filantrópico (Sta. Casa, Irmã Dulce)	1. Sim	2. Não
07 () Hospital público	1. Sim	2. Não
08 () Posto de saúde público	1. Sim	2. Não
09 () Centro de saúde público	1. Sim	2. Não
10 () Unidade de saúde da família	1. Sim	2. Não
11 () Não sabe / Não opinou	PULE PARA P34	

ATENÇÃO: ITENS DE 1 A 4 e 11 NA P26 PULE PARA P34

SOMENTE PARA QUEM RESPONDEU COD 5 A 10 NA P26

P27) Para conseguir este atendimento você ou alguém da sua casa teve que recorrer à ajuda de alguém? (CASO SIM) Quem? (ESPONTÂNEA – UMA OPÇÃO – CASO NÃO ENCONTRE NA LISTA ANOTE SOB O ESPAÇO CORRESPONDENTE)

- 01 () Parente
02 () Vizinho
03 () Colega de trabalho
04 () Líder da sua religião
05 () Policial
06 () Político
07 () Patrão
08 () Pessoa da associação de bairro
09 () Despachante / Advogado
10 () Funcionário público
11 () Agente de saúde
97 () Outro. |____|____|_____
98 () Ninguém
99 () Não sabe / Não opinou

SOMENTE PARA QUEM TEVE GRATUITO (COD2 NA P26A)

P28) E esse atendimento que você ou alguém da sua família procurou foi marcado para uma data à frente ou foi feito naquele dia? (UMA OPÇÃO)

1 () Foi marcado ==>**FAÇA P29**

2 () Feito no dia ==>**FAÇA P30**

PARA QUEM MARCOU ATENDIMENTO (CÓD. 1 NA P28)

P29) Dessa última vez, quanto dias o doente esperou para ser atendido? (USE DOIS DÍGITOS)

|____|____| DIAS

98 – Nenhum **### PULE PARA P31**

99 – Não sabe / Não opinou

PARA QUEM NÃO MARCOU ATENDIMENTO (CÓD. 2 NA P28)

P30) Dessa última vez, quanto tempo o doente esperou para ser atendido? (USE DOIS DÍGITOS – NÃO ACEITE HORAS QUEBRADAS - PREENCHA COM “00” ONDE NÃO TIVER INFORMAÇÃO)

____|____| HORAS

|____|____| MINUTOS

98 – Nenhuma

99 – NS / NOP

SOMENTE PARA QUEM TEVE GRATUITO (COD2 NA P26A)

P31) Como essa pessoa se deslocou até esse local de atendimento? (MEIO DE TRANSPORTE PREDOMINANTE)	P31A) E quanto tempo levou (ou leva normalmente) para chegar até lá? (EM MINUTOS – 999 NÃO SABE)
1 () A pé	_____
2 () Ônibus	_____
3 () Van	_____
4 () Bicicleta	_____
5 () Carro particular / Carona	_____
6 () Outro	_____

SOMENTE PARA QUEM TEVE GRATUITO (COD2 NA P26A)

P32) Na sua opinião, qual é A MAIOR DIFICULDADE que você ou alguém da sua casa encontrou nesse último atendimento? (ESPONTÂNEA - UMA OPÇÃO)

- 01 () O local de atendimento é distante / Acesso difícil
02 () É difícil ou demora para marcar a consulta
03 () Filas grandes
04 () Burocracia
05 () Horário ruim
06 () O tempo da consulta é pequeno
07 () Local mal equipado
08 () Funcionários com má vontade
09 () Remédios caros
10 () Demora no atendimento
11 () Falta de médicos
12 () Falta de médicos especialistas
13 () Médicos com má vontade / Atendem mal
97 () Outra
98 () Não teve dificuldades
99 () Não sabe / Não opinou

SOMENTE PARA QUEM TEVE GRATUITO (COD2 NA P26B)

P33) Dê uma nota de 0 a 10 para alguns aspectos desse local de atendimento: (LEIA CADA UM DOS ÍTENS E MARQUE A NOTA - USE DOIS DÍGITOS)

- A) Tempo para ser atendido** |____|____| 99 – Não sabe / Não opinou
B) Remédios |____|____| 99 – Não sabe / Não opinou
C) Instalações e equipamentos |____|____| 99 – Não sabe / Não opinou
D) Limpeza do local |____|____| 99 – Não sabe / Não opinou
E) Duração da consulta |____|____| 99 – Não sabe / Não opinou
F) Horário de funcionamento |____|____| 99 – Não sabe / Não opinou
G) Médicos |____|____| 99 – Não sabe / Não opinou
H) Enfermeiras / Atendentes |____|____| 99 – Não sabe / Não opinou
I) Salário dos médicos e funcionários |____|____| 99 – Não sabe / Não opinou (TODOS)

P34) Considerando o serviço de saúde que você usa normalmente, que nota- de 0 a 10- você daria para ele? (USE DOIS DÍGITOS)

|____|____| 99 – Não sabe/ Não opinou

PARA TODOS

P35) Agora vou falar de outros serviços públicos e gostaria de saber aqueles que você tem, ou não, em casa: (LEIA CADA ITEM E MARQUE O CÓDIGO CORRESPONDENTE)

CÓDIGOS: 1 - SIM

2 – NÃO

9 - NÃO SABE/ NÃO OPINOU

|____| **A.**Água ligada à rede pública dentro de casa

|____| **B.(CASO TENHA ÁGUA LIGADA)** Essa água chega todo dia?

|____| **C.**Energia elétrica

|____| **D.**Esgoto canalizado na rede pública

|____| **E.**Coleta de lixo

|____| **F.** Rua calçada (asfalto, bloquete ou pedra)

|____| **G.**Iluminação na porta de casa

|____| **H.**Ronda policial

|____| **I.** Transporte público próximo

|____| **J.** Parque ou praça próxima

P36) Você diria que a vizinhança onde você mora é: (LEIA DE 1 A 4 - UMA OPÇÃO)

1 () Rica

2 () De classe media

3 () Pobre

4 () Favela

9 () Não sabe / Não opinou

P37) Essa casa tem quantos cômodos? (ESPONTÂNEA - USE DOIS DÍGITOS)

|____|____| CÔMODOS

99 – Não sabe / Não opinou

P38) Quantos desses cômodos são usados para dormir? (ESPONTÂNEA - USE DOIS DÍGITOS)

|____|____| CÔMODOS PARA DORMIR 99 – Não sabe / Não opinou

P39) A casa tem quantos banheiros internos? (ESPONTÂNEA - USE DOIS DÍGITOS)

|____|____| BANHEIROS INTERNOS

98- - Não tem

99 – Não sabe / Não opinou

P40) Essa casa que vocês moram é: **(LEIA DE 1 A 5 - UMA OPÇÃO)**

1 () Própria, está pagando

FAÇA P40A

2 () Própria, já está paga

FAÇA P40A

3 () Alugada

4 () Cedida

5 () Ocupada / Invasa

PULE PARA P41

8 () Outro

9 () Não sabe / Não opinou

SOMENTE CÓDIGO 1 OU 2 NA P40

P40A) Que tipo de documento de propriedade você possui?

1 () Título registrado em cartório

2 () Contrato de compra e venda

3 () Recibo de compra

4 () Cadastro da prefeitura

5 () Outro. Qual?_____

6 () Não possui documentação

P41) Para cada item que eu citar gostaria que você dissesse se vocês o possuem ou não em casa? (LEIA CADA UM E MARQUE CÓDIGO CORRESPONDENTE)

1 – Tem

2 – Não tem

9 – Não sabe / Não opinou

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> A. Telefone fixo | <input type="checkbox"/> H. Máquina de lavar roupa |
| <input type="checkbox"/> B. Telefone celular | <input type="checkbox"/> I. Tanquinho |
| <input type="checkbox"/> C. Televisão a cores | <input type="checkbox"/> J. Fogão a gás |
| <input type="checkbox"/> D. Forno de microondas | <input type="checkbox"/> K. Computador |
| <input type="checkbox"/> E. Rádio | <input type="checkbox"/> L. Vídeo Cassete / DVD |
| <input type="checkbox"/> F. Geladeira | <input type="checkbox"/> M. Aspirador de pó |
| <input type="checkbox"/> G. Freezer | <input type="checkbox"/> N. Automóvel |

41.2) Dos itens que NÃO possui, quais a família pretende adquirir no próximo ano?

1 – SIM

2 – NÃO

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> A. Telefone fixo | <input type="checkbox"/> H. Máquina de lavar roupa |
| <input type="checkbox"/> B. Telefone celular | <input type="checkbox"/> I. Tanquinho |
| <input type="checkbox"/> C. Televisão a cores | <input type="checkbox"/> J. Fogão a gás |
| <input type="checkbox"/> D. Forno de microondas | <input type="checkbox"/> K. Computador |
| <input type="checkbox"/> E. Rádio | <input type="checkbox"/> L. Vídeo Cassete / DVD |
| <input type="checkbox"/> F. Geladeira | <input type="checkbox"/> M. Aspirador de pó |
| <input type="checkbox"/> G. Freezer | <input type="checkbox"/> N. Automóvel |

Gostaria de saber agora algumas características de sua casa... (MARCAR ESSA PERGUNTA POR OBSERVAÇÃO)

P42) Como as paredes externas da casa são revestidas? (UMA OPÇÃO)

- 1 () Totalmente revestidas (pintura, azulejo, pastilha...)
- 2 () Parcialmente revestidas
- 3 () Não revestidas, com alvenaria ou tijolo exposto
- 4 () Não revestidas, com madeira, papelão, etc
- 8 () Outro
- 9 () Não sabe / Não opinou

P43) Como as paredes internas da casa são revestidas? (LEIA DE 1 A 4 - UMA OPÇÃO)

- 1 () Totalmente revestidas (pintura, azulejo, pastilha...)
- 2 () Parcialmente revestidas
- 3 () Não revestidas, com alvenaria ou tijolo exposto
- 4 () Não revestidas, com madeira, papelão, etc
- 8 () Outro
- 9 () Não sabe / Não opinou

P44) Agora vou falar de alguns detalhes sobre a sua casa e gostaria que você respondesse se sim ou não para cada um dos itens: (LEIA CADA ITEM E MARQUE O CÓDIGO CORRESPONDENTE)

CÓDIGOS: 1 - SIM

2 - NÃO

9 - NÃO SABE / NÃO OPINOU

- |____| **A.** A casa tem caixa d'água ou reservatório com tampa
- |____| **B.** O telhado costuma apresentar vazamentos
- |____| **C.** A casa é bem iluminada durante o dia
- |____| **D.** As paredes da casa ficam úmidas na época de chuva
- |____| **E.** As portas e janelas da casa estão bem conservadas
- |____| **F.** Há muito barulho aqui na vizinhança (som de carro, de bar)
- |____| **G.** Há muita fumaça, por conta do trânsito ou fábricas
- |____| **H.** É seguro andar a noite nas vizinhanças

P45) A sua casa está próxima a esgotos a céu aberto? Se sim, a que distância ele fica? (CASO SIM) Qual é a distância dele até a sua casa? (ESPONTÂNEA – CASO HAJA DÚVIDA COM RELAÇÃO

À DISTÂNCIA, ESCLAREÇA QUE: 20M = LARGURA DE UMA AVENIDA E 100M = COMPRIMENTO DE UM QUARTEIRÃO)

- 1 () 0 a 50m
- 2 () 50 a 100m
- 3 () Mais de 100m
- 4 () Têm próximo, mas não sabe a distância
- 8 () Não tem esgoto a céu aberto próximo
- 9 () Não sabe / Não opinou

P46) Há quanto tempo você mora no bairro? (0= MENOS DE 1 ANO; ARREDONDAR)

|____|____| ANOS

98 – Nasceu aqui

99 – Não sabe

P47) Há quanto tempo existe o bairro? (OBTENHA A INFORMAÇÃO AINDA QUE DE FORMA APROXIMADA)

1 () 0 a 2 anos

9 () não sabe

2 () 3 a 5 anos

3 () 6 a 10

5 () mais de 21 anos

4 () 11 a 20 anos

P48) Você tem parentes morando no bairro? (UMA OPÇÃO)

1 () Sim

9 () Não sabe / Não opinou

2 () Não

P49) Você e seus vizinhos costumam prestar alguns dos seguintes favores uns aos outros: (LEIA CADA ITEM E MARQUE O CÓDIGO CORRESPONDENTE - FAÇA RODÍZIO)

CÓDIGOS: 1 - SIM

2 – NÃO

9 - NÃO SABE / NÃO OPINOU

|____| **A.** Emprestar mantimentos / comida

|____| **B.** Cuidar das crianças

|____| **C.** Ajudar em reformas ou construções

|____| **D.** Dar dicas sobre oportunidades de compra

|____| **E.** Emprestar dinheiro

|____| **F.** Fazer mutirão

|____| **G.** Ficar de olho na casa

P50) Qual é o principal problema que afeta o seu bairro ou as pessoas que moram no seu bairro? (ESPONTÂNEA - UMA OPÇÃO)

- 01 () Calçamento de ruas e avenidas
- 02 () Saúde
- 03 () Educação
- 04 () Transporte coletivo / trânsito
- 05 () Abastecimento de água / esgoto
- 06 () Limpeza pública
- 07 () Segurança Pública
- 08 () Habitação
- 09 () Poluição / Meio ambiente
- 10 () Cultura e lazer
- 11 () Desemprego
- 12 () Custo de vida
- 13 () Excesso de barulho
- 14 () Propriedade da casa
- 97 () Outro. Qual? |_____|_____|_____
- 98 () Nenhum
- 99 () Não sabe / Não opinou

P51) Vou falar agora o nome de algumas associações e gostaria de saber com qual frequência você vai a: (LEIA OS ÍTENS PAUSADAMENTE PRINCIPALMENTE NOS PRIMEIROS ÍTENS E MARQUE O CÓD. CORRESPONDENTE)

SOMENTE P/ QUEM RESPONDEU CÓD 1 A 7 NA P51###

P52) Você é filiado, quer dizer: tem cadastro, ficha, vínculo ou ocupa cargo, função, ou contribui para esta associação? (LEIA OS ÍTENS COM CÓD 1 A 7 NA P51 E MARQUE O CÓD. CORRESPONDENTE)

P51) FREQUÊNCIA	P52) FILIAÇÃO
1 – Semanalmente	1 – SIM
2 – Quinzenalmente	2 - NÃO
3 - Mensalmente	
4 - Trimestralmente	
5 – Semestralmente	
6 - Anualmente	
7 – Muito raramente	
8 – Nunca	
A) Igreja, terreiro ou culto	<input type="checkbox"/>
B) Partido Político	<input type="checkbox"/>
C) Sindicato	<input type="checkbox"/>
D) Associação de moradores	<input type="checkbox"/> caso cód. 1 a 7 faça a P52
E) Associação beneficente	<input type="checkbox"/>
F) Associação cultural	<input type="checkbox"/>
G) Clube esportivo	<input type="checkbox"/>
H) Bloco de carnaval	<input type="checkbox"/>

P53A) Você já participou ou não de algum conselho municipal, como conselho de saúde, educação, tutelar ou outro? (UMA OPÇÃO)

- 1 () Sim, participou **### FAÇA P53B**
- 2 () Não participou **PULE PARA P54**
- 3 () Não sabe o que é **PULE PARA P54**
- 9 () Não opinou

PARA QUEM PARTICIPOU (CÓD. 1 NA P53A)

P53B) Qual?

_____ 99 – NS/ NOP

PARA TODOS

P54) Você diria que o que acontece na política influi ou não influi na sua vida? (UMA OPÇÃO)

1 () Influi

2 () Não influi

9 () Não sabe / Não opinou

P55) Você tem preferência por algum partido político?

1 () Sim

2 () Não

9 () Não sabe / Não opinou

Vamos falar agora sobre o seu acesso à Justiça.

P56A) Nos últimos 5 anos você esteve em alguma situação de (LER):	P56B) O caso motivou ação judicial? Sim ou Não	P56C) Qual foi a última situação que motivou a ação judicial? (RU)
A () Questão trabalhista	__	__
B () Violação dos direitos do consumidor	__	__
C () Separação conjugal	__	__
D () Disputa por pensão alimentícia	__	__
E () Problema criminal (roubo, furtos, gressão, drogas, etc.)	__	__
F () Conflito por herança	__	__
G () Conflito de vizinhança	__	__
H () Conflito de terra – propriedade	__	__
I () Conflito de trânsito	__	__
J () Cobrança de dívida	__	__
K () Desocupação forçada de imóvel	__	__
L () Disputa por concessão / Reajuste de aposentadoria	__	__
M () Outro tipo de problema legal	__	__
N () Nenhuma situação – PULE PARA P61A	__	__

PARA QUEM O CASO MOTIVOU AÇÃO JUDICIAL (X NA P56C)

P57) Nessa última ação judicial, a quem você recorreu (LER):

1 () A um serviço de assistência jurídica gratuita ou **(FAÇA a P58)**

2 () A um advogado particular **(PULE PARA P61A)**

3 () Outros **(PULE PARA P61A)**

4 () Não sabe / Não respondeu **(PULE PARA P61A)**

PARA QUEM RESPONDEU: ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA (COD. 1 NA P57) ###**P58) Quem prestou esse serviço de assistência jurídica gratuita?**

- 1 () A Defensoria Pública
- 2 () Um advogado indicado pela OAB
- 3 () O Procon
- 4 () A associação de moradores de seu bairro
- 5 () Uma ONG
- 6 () Um escritório modelo de Faculdade de Direito
- 7 () Um sindicato
- 8 () Outro _____ (LISTAR)
- 9 () Não sabe / Não respondeu

PARA QUEM RESPONDEU: ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA (COD. 1 NA P57) ###**P59) Quanto tempo levou para ser atendido por esse serviço? (em semanas)****### PARA QUEM RESPONDEU: ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA (COD. 1 NA P57) ###****P60) De uma nota de 0 a 10 para a qualidade do serviço recebido _____ (0 A 10)**

P61A) Nos últimos 12 meses você foi vítima de alguns desses crimes: (PARA OS ITENS RESPONDIDOS NA P61A)	P61B) Se sim, procurou a polícia? Sim ou Não	P61C) Qual foi a última situação em que você procurou a polícia? (RU)
A () Roubo (mediante grave ameaça de violência à pessoa)	___ ___	___ ___
B () Tentativa de roubo	___ ___	___ ___
C () Furto (não tem violência)	___ ___	___ ___
D () Tentativa de furto	___ ___	___ ___
E () Agressão física	___ ___	___ ___
F () Tentativa de agressão física	___ ___	___ ___
G () Extorsão mediante seqüestro (inclui seqüestro relâmpago)	___ ___	___ ___
H () Tentativa de extorsão mediante seqüestro (inclui seqüestro relâmpago)	___ ___	___ ___
I () Tentativa de homicídio	___ ___	___ ___
J () Arrombamento	___ ___	___ ___
K () Tentativa de arrombamento	___ ___	___ ___
L () Agressão sexual (estupro, atentado violento ao pudor)	___ ___	___ ___
M () Tentativa de agressão sexual	___ ___	___ ___
N () Nenhuma situação – PULE PARA P64	___ ___	___ ___

PARA QUEM FOI VÍTIMA, MAS NÃO PROCUROU A POLÍCIA (COD. 2 NA P61B)

P62) Porque não procurou a polícia?

- | | |
|--|---------------------------------|
| 01 () Achou que não seria bem atendido | 06 () Medo de represálias |
| 02 () Achou que não era importante | 07 () Pediu ajuda a terceiros |
| 03 () Não acha que a polícia poderia ajudar | 08 () Quis resolver sozinho |
| 04 () Não quis perder tempo | 09 () Outro |
| 05 () Falta de provas | 10 () Não sabe / Não respondeu |

PARA QUEM FOI VÍTIMA E PROCUROU A POLÍCIA (COD. X NA P61C)

P63) Dê uma nota de 0 a 10 - para a atuação da polícia nessa última vez. (NOTA DE 0 A 10)

TODOS

P64) Dê uma nota de 0 a 10 - para os seguintes aspectos da ação da polícia:

- | | |
|---|----------------------------|
| A. Presença da polícia no bairro _____ | 99 – Não sabe / Não opinou |
| B. Resposta à chamada de viaturas _____ | 99 – Não sabe / Não opinou |
| C. Respeito aos moradores _____ | 99 – Não sabe / Não opinou |
| D. Capacidade de prender criminosos no bairro _____ | 99 – Não sabe / Não opinou |
| E. Honestidade dos policiais _____ | 99 – Não sabe / Não opinou |

Agora vamos falar sobre a sua situação de trabalho / Ocupação

LEIA PAUSADAMENTE: SABEMOS QUE HOJE EM DIA ESTÁ DIFÍCIL SUSTENTAR A FAMÍLIA, POR ISSO GOSTARÍAMOS DE SABER MAIS SOBRE AS DIVERSAS FORMAS QUE VOCÊ E SUA FAMÍLIA ENCONTRAM PARA AUMENTAR A RENDA.

P65) Em relação a seu trabalho atual, você é (CASO TENHA MAIS DE 1 PERGUNTAR SOBRE O TRABALHO PRINCIPAL)

- | | |
|--|---|
| 01 () Empregado com carteira assinada | 07 () Empregado doméstico com carteira |
| 02 () Empregado sem carteira assinada | 08 () Empregado doméstico sem carteira |
| 03 () Autônomo ou conta própria | 09 () Desempregado |
| 04 () Funcionário público | 10 () Dona de casa |
| 05 () Empregador | 11 () Aposentado / Pensionista PULE PARA P76C |
| 06 () Trabalha em negócio familiar | 12 () Estudante |

PARA QUEM TRABALHA (CÓD. 01 A 08 NA P65) ###**P66) Quantos dias da semana você trabalhou, na última semana, neste trabalho?**

(USE UM DÍGITO)

|____| DIAS DA SEMANA

PARA QUEM TRABALHA (CÓD. 01 A 08 NA P65) ###**P67) E quantas horas você trabalhou por dia, na última semana?** (USE DOIS DÍGITOS – NÃO ACEITE HORA QUEBRADA)

|____|____| HORAS / DIA

PARA QUEM TRABALHA (CÓD. 01 A 08 NA P65) ###**P68) Com quem você conseguiu esse trabalho?** (espontânea, uma opção)

- | | |
|--|--------------------------------------|
| 01 () Parente | 08 () Anúncio de jornal |
| 02 () Amigo | 09 () Anúncio no local |
| 03 () Conhecido | 10 () Concurso PULE PARA P71 |
| 04 () Político | 11 () Agência de emprego |
| 05 () Líder da sua religião | 12 () Sozinho |
| 06 () Pessoa de associação que você participa | |
| 07 () Ex-patrão | |

PARA QUEM CONSEGUIU COM AJUDA DE ALGUÉM (CÓD. 01 A 07 NA P68)

P69) Essa pessoa mora aqui no bairro? (UMA OPÇÃO)

1 () Sim

2 () Não

PARA QUEM CONSEGUIU COM AJUDA DE ALGUÉM (CÓD. 01 A 07 NA P68)##

P70) Essa pessoa que te ajudou (LEIA DE 1 A 4 - UMA OPÇÃO)

1 () Trabalhava no local do emprego (INCLUI O DONO)

2 () Conhecia alguém no local do emprego

3 () Ouviu falar do emprego e / ou viu anúncio

4 () Te indicou clientes (AUTÔNOMO)

7 () Outros

PARA QUEM TRABALHA (CÓD. 01 A 08 NA P65)##

P71) Nesse trabalho, quais destes benefícios você tem: (LEIA ITENS DE A ATÉ F – UMA OPÇÃO POR ITEM)

A) Vale-transporte 1 () Sim 2 () Não

B) Vale-refeição ou refeição na empresa 1 () Sim 2 () Não

C) Seguro-saúde / Convênio 1 () Sim 2 () Não

D) Férias remuneradas 1 () Sim 2 () Não

E) 13º salário 1 () Sim 2 () Não

F) Cesta básica 1 () Sim 2 () Não

PARA QUEM TRABALHA (CÓD. 01 A 08 NA P65)

P72) Quanto você recebeu no mês passado nesse trabalho (valor bruto)? (USE SEIS DÍGITOS)

R\$ |____|. |____|____|____|, |____|____| 999999 () Não opinou

PARA QUEM TRABALHA (CÓD. 01 A 08 NA P65)

P73) Esse trabalho que você faz acontece em casa ou fora de casa? (UMA OPÇÃO)

1 () Em casa **### PULE PARA A P76B**

2 () Fora de casa **### FAÇA P74 EM DIANTE**

PARA QUEM TRABALHA FORA DE CASA (CÓD 2 NA P73)###**P74) Qual o meio de transporte você usa para chegar no trabalho?** (ESPONTÂNEA - RU)

- | | |
|----------------------------|---------------------------|
| 01 () A pé | 07 () Ônibus e trem |
| 02 () Só ônibus | 08 () Van e trem |
| 03 () Só trem | 09 () Ônibus, van e trem |
| 04 () Só van | 10 () Bicicleta |
| 05 () Só automóvel / Táxi | 97 () Outro |
| 06 () Ônibus e van | |

PARA QUEM TRABALHA FORA DE CASA (CÓD 2 NA P73) ###**P75) E quanto tempo você leva para chegar neste trabalho?** (USE DOIS DÍGITOS – NÃO ACEITE HORA QUEBRADA - PREENCHA COM "00"ONDE NÃO TIVER INFORMAÇÃO)

|_|_|_|_|_| HORAS |_|_|_|_|_|_| MINUTOS

PARA QUEM TRABALHA FORA DE CASA (CÓD 2 NA P73) ###**P76A) Sem considerar esse trabalho principal que você falou, você tem outras fontes de renda em algum outro trabalho regular, ou utiliza a sua casa para produzir ou vender alguma mercadoria, ou tem algum outro bico ou trabalho ocasional?****### PARA QUEM TRABALHA EM CASA - COD1 NA P73) ###****P76B) Sem considerar esse trabalho principal que você falou, você tem outras fontes de renda em algum outro trabalho regular, ou tem algum outro bico ou trabalho ocasional?**

PARA QUEM RECEBEU ALGUM BENEFÍCIO (CÓD. 1 NOS ITENS A ATÉ E NA P79) ##**P80) Qual foi o total desses rendimentos no último mês? (USE SEIS DÍGITOS)**

R\$ |____|. |____|____|____|, |____|____|

PARA QUEM TRABALHA OU ESTÁ DESEMPREGADO (CÓD. 01 A 09 NA P65) ###**P81) No último ano, quantos meses você ficou sem ocupação? (USE DOIS DÍGITOS)**

|____|____| MESES

PARA TODOS ###**82.A. Você contribui para a previdência?** 1 () Sim 2 () Não**82.B. Você contribui para o fundo de garantia?** 1 () Sim 2 () Não**82.C. Você contribui para sindicato / associação?** 1 () Sim 2 () Não**82.D. Você declara imposto de renda (inclusive como isento)?** 1 () Sim 2 () Não**P83) Seu marido / esposa tem rendimentos? (UMA OPÇÃO)**

1 () Sim

2 () Não

3 () Não tem marido / esposa

PARA QUEM TEM CÔNJUGE COM RENDIMENTOS (CÓD. 1 NA P83)###**P84) Qual o total dos rendimentos do seu marido / esposa (valor bruto)? (USE SEIS DÍGITOS)**

R\$ |____|. |____|____|____|, |____|____| 999999 - Não sabe / Não opinou

PARA TODOS ###**P85) Além de você e do seu marido / esposa, quantas outras pessoas da casa possuem rendimento? (USE DOIS DÍGITOS)**

|____|____| PESSOAS

98 – Mais nenhuma

99 – NS / NOP

PARA ONDE TEM OUTRAS PESSOAS COM RENDIMENTO

P86) Qual o total de rendimentos dessas outras pessoas? (USE SEIS DÍGITOS)

R\$ |____|. |____|____|____|, |____|____| 999999 - Não sabe / Não opinou

P87) Qual o valor da conta pago no último mês para:

A. Energia elétrica R\$ |____|. |____|____|____|, |____|____|

9999. () Não tem

0. () Não paga / gato

B. Água e esgoto R\$ |____|. |____|____|____|, |____|____|

9999. () Não tem

0. () Não paga / gato

C. Telefone fixo R\$ |____|. |____|____|____|, |____|____|

9999. () Não tem

0. () Não paga / gato

Hora do término da pesquisa_____